

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO**

DEJANIRA FACIONI

**ANÁLISE DA SUCESSÃO EM ASSENTAMENTO RURAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE - MS
2013**

DEJANIRA FACIONI

**ANÁLISE DA SUCESSÃO EM ASSENTAMENTO RURAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em
Administração.
Área de concentração em Gestão do
Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Wemerson Gomes
Pereira.

**CAMPO GRANDE - MS
2013**

Facioni, Dejanira
Análise da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul / Dejanira Facioni
– Campo Grande, 2013.

111 f. Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas.

Orientador: Matheus Wemerson Gomes Pereira
Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em
Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Sucessão. 2. Assentamentos rurais. 3. Jovens. 4. Agricultura familiar 5. Multinomial Logit.

DEJANIRA FACIONI

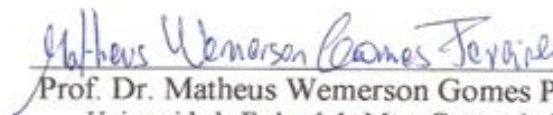
ANÁLISE DA SUCESSÃO EM ASSENTAMENTO RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 08 de março de 2013.



Prof. Dr. Silvia Moraes de Queiroz Caleman
Coordenador do Curso

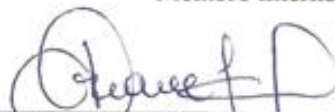
Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Matheus Wemerson Gomes Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Presidente



Prof. Dr. Patricia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro interno



Prof. Dr. Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro externo

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais Luiz e Maria, à minha irmã Aucenira e a todos que contribuíram para que esse sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Matheus Wemerson Gomes Pereira pela orientação e dedicação no decorrer desta pesquisa e pela oportunidade de desenvolver o trabalho sobre sucessão, tema que venho trabalhando desde a graduação.

Agradeço a todos os professores do Mestrado em Administração da Unidade X do Centro de Ciências Humanas e Sociais que com certeza contribuíram para minha formação. Em especial agradeço às professoras Patrícia Campeão e Adriane Queiroz pelas contribuições no exame de qualificação.

À Agraer Sidrolândia (MS) pela valiosa colaboração durante a pesquisa de campo no Assentamento Capão Bonito I, em especial ao Vitor, coordenador técnico local.

A CAPES pela bolsa de pesquisa que tanto colaborou para tornar possível a realização deste trabalho.

Ao INCRA de Campo Grande pelas informações relevantes obtidas quando do levantamento dos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul.

Agradeço aos membros da banca, Adriane A. Farias Santos L. de Queiroz e Patrícia Campeão, pela disposição em colaborar para o exame final deste trabalho.

Agradeço imensamente aos assentados, que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa, principalmente pelo precioso tempo que dispensaram para responder as questões pertinentes a esse tema tão complexo que é a sucessão. Sobretudo, agradeço a uma família assentada que colaborou na localização dos lotes do assentamento.

Por fim, agradeço a minha família e os amigos verdadeiros que nunca deixaram de acreditar que conseguiria obter o título de Mestre em Administração, principalmente meus pais que não pouparam esforços para que esse sonho se realizasse. Ainda agradeço ao Thiago Oliveira pela ajuda e amor dedicado nesses dois anos.

“Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória, é o desejo de vencer”.

Mahatma Gandhi

RESUMO

FACIONI, Dejanira. **Análise da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

Orientador: Matheus Wemerson Gomes Pereira

Defesa: 08/03/2013

O futuro das atividades nas unidades de produção agrícola passa pela sucessão, porém a falta de estrutura, as limitadas políticas voltadas à agricultura familiar, as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores são fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de trabalho na cidade o que dificulta a sucessão. Este trabalho teve por objetivo analisar a sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2012. Para isto utilizou-se um modelo econométrico de escolha qualitativa escolhido o Multinomial Logit (MNL). Este trabalho utilizou o método misto, caracterizou-se como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e, pesquisa de campo e bibliográfica quanto aos meios. Ainda utilizou o método hipotético-dedutivo e o fenomenológico. Os dados quantitativos e qualitativos foram coletados de forma simultânea com igual prioridade por meio de entrevistas feitas com os indivíduos das famílias de assentados, selecionados aleatoriamente em Sidrolândia (MS). Tal município foi selecionado pela existência de expressivo número de assentamentos rurais. Utilizou-se a técnica de transformação dos dados qualitativos para posterior análise. Os resultados indicaram que, a probabilidade de não haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi de 16,49%, para a probabilidade de haver sucessão no futuro pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi de 81,16% e para a probabilidade de haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi de apenas 2,35%. De forma geral, destaca-se que as variáveis: transmissão do patrimônio, tempo no lote do assentado, se o assentado possui financiamento, se algum filho tem posse de lote e a renda do assentado são as principais determinantes da sucessão no assentamento pesquisado. Foi possível confirmar que as hipóteses de quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão; e de quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão, no entanto a hipótese de quanto maior o nível educacional, menor a escolha pela sucessão foi rejeitada.

Palavras-chaves: Sucessão, Assentamentos rurais, Jovens, Agricultura familiar, Multinomial Logit.

ABSTRACT

FACIONI, Dejanira. **Análise da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

Orientador: Matheus Wemerson Gomes Pereira

Defesa: 08/03/2013

The future activities in agricultural production units passes by succession, but the lack of infrastructure, limited policies geared to family farming, the financial difficulties of farmers and low education are factors that contribute to the output of young people in rural areas in search of work in the city which makes the succession. This study aimed to analyze the succession in rural settlement in the state of Mato Grosso do Sul, in the year 2012. For this we used an econometric model of choice qualitative chosen Multinomial logit (MNL). This study used a mixed method, characterized as exploratory, descriptive and explanatory as to the purposes and field research and literature on the means. Still used the hypothetical-deductive method and the phenomenological. The quantitative and qualitative data were collected simultaneously with equal priority through interviews with individuals from families of settlers, randomly selected from Sidrolândia (MS). This city was selected by the existence of a significant number of rural settlements. It was used the technique of processing qualitative data for later analysis. The results indicated that the likelihood of no succession by the set of variables at the midpoints, was 16.49% for the likelihood of future succession in the set of variables at the midpoints, was 81.16% and the probability of succession of the set of variables at the midpoints was only 2.35%. Overall, it is emphasized that the variables of the transmission assets, while sitting in the lot, if the funding has seated, if any child has possession of the lot and sat income are the main determinants of succession in the settlement searched. It was possible to confirm that the assumptions of lower farm income, more worsens the succession process, and the longer the time in rural areas, the greater the choice of succession, however the hypothesis the higher the educational level, the lower choosing the succession was rejected.

Key-words: Succession, Rural settlements, Youth, Family farming, Logit Multinomial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Assentamento Capão Bonito I, município de Sidrolândia (MS).	53
Figura 2. Agrovila do Assentamento Capão Bonito I.....	60
Figura 3. Estado de origem dos entrevistados.	61
Figura 4. Principais atividades agropecuárias desenvolvidas no assentamento	62
Figura 5. Gado leiteiro (5 a), e visão externa de instalação de uma unidade de produção avícola (5 b).....	63
Figura 6. Faixa etária dos sucessores.....	79
Figura 7. Grau de escolaridade dos sucessores.	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Construtos e variáveis da pesquisa.....	39
Quadro 2. Tipo, tempo e motivo da participação em organizações	66
Quadro 3. Tipo, tempo e motivo da não participação em de organizações	67
Quadro 4. Opinião dos assentados sobre a assistência do governo	69
Quadro 5. Opinião dos respondentes sobre a saída dos jovens do meio rural	72
Quadro 6. Opinião dos assentados sobre o que deveria ser feito para os jovens permanecerem no assentamento.	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Financiamentos concedidos no Brasil pelo PRONAF em 2012.....	19
Tabela 2. Descrição das variáveis pesquisadas.....	44
Tabela 3. Descrição das variáveis pesquisadas no modelo MNL.....	50
Tabela 4. Descrição e resultado das variáveis pesquisadas	55
Tabela 5. Teste da razão da verossimilhança para adoção sequencial.....	83
Tabela 6. Estimativas do modelo MNL (base $j=2$).....	84
Tabela 7. Efeitos marginais para as diferentes categorias de sucessão	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ART	Artigo
CONT	Continuação
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
EJA	Educação para Jovens e Adultos
EM	Efeitos Marginais
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do MS
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MNL	Multinomial Logit
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RRR	Razão de Risco Relativo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Instituto Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA E SUA IMPORTÂNCIA	14
1.2	HIPÓTESES	15
1.3	ORGANIZAÇÃO.....	15
2	OBJETIVOS.....	16
2.1	OBJETIVO GERAL	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3	SUCCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E EM ASSENTAMENTOS RURAIS.....	17
3.1	CONCEITUANDO SUCESSÃO E A EVASÃO DOS JOVENS DO MEIO RURAL	17
3.2	OS JOVENS NO MEIO RURAL: O DILEMA ENTRE FICAR E SAIR DO CAMPO	24
3.3	A SUCESSÃO E OS JOVENS NO CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS	30
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
4.1	MÉTODO DE PESQUISA	42
4.2	PROCEDIMENTOS	43
4.2.1	Procedimentos de pesquisa e variáveis de estudo	43
4.2.2	O Modelo Multinomial Logit (MNL)	48
4.3	BASE DE DADOS	52
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	55
5.1	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS	55
5.2	CARACTERIZAÇÃO DOS SUCESSORES DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO I	79
5.3	JOVENS ASSENTADOS	81
5.4	ANÁLISE DA SUCESSÃO NO MODELO MULTINOMIAL LOGIT (MNL).....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
6.1	DETERMINANTES DA SUCESSÃO NO ASSENTAMENTO	95
6.2	IMPLICAÇÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DA PESQUISA	98
	REFERÊNCIAS	101
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	106
	APÊNDICE B – RESULTADOS DA PESQUISA.....	110

1 INTRODUÇÃO

O futuro das atividades nas unidades de produção agrícola passa pela sucessão. A continuidade das atividades agrícolas pelas próximas gerações é muito importante para a população do meio rural e também do meio urbano, haja vista que do campo depende nossa alimentação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – (IBGE, 2009), a agricultura familiar fornece boa parte dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros. A agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Em relação à pecuária corresponde a 58% da produção de leite, 59% da produção de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos produzidos no país. A agricultura familiar representou no censo de 2006, 38% do valor total da produção (IBGE, 2009).

Dada a importância da agricultura familiar, muitos trabalhos podem ser encontrados na literatura sobre este tema. Porém, pouco se encontra sobre sucessão na agricultura familiar ou em assentamentos rurais no estado de Mato Grosso do Sul. Assim o presente estudo aborda a sucessão no âmbito dos assentamentos rurais neste Estado.

Carvalho (2007) apresenta uma breve, mas importante definição do que é sucessão nos empreendimentos rurais: “entendemos a sucessão enquanto um processo endógeno, interno a propriedade rural, onde pelo menos um dos filhos sucede o pai na administração da unidade produtiva.” (Carvalho, 2007, p. 15).

Os autores que discursam sobre sucessão na agricultura familiar abordam, geralmente, as perspectivas dos jovens de permanecer ou sair da propriedade rural. Ahlert (2009) destaca que a população rural no Brasil encontra-se em processo de envelhecimento, e que boa parte da renda do campo provém de aposentadoria. Os jovens estão desmotivados a continuarem no meio rural, ficando nas propriedades as pessoas mais idosas. Isso vem de encontro às constatações de Carvalho (2007), por comentar que a transição demográfica que atinge o meio rural brasileiro dificulta a sucessão.

A falta de estrutura e as limitadas políticas voltadas à agricultura familiar juntamente com as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade dos agricultores são citados por Costa Júnior (2007) como fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em busca de oportunidades de trabalho no meio urbano. Mello et al. (2003, p.17) entendem que “o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do

estabelecimento para a próxima geração”. Neste contexto, surge a problemática da efetividade da sucessão nos empreendimentos rurais.

Petinari, Tereso e Bergamasco (2008), citam que os filhos saem da propriedade rural em busca de trabalho nos centros urbanos por alguns motivos, entre eles o tamanho das propriedades (que costumam ser pequenas), a falta de mecanismos para aumentar a renda, o desfavorecimento da política agrícola e a busca de novos horizontes e tentativa de construir suas vidas em outro local. Estes motivos citados por aqueles autores serão levados em consideração para analisar a sucessão neste estudo.

Percebe-se que a juventude rural tem saído do campo em busca de oportunidades no meio urbano. Porém, isso pode estar interferindo diretamente na sucessão, devido à ausência de sucessores nas atividades e/ou na gestão dos empreendimentos rurais. Assim, esta pesquisa foi realizada no município de Sidrolândia, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, onde a agricultura familiar ocupa aproximadamente 74% de suas propriedades rurais, segundo os dados do IBGE (2011).

De acordo com o levantamento realizado junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sidrolândia¹ consta com 16 assentamentos rurais reconhecidos pelo próprio INCRA e um assentamento reconhecido pelo estado de Mato Grosso do Sul. O assentamento Capão Bonito em Sidrolândia (MS) foi selecionado para compor a amostra das famílias assentadas por ser o mais antigo e consolidado, segundo o Instituto. Com isso, possibilita estudar a sucessão, visto que esta se relaciona com as gerações e histórico de vida das famílias com o meio rural. Além disso, a maioria dos trabalhos encontrados sobre essa temática reporta-se a outras regiões do país e é importante ressaltar que os assentamentos são muito relevantes para a conjuntura econômico-social do estado de Mato Grosso do Sul.

Os jovens residentes no meio rural são bastante importantes na continuidade ou não dos trabalhos dos pais nas atividades agrícolas. Por isso, este trabalho abordou a existência ou não de sucessão, os fatores que levam os jovens a saírem do campo e as perspectivas deles quanto a esses questionamentos com base na literatura e no trabalho de campo. Além dessa perspectiva dos jovens de permanecer ou sair da propriedade rural este estudo tem a evasão como possível causa para a falta de sucessores nas atividades rurais. No entanto, deve-se ressaltar que o foco do trabalho são os responsáveis pelo lote.

¹ Levantamento verificado sobre o número de assentamentos em 2011.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E SUA IMPORTÂNCIA

Caso não haja sucessão tanto dos trabalhos desenvolvidos pelas famílias quanto da gestão, quais serão os rumos do meio rural? Quais as perspectivas dos indivíduos envolvidos no processo? Essas são discussões pertinentes à pesquisa e que devem ser levadas em consideração. A importância deste estudo está indicada na relevância da agricultura familiar em nível nacional e no fato de que parte significativa da cesta básica dos brasileiros provém da agricultura familiar. Também faz-se importante estudar o tema porque a continuidade das atividades agrícolas passa pelas relações que envolvem o processo sucessório.

Para tanto, uma análise mais precisa do fenômeno permitirá analisar a sucessão em assentamentos rurais, verificando a existência ou não de sucessão, a perspectiva de permanência dos jovens nos assentamentos e o que determina os jovens a ficarem ou a saírem do campo, isto é, quais os motivos que contribuem para o processo de evasão ou permanência. Sendo assim, pode ser realizado o seguinte questionamento: quais são os fatores que influenciam a permanência ou a saída dos jovens do campo e como isso interfere na existência ou não de sucessão em assentamentos rurais?

A importância de se analisar a sucessão em assentamentos rurais reside no fato de que a continuidade ou não dos filhos no campo pode modificar as estruturas locais de produção e organização das atividades produtivas, já que o futuro do empreendimento rural depende desses jovens. No tocante a isso, Carvalho (2007) cita que o agricultor tem raízes no meio rural e dificilmente assumiria essa função se não tivesse passado pela vivência familiar adquirida nesse meio. Sendo assim, a maior parte dos indivíduos que continua as atividades rurais são os filhos dos agricultores.

Este trabalho contribui para o tema por analisar quantitativamente os principais determinantes da sucessão, além disso, por tratar a questão da sucessão no estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que há poucos trabalhos sobre esse tema nesta unidade da federação, que tem sua economia altamente dependente da agropecuária.

1.2 HIPÓTESES

As hipóteses que norteiam esta pesquisa são:

- a) Quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão familiar no campo;
- b) Quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão familiar no campo;
- c) Quanto maior o nível educacional, menor a escolha pela sucessão familiar rural.

1.3 ORGANIZAÇÃO

Esta pesquisa está organizada em seis partes além desta introdução. Na segunda divisão são apresentados os objetivos do estudo. Na terceira parte, tem-se a revisão de literatura. Na parte quatro, são apresentados os procedimentos metodológicos. Na quinta divisão, são informados os resultados e as discussões. Por fim, na sexta seção apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a intenção de sucessão no assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS);
- Verificar a perspectiva de permanência ou saída dos jovens do meio rural entre os indivíduos dos lotes pesquisados;
- Identificar a pretensão de transferência da gestão e/ou do patrimônio no assentamento;
- Mensurar os determinantes do processo de sucessão no assentamento analisado.

3 SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Este capítulo é dividido em três partes, sendo que na primeira são abordados os conceitos de sucessão e a evasão dos jovens do meio rural, também sendo apresentados o conceito de agricultura familiar no Brasil e a sucessão de forma geral. Na segunda parte, os jovens no meio rural: o dilema entre ficar e sair do campo; são apresentados o conceito de juventude, o êxodo rural e os fatores que levam as pessoas a deixarem o campo. Na terceira parte, a sucessão e os jovens no contexto dos assentamentos rurais, contextualizando-se a sucessão no âmbito dos assentamentos rurais e sua relação com os jovens, abordando as dificuldades enfrentadas nesse meio e a saída (migração) dos assentados para o meio urbano.

3.1 CONCEITUANDO SUCESSÃO E A EVASÃO DOS JOVENS DO MEIO RURAL

Primeiramente, vamos abordar o conceito de agricultura familiar no Brasil para posteriormente incorporar a sucessão nesse contexto. O art. 3º da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera como agricultor familiar aquele que atende aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar preponderantemente originada a partir de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Segundo Veiga (1996, p.395), “a versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal”. Para o autor, a organização familiar apresenta vantagens sob o aspecto da sustentabilidade devido à sua diversificação. Segundo Schwartz e Salamoni (2009, p.2) “a categoria 'agricultura familiar' é usada de forma geral para designar unidades produtivas nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho estão estritamente ligados ao grupo familiar”. Pode-se perceber, então, que no Brasil a agricultura familiar é colocada como oposição à agricultura patronal, sendo ambas apresentadas como categorias.

Com base na literatura existente Altafin (2007) destaca duas vertentes na conceituação da agricultura familiar. Uma delas considera a moderna agricultura familiar como uma nova categoria gerada sob a influência das transformações das sociedades

capitalistas desenvolvidas. A outra defende que a agricultura familiar no Brasil é um conceito em evolução e possui raízes históricas.

Peixoto (1998) descreve que diversos conceitos e expressões são empregados para identificar agricultura familiar. Como exemplo, cita pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, agricultura camponesa, etc. Segundo o autor, estas expressões manifestam pontos específicos de formas de produção agrícola, porém não evidenciam aspectos singulares e complexos que constituem a agricultura familiar. Apesar disso, Peixoto (1998) afirma que estes mesmos conceitos apresentam um elemento em comum: a predominância do trabalho familiar nas atividades produtivas da agricultura.

Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), consideram que nos Estados Unidos ocorreu um processo “equilibrado” de êxodo rural, ou seja, aconteceu de acordo com as oportunidades de emprego no meio urbano e não pela falta de alternativa das pessoas que viviam no campo. Já no caso do Brasil, o traço mais marcante é a má distribuição da propriedade da terra e esta é também a principal distorção da estruturação fundiária no país. Abramovay et al. (1998, p. 18) comentam que a agricultura familiar é caracterizada pelo exercício da atividade no interior da família, passando de geração para geração:

Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização familiar. É nesse sentido que a agricultura familiar, mesmo nos países capitalistas centrais onde ela perdeu inteiramente seus traços camponeses, pode ser definida pela unidade entre o negócio e a família.

Na lavra de Veiga (1996), é interessante ressaltar que os governos dos países desenvolvidos adotaram, no início do século XX, políticas agrícolas e fundiárias visando inibir a agricultura patronal e incentivar a agricultura familiar. Este processo, no entanto, aconteceu de maneira diferente no Brasil, país em que houve favorecimento da oligarquia fundiária e da agricultura patronal.

Na década de 1990 a agricultura familiar ganhou importância maior com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa tem a finalidade de financiar projetos para gerar renda aos agricultores familiares mantendo essas pessoas no campo com melhores condições de sobrevivência (BRASIL, 2005).

O PRONAF surgiu em um período em que os agricultores familiares enfrentavam problemas de elevado custo de produção e escassez de crédito. As taxas de juros praticáveis no mercado não eram compatíveis com os rendimentos desses produtores e a política de juros baixos determinou a dinâmica do PRONAF. O setor bancário público representa um dos maiores entraves para o crescimento do programa, porque tal setor é responsável pela liberação dos recursos do PRONAF crédito. No entanto, existe uma resistência à ampliação da clientela (GUANZIROLI, 2007).

Entre 2000 e 2005, os recursos liberados pelo PRONAF sofreram ascensão, mas é necessário verificar a efetividade deste crédito na geração de renda e no aumento da produção advinda dos agricultores familiares contemplados pelo programa do governo federal. Apesar de alguns entraves, o PRONAF tem um papel importante para a agricultura familiar do país (GUANZIROLI, 2007).

Na tabela 1, tem-se o valor em reais concedido pelo PRONAF no ano de 2012. Percebe-se uma desigualdade de distribuição no valor financiado pelo programa nesse ano. Quanto ao financiamento para custeio, o Sul destaca-se no recebimento do recurso. Em segundo, vem a região Sudeste; em terceiro o Centro-Oeste, em quarto o Nordeste e por último a região Norte. O Sul também se destaca no valor recebido para investimento. Em segundo aparece a região Nordeste, em terceiro Sudeste, em quarto o Norte e por fim o Centro-Oeste.

Tabela 1. Financiamentos concedidos no Brasil pelo PRONAF em 2012

VALOR (EM REAIS) POR ATIVIDADE/FINALIDADE						
REGIÃO	AGRÍCOLA		PECUÁRIA		TOTAL	
FONTE DE RECURSOS	CUSTEIO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	INVESTIMENTO
Centro-Oeste	94.053.251,89	44.014.154,79	302.938.355,66	421.936.298,55	396.991.607,55	465.950.453,34
Nordeste	182.506.918,60	659.598.958,81	148.144.297,95	1.020.965.720,03	330.651.216,55	1.680.564.678,84
Norte	73.731.620,37	118.973.471,55	98.923.453,41	740.691.365,02	172.655.073,78	859.664.836,57
Sudeste	887.352.036,94	823.164.078,90	410.424.898,87	816.662.060,64	1.297.776.935,81	1.639.826.139,54
Sul	3.678.409.986,96	1.576.249.122,31	829.592.949,80	1.037.265.125,99	4.508.002.936,76	2.613.514.248,30
Total Brasil	4.916.053.814,76	3.221.999.786,36	1.790.023.955,69	4.037.520.570,23	6.706.077.770,45	7.259.520.356,59

Fonte: elaboração da autora, com base em dados da Secretaria da Agricultura Familiar – MDA (BRASIL, 2012).

Os agricultores são responsáveis pela viabilização econômica e a reprodução de sua unidade familiar com o objetivo de manter o patrimônio. Para que isso ocorra, as jornadas de trabalho são intensificadas com a inclusão de todos os membros da família aptos ao trabalho numa tentativa de garantir sua reprodução social. Além disso, o trabalho tem um significado moral para os agricultores familiares (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009).

Assim, uma situação que vem ocorrendo no meio rural é a emergência e a expansão da pluriatividade nas unidades familiares. Parte dos membros da família que reside no meio rural passa a praticar atividades não agrícolas dentro ou fora das propriedades rurais. Esta prática tornou-se uma das estratégias de sobrevivência familiar (SCHNEIDER, 2003).

Para os agricultores familiares descendentes de imigrantes pomeranos do município de São Lourenço do Sul (RS), a terra não é considerada apenas um meio de produção, mas também é parte do seu modo de vida, uma vez que as unidades de produção familiares caracterizam-se por uma organização interna que se fundamenta no trabalho familiar e nos processos particulares de sucessão hereditária (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009).

De acordo com Mello et al. (2003, p. 12) “uma importante característica da agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações compreende, além do aprendizado de um ofício, também de gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em outros capitais”. Assim, torna-se possível a preparação dos jovens desde cedo para que eles deem continuidade ao trabalho de seus pais no meio rural.

Carvalho (2007), Mello et al. (2003) e Juchem, Boscarin e Céspedes (2005) apresentam conceitos complementares de sucessão. “Entendemos a sucessão enquanto um processo endógeno, interno a propriedade rural, onde pelo menos um dos filhos sucede o pai na administração da unidade produtiva.” (Carvalho, 2007, p.15). Mello et al. (2003, p. 17) entendem que “o processo sucessório na agricultura familiar está articulado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração”. Segundo Juchem, Boscarin e Céspedes (2005, p. 2), “o processo sucessório torna-se importante porque envolve um componente-chave – patrimônio da família, a continuidade da atividade profissional do pai e a saída da geração mais velha do comando do negócio”.

A importância de se analisar o perfil da sucessão no gerenciamento e/ou controle da propriedade rural está concentrada no fato de que a continuidade ou não dos filhos na agricultura depende das relações internas da família. Isso pode ser evidenciado no estudo realizado por Spanevello (2008, p. 17), que comenta que a sucessão “[...] pode ser explicada a partir das situações e/ou condições sociais e econômicas existentes no interior de cada estabelecimento”.

Pode-se também observar um pouco da problemática da sucessão de acordo com Silvestro et al. (2001, p. 87): “ para os jovens agricultores do oeste de Santa Catarina, a possibilidade mais concreta de ascender à profissão de agricultor é herdando a propriedade paterna [...]”. Ainda, foi constatado neste trabalho que há um forte desejo por parte dos

rapazes em continuarem na agricultura familiar, porém não é o que acontece com as moças, que veem essa possibilidade de forma negativa. Outro problema vivenciado é que esses jovens possuem baixa escolaridade, o que torna difícil ou ao menos incerto o sucesso dessa transferência de gestão ou de controle da propriedade rural.

Carvalho (2007 p. 2) considera que “a continuidade das atividades agrícolas sempre aconteceu de forma natural e por gerações e gerações os filhos foram sucedendo os pais”. Naquele trabalho, a autora aborda questões relacionadas à família, com ênfase nas relações de gênero². Carvalho (2007) ressalta que a não existência de sucessão – ou seja, quando a sucessão não acontece – compromete a continuidade da atividade agrícola no meio rural.

Ferreira e Alves (2009) consideram que no caso das jovens mulheres, existem duas fases em que estas deixam o campo: a primeira ocorre ao buscarem estudos mais elevados, geralmente não disponíveis no meio rural; a segunda advém pelo casamento ou pela conquista de um emprego. Mello et al. (2003, p. 18), descrevem que a questão sucessória emerge “[...] quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos nos processos sucessórios e pela própria sociedade”.

Em relação a gênero, Carneiro (2006, p. 3) afirma que “apesar das diferenças socioculturais e das condições econômicas das famílias estudadas, o lugar que a mulher ocupa no processo produtivo agrícola é tido sempre como secundário tanto pelos homens como pelas próprias mulheres”. O autor lembra que isso não ocorre somente no Brasil e cita o caso de esposas de agricultores franceses que fazem a seguinte distinção entre: “as categorias nativas ‘agricultoras’ (raramente utilizada) e ‘esposa de agricultor’ (mais comum) nos fala sobre a posição da mulher na família camponesa francesa”.

Abramovay et al. (1998), observaram que as moças saem do meio rural antes dos rapazes e em quantidade cada vez maior. Este processo de êxodo, segundo os autores, parece estar relacionado com a precariedade das perspectivas femininas e ao papel destas moças no interior das famílias de agricultores, já que geralmente as moças não participam das decisões e seu papel é considerado subalterno, diferente do que ocorre com os rapazes.

De acordo com Carneiro (2006), o sistema de valores existente impede o acesso da mulher à terra, pois esta só recebe uma parcela da propriedade em três circunstâncias: quando a terra é destituída de valor econômico, isto é, torna-se inviável para a agricultura; no caso de haver valor simbólico, haja vista não ser atributo de identidade social ou de poder; e quando

² Gênero: feminino e masculino, isto é, sucessão pelos filhos (homens ou mulheres).

não há homem na família com interesse sobre essa terra. Segundo Ferreira e Alves (2009), apesar de algumas vezes a filha ser a única herdeira quando da aposentadoria ou morte do pai, estudos indicam que há exclusão das mulheres na herança da propriedade e um privilégio masculino nos processos sucessórios, pois, as filhas somente herdam a terra na inexistência de um herdeiro do sexo masculino ou se este não se interessar pela atividade agrícola. Existe ainda uma terceira via que possibilita a herança da terra pela mulher, quando ela se torna agricultora por meio do casamento. Porém, os estabelecimentos ainda podem ficar sem sucessores de acordo com aqueles autores.

Também se pode verificar que as atividades e as estratégias exercidas pelas famílias podem influenciar na existência ou não de sucessão. Este fator pode ser evidenciado na lavra de Oliveira e Schneider (2009), que identificaram que as possibilidades de sucessão pelos filhos nas unidades familiares de ecologistas são maiores do que os não ecologistas visto que estas unidades já possuem herdeiros. Por gostarem da profissão e se sentirem valorizados como agricultores pretendem continuar trabalhando e vivendo no meio rural.

Oliveira e Schneider (2009) questionam se o diferencial entre as famílias é a inserção na produção ecológica ou se é a estratégia da pluriatividade. Os autores respondem que ambas as possibilidades parecem ser verídicas. Para moças e rapazes entre os ecologistas a pluriatividade para-agrícola (atividades não agrícolas diretamente ligadas à produção agrícola) é o principal projeto profissional. Entre os não ecologistas, há os que pretendem ser exclusivamente agricultores, outros preferem morar na cidade e existem ainda os que querem ser pluriativos agrícolas, mas fora de suas unidades produtivas.

Retomando a discussão de Carvalho (2007) sobre a transição demográfica no Brasil, a autora contrapõe o processo de transição demográfica brasileira ao da Europa. Segundo a pesquisadora, no Brasil essas ações ocorrem em ritmo mais acelerado do que no Velho Continente, ocasionando em rápidas mudanças relativas ao crescimento da população urbana e na distribuição etária e, no caso europeu, desenvolveram-se políticas públicas no âmbito da Comunidade Europeia com a finalidade de evitar o êxodo rural.

Segundo Abramovay et al. (1998), a geração de novos agricultores passa pela sucessão profissional, transferência hereditária e aposentadoria. Os mesmos autores afirmam ainda que, em regiões com predominância da agricultura familiar, o êxodo rural atinge as populações jovens com mais ênfase do que em ocasiões anteriores. Conforme Oliveira e Schneider (2009) a migração dos jovens para os centros urbanos e para outras atividades profissionais gera a crise de sucessão hereditária na agricultura familiar uma vez que não há herdeiros nas unidades produtivas que sucedam os pais.

Ahlert (2009) faz uma consideração importante a respeito da continuidade da atividade e a sucessão patrimonial, fazendo uma ressalva de que pela lei, os bens são transmitidos aos herdeiros legais quando do falecimento do titular. Neste caso, a sucessão é decidida pela lei. Sobre a questão sucessória Abramovay et al. (1998, p. 19) argumentam que “[...] o negócio exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais que uma família”, pois considera que perde a viabilidade econômica ao ter que dividi-la com os demais irmãos sucessores.

Reportando-se à sucessão na região Sul do país, Abramovay et al. (1998) descrevem que, até 1960, a sucessão era assegurada basicamente por quatro maneiras: pelo *minorato*, em que a terra é transmitida pelo pai ao filho mais novo, que se responsabiliza por cuidar dos pais na velhice; pelo esforço em dotar os filhos mais velhos das formas de reproduzir a sua condição de agricultores; pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta; e pela existência de grande mobilidade espacial e um mercado de terras dinâmico entre os agricultores familiares.

No entanto, este cenário tem sido modificado com o passar das gerações, pois, ainda na lavra de Abramovay et al. (1998) a sucessão pelos filhos mais novos tem reduzido. Segundo Cordeiro (2009), geralmente apenas um sucessor é beneficiado, sendo o filho mais novo ou o filho mais velho. Cordeiro comenta sobre a mudança dos padrões sucessórios, também evidenciado por Abramovay et. al. (1998), visto que o número de filhos tem diminuído e há um processo de individualização dos jovens na lógica coletiva familiar.

Segundo Spanevello (2008), a partilha e a compensação de filhos e filhas são variáveis e a transmissão do patrimônio depende do destino do estabelecimento que é decidido pelos pais. Petinari (2011) identificou que a divisão pode ser feita pelos pais de forma igualitária entre os herdeiros, mesmo entre os que não estão mais residindo na propriedade.

Segundo Burton e Walford (2005) estudos da literatura sugerem o tamanho da propriedade como item importante na existência de sucessão nas propriedades rurais. Tais autores desenvolveram um trabalho sobre sucessão múltipla no Reino Unido, isto é, onde mais de um herdeiro deseja continuar no trabalho da família. Os autores afirmam que quanto maior a propriedade, maior a chance de sucessão. Outra consideração importante de tais autores é que, quando a sucessão é planejada, há mais chances de a propriedade se revigorar. Por outro lado, o não planejamento pode resultar em diminuição rápida da terra quando da existência de mais de que um filho na família. Por isso, este momento é de tensão no interior das famílias.

Para Burton e Walford (2005) a sucessão múltipla não afeta apenas a estrutura da unidade produtiva, mas também o ambiente físico, a participação nos programas do governo, a construção social e o trabalho na propriedade rural da família. Pela existência de mais de um sucessor a propriedade sofre redução, mas, segundo os autores, isso é parte do ciclo de crescimento e divisão. Portanto, a sucessão deve ser planejada para que a unidade produtiva se revigore.

De acordo com Gasson e Errington (1993 apud SPANEVELLO, 2008, p. 43-44) a reprodução social de longo prazo³ (intergeracional) é composta por três fases, sendo elas a sucessão, a herança e a retirada/aposentadoria dos pais. Já em relação aos padrões sucessórios, os pesquisadores afirmam que as formas de sucessão são muitas e variadas e podem ser resumidos em quatro modelos. No primeiro modelo, o filho sucessor reside em estabelecimento separado do pai, institui forma própria de gestão e a tomada de decisão é feita de forma independente. No segundo modelo, o filho possui estabelecimento separado, tem boa autonomia na atividade que efetua, aprende a desenvolver/aprimorar atividades que aprendeu com o pai e possui ainda independência financeira relativa.

No terceiro modelo, o filho reside com o pai trabalhando em forma de parceria, aumentando a responsabilidade de forma gradual e possuindo possibilidade de tomada de decisão com a concordância de seus pais em determinadas atividades. Por último, o filho mora com o pai, mas participa pouco da tomada de decisão e das atividades do estabelecimento. Apesar de o filho ser considerado força de trabalho importante no estabelecimento e assumir como sucessor quando de morte ou aposentadoria do pai, este é menos preparado devido à sua pouca experiência administrativa (Gasson e Errington, 1993 apud SPANEVELLO, 2008, p. 44).

3.2 OS JOVENS NO MEIO RURAL: O DILEMA ENTRE FICAR E SAIR DO CAMPO

Nos trabalhos referentes ao estudo dos jovens no campo percebe-se que as definições não são bem claras quanto ao que é considerado jovem, pois a discussão não aborda somente a classificação de jovens segundo faixa etária. Para descrever este conceito, outros fatores também devem ser analisados.

De acordo com a Política Nacional de Juventude, são consideradas jovens no Brasil, pessoas com idade compreendida entre 15 a 29 anos (NOVAES et al., 2006). Sabóia e

³ Sobre a noção de reprodução social de longo prazo ver Spanevello (2008, p. 42-43).

Bregman (1999) analisaram características da mulher jovem na faixa etária de 15 a 24 anos, porém essa idade de início e fim da juventude pode ser considerada ambígua, já que, por exemplo, pessoas com a idade de 16 anos já podem votar, mas são impedidas de tirar carteira de habilitação ou responder por crimes cometidos.

Para Castro (2008) o termo juventude vai além de um recorte específico da população. A pesquisadora destaca que também se deve considerar os processos de interação social e as configurações em que estão inseridos. Sobretudo, o conceito é uma categoria de representação de identidades sociais e uma forma de classificação social de múltiplos significados. A autora considera ainda que em diferentes contextos a juventude vem se apresentando como uma categoria marcada por relações de hierarquia social:

Juventude/jovem, associado à transitoriedade do ciclo de vida ou mesmo biológico, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados (CASTRO, 2008, p. 124).

Segundo o texto “Políticas públicas de/para/com juventudes”, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO – Abramovay et al., 2004, p. 23), “o termo ‘juventude’ refere-se ao período do ciclo de vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos [...]”. Durante esta fase, ocorrem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais variando de acordo com as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e até mesmo com os gêneros.

Para comparar a situação de jovens em diferentes contextos e a fim de acompanhar sua evolução no tempo, os ciclos de idade são estabelecidos convencionalmente. Questionam-se quais são estes ciclos, mas, apesar da diversidade de abordagens, há pouca discussão sobre o limite inferior. Os critérios derivados de um enfoque biológico e psicológico são a base do raciocínio utilizado para delimitar o início da juventude, porque isso permite diferenciar o adolescente da criança (ABRAMOVAY et al., 2004).

As fronteiras da juventude na fase adulta são difusas, pois há dúvidas sobre o limite superior de idade. Isso é abordado a partir de três aspectos. Primeiramente, na medida em que a sociedade evolui, esse âmbito vai-se alargando. Em segundo lugar estão as disputas interdisciplinares. Por último, há uma tendência à “juvenilização” dos adultos no que se refere

à aparência e aos costumes, gerando a perda das características que permitem identificar o que é ser um adulto (ABRAMOVAY et al., 2004).

Para Abramovay et al. (2004), os jovens são um grupo populacional pertencente à faixa etária que varia segundo contextos particulares, geralmente entre 15 e 24 anos de idade. Porém, em áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo, incluindo o grupo de 10 a 14 anos. Já em extratos médios e urbanizados, esse limite é ampliado, compreendendo o grupo de 25 a 29 anos. Abramovay et al. (2004, p. 25), nesse contexto demográfico, define os jovens como sendo “[...] um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos”.

Na literatura não há uma definição homogênea a respeito de juventude. A exemplo disso, Abramovay et al. (1998, p. 37) afirmam que “não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude”. Para Braga (2006) o que dificulta uma definição de caráter universal de juventude é o contexto sócio-histórico-cultural e o conceito de juventude pode sofrer influências exógenas; assim, o termo juventude pode não ser o mesmo de uma sociedade para outra ou até mesmo dentro de uma mesma sociedade.

Para Ferreira e Alves (2009, p. 246), devido a contextos socioeconômicos, culturais e critérios de delimitação sobre juventude rural não se pode traçar um perfil único, visto que, para se identificar o “ser jovem”, deve-se considerar “[...] faixa etária, período de transição para a vida adulta, aceitação/contraposição a valores e práticas sociais tradicionais, especificidades na interação social e absorção de novos comportamentos”.

Segundo Castro (2008), o meio rural é desvalorizado socialmente no meio urbano que os jovens frequentam e isso gera a busca por um lugar melhor para viver. Dalcin e Troian (2009) também versam sobre a desvalorização do meio rural por parte da juventude e pontuam que isso tem contribuído para a saída constante dos jovens do campo para a cidade. Outra autora que contribui para complementar essa discussão é Carvalho (2007) ao afirmar que o modelo de desenvolvimento brasileiro colocou em contradição o rural e o urbano, sendo o rural considerado arcaico e o urbano moderno.

Dalcin e Troian (2009) consideram que a temática da juventude é polêmica, pois se refere a indivíduos em fase de transição, isto é, passando da fase de criança para a fase adulta. Surgem, então, questionamentos sobre a permanência ou abandono da propriedade por parte desses jovens. De acordo com a pesquisa daqueles autores, os jovens que permanecem na propriedade rural, de alguma forma, darão continuidade às atividades da família e os sucessores, em sua maioria, serão os cuidadores dos pais ou sogros. Mas, nestes casos, a família dos jovens possui boa situação econômica (de terra e capital).

Ainda referente ao trabalho de Dalcin e Troian (2009), a forma de interação com a comunidade por parte dos jovens entrevistados no município de Santa Rosa (RS), é realizada por meio da religião. Os jovens que pretendem ficar no campo acreditam que a vida na cidade é estressante, além de ter custo maior para viver comparado ao meio rural. Já os que pretendem sair, estes não estão satisfeitos com a vida no campo e dizem ter interesse em buscar estudo e trabalho na cidade, pois estão descontentes com a falta de diversão aliada à dificuldade de locomoção para estudarem. Além disso, estes jovens enfrentam dificuldades financeiras de terra ou de capital.

Na esteira de Ferreira e Alves (2009), os jovens rurais ligados à agricultura familiar são vistos como categoria-chave para a reprodução social do campo e da própria agricultura familiar. A transferência desses jovens para a cidade torna-se um problema, pois contribui para o esvaziamento do campo e pressagia o fim do mundo rural. As fronteiras entre o rural e o urbano aproximam-se cada vez mais, sendo que as diferentes culturas entrelaçam-se. A vida e o trabalho difícil no campo também trazem novas perspectivas e dilemas para os que vivem desse meio, principalmente para os mais jovens.

Nos anos 1960, os jovens rurais perderam sua visibilidade, pois foram submetidos à processos de transformação, influenciados pela cultura urbana moderna e mudanças nas sociedades rurais. Porém, possuem características próprias e apresentam níveis educacionais mais elevados do que as gerações anteriores (ABRAMOVAY et al., 2004). No tocante às políticas públicas dirigidas aos jovens, os autores Ferreira e Alves (2009) citam iniciativas do governo federal, como o Programa Nossa Primeira Terra⁴, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Jovem) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo).

De acordo com Costa Júnior (2007, p. 77), a heterogeneidade entre os grupos sociais leva aos jovens a questionar sobre seus projetos de vida e “[...] a falta de estrutura e as limitadas políticas voltadas à agricultura familiar tem sido um dos fatores de contribuição para a migração da juventude rural para as cidades. Esta migração ocorre, em maior frequência entre 20 e 24 anos, para os homens e, entre 15 e 19 anos para as mulheres”. Ainda conforme aquele autor, as dificuldades financeiras e a baixa escolaridade são fatores que dificultam o ingresso dos jovens no mercado de trabalho existente no meio urbano.

⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa Nossa Primeira Terra (NPT), é um incentivo à participação qualificada dos jovens no Programa Nacional de Crédito Fundiário que está ligado às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Ferreira e Alves (2009) indicam dois fatores principais para o processo migratório campo-cidade: a) *fatores de atração*: os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades de trabalho remunerado; b) *fatores de expulsão*: as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola. A partir desses dois eixos, os autores fazem uma análise acerca da saída dos jovens do meio rural. Dentre os aspectos negativos sobre o modo de vida no campo, os jovens indicam a ausência de férias e de fins de semanas livres e horários de trabalho indefinidos. Além disso, consideram o trabalho no campo como árduo, penoso e difícil por causa do calor, frio e demais dificuldades aliadas a baixos rendimentos. Por outro lado, a autonomia dos agricultores que decidem sobre seu próprio trabalho é encarada como um fator positivo.

Nos Estados Unidos e na Europa os fatores de atração predominaram sobre os fatores de expulsão, onde o êxodo rural foi impulsionado pela expansão das oportunidades de emprego nas indústrias localizadas nos centros urbanos. Ao contrário do que ocorre no Brasil, visto que, neste país, houve a configuração cada vez maior do êxodo de refugiados do campo pela falta de alternativas de sobrevivência dos indivíduos que saem desse meio. Também é preciso considerar que os indivíduos que permaneceram no campo sofreram consequências, como acesso limitado (ou sem acesso) à terra, à educação, às políticas agrícolas, à infraestrutura, dentre outros itens (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Curioni (2009) também comenta dos fatores de atração/expulsão ao afirmar que a migração segue esses dois aspectos.

Para Curioni (2009), a cidade, ao oferecer melhores condições de vida e de trabalho, atrai os migrantes, enquanto o campo apresenta um processo de desenvolvimento seletivo e o mercado de trabalho local não apresenta expectativas de emprego. Estas características impedem a permanência dos indivíduos no campo, principalmente os que não possuem propriedade rural. Curioni termina sua explanação afirmando que a migração campo-cidade é uma decisão forçada pela sobrevivência e, em grande parte, o fluxo migratório ocorre por livre e espontânea vontade.

Dalcin e Troian (2009) citam fatores que levam os jovens a saírem do campo, como a timidez de alguns deles; o pouco diálogo entre os jovens e sua família; a influência dos próprios pais em casa e também na tomada de decisão; a impossibilidade de estudar; a ausência de renda própria; as precárias condições de infraestrutura, moradia e transporte; e o incentivo dos irmãos em buscar melhores salários nos centros urbanos. Fato importante citado por aqueles autores é que alguns pais não querem que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades enfrentadas por eles em pequenas propriedades rurais.

Diversos estudos indicam a busca por níveis mais altos de escolaridade como um fator que contribui para a saída de jovens do meio rural. Outros motivos também podem ser encontrados, como a escassez de recursos financeiros da família; a necessidade de maior presença dos jovens nas atividades rurais, a falta de transporte ou estradas precárias e o desinteresse pelo estudo. Este último item deve-se ao fato de que os conteúdos das disciplinas oferecidas nas escolas não são adaptados à realidade social que esses jovens vivenciam. No entanto, o fator com maior impacto para o desinteresse pelo estudo está relacionado ao entendimento dos jovens e principalmente dos pais de que não é necessário estudar para ser agricultor (FERREIRA; ALVES, 2009). Isso evidencia uma questão cultural das famílias que reproduz em seu interior comportamentos, costumes, hábitos e valores que são passados de geração para geração.

Segundo Ferreira e Alves (2009), entre os jovens que saem do meio rural há predominância de moças, fenômeno que favorece a masculinização do campo⁵. De acordo com esses autores, vários fatores originam esse processo, como o papel subalterno das mulheres no interior das famílias, a desvalorização das atividades desempenhadas pelas mesmas na lavoura, a indivisibilidade do trabalho doméstico e o espaço pequeno ocupado pelas mulheres na atividade agrícola comercial, sendo que sua atuação restringe-se a uma espécie de auxiliar. Já os filhos de agricultores vão para a cidade em busca de oportunidade de trabalho ou em busca de aperfeiçoamento profissional (PETINARI, 2007; DOTTO, 2011).

A saída dos jovens no campo também é estudada por Petinari, Tereso e Bergamasco (2008) nos municípios de Marinópolis, Santa Albertina e Santa Salete pertencentes ao Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) de Jales, no estado de São Paulo. São apresentados alguns motivos para o êxodo, destacando-se o tamanho das propriedades (geralmente pequenas), a falta de mecanismos para aumentar a renda, o desfavorecimento das políticas agrícolas e a busca por novos horizontes nas grandes cidades e tentativa de construção da vida em outro local.

Para Petinari (2007), os jovens que ingressam em universidades geralmente não retornam às propriedades rurais porque o campo de trabalho deles restringe-se particularmente à área urbana. Os jovens que completam o Ensino Médio, ao conseguirem emprego na cidade, passam a morar perto do local de trabalho e acabam não voltando para a roça porque o salário no campo é mais incerto.

⁵ Nesse estudo, não será aprofundado o fenômeno da “masculinização” do campo, haja vista que não foi feito recorte por gênero; isto é, sucessão por filhas (feminino) e filhos (masculino).

O processo de transformação do meio rural brasileiro vem ocorrendo de forma mais acelerada do que em outros países e com isso é originado um cenário intenso de exclusão. Por sua vez, isso gera o envelhecimento da população rural com boa parte da renda do campo sendo proveniente de aposentadorias dos indivíduos idosos (AHLERT, 2009). Segundo Petinari (2007), o dinheiro proveniente da previdência rural é, em alguns casos, a principal renda da família, o que demonstra a importância desse tipo de rendimento.

Para ilustrar essa realidade (envelhecimento da população rural), pode-se citar Ferreira e Alves (2009), que analisam a evolução da população rural total no período de 1996 a 2006. No período determinado, os indivíduos pertencentes à faixa de idade de zero a 29 anos diminuiu no meio rural. Por outro lado, o total de pessoas nas faixas de idade de 30 a 59 anos e 60 anos ou mais aumentou, ainda que em níveis comparativamente menores. Em contraponto, a população urbana aumentou em todas as faixas etárias, principalmente entre indivíduos com 60 anos ou mais, seguido de pessoas entre 30 e 59 anos de idade.

Ferreira e Alves (2009) comentam que a diminuição da população rural com idade entre zero e 14 anos é uma questão relevante. Outra consideração é que, no meio rural, os homens são maioria em todas as faixas de idade. Já no meio urbano, as mulheres são maioria, sendo estas, minoria apenas nas faixas de zero a 14 anos.

Em estudo realizado por Ahlert (2009) no Vale do Taquari (RS), a população rural encontra-se em processo de envelhecimento, pois os jovens estão desmotivados de continuarem no meio rural, permanecendo nas propriedades geralmente as pessoas mais idosas. De acordo com Carvalho (2007), quando a sucessão não acontece, a continuidade das atividades agrícolas é comprometida, podendo desaparecer daquela localidade ou ainda ser exercida de forma diferente.

3.3 A SUCESSÃO E OS JOVENS NO CONTEXTO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS⁶

Antes de contextualizar a sucessão e os jovens em assentamentos rurais, faz-se necessário apresentar um pouco das disposições contidas na Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Segundo essa Lei, a distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária é feita através de títulos de domínio público ou de concessão de uso. O beneficiário, obrigatoriamente, assume o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, por meio de um grupo familiar ou de cooperativas. Ele também não pode ceder o uso da terra para terceiros no prazo

⁶ A sucessão e os jovens foram contextualizados em conjunto nesta seção devido à existência de trabalhos relacionados à sucessão, que geralmente estão associados aos jovens.

de 10 anos. Em caso de descumprimento, ocorrerá a rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão concedente (BRASIL, 1993).

Para os titulares da terra (primeira geração), a terra de reforma agrária concedida é vista como uma conquista da família em relação à sua moradia anterior, sendo um espaço de residência e produção. Já para os jovens assentados (segunda e terceira gerações), a terra é primordialmente considerada espaço de residência, insuficiente para morar e trabalhar ao mesmo tempo. Um ponto em comum entre as gerações é que ambas consideram que a terra é um bem que deve ser administrado em conjunto (CORDEIRO, 2009). De acordo com Santos, N. F. (2007) para o trabalhador que parte para a luta pela terra não encara a propriedade como um fim a ser alcançado, mas a vê como uma etapa na trajetória de vida da família e do trabalho agrícola, pois tem como projeto de vida seus sonhos e a garantia de trabalho para a família.

No assentamento Marrecas em São João do Piauí (PI), os jovens e adultos relatam que a vida nos assentamentos é menos difícil do que suas experiências anteriores, porque passaram a ter acesso à água, a emprego e à educação após muitos anos de trabalho. Porém, eles reconhecem que as melhorias nas condições de vida alcançadas não são suficientes. Os jovens declararam ter casa própria, apesar de esta não ser muito boa. Eles reconhecem a importância da moradia, mas sabem que esta não é acessível a todos e que poderia ser melhor (GONÇALVES, 2009). Para Santos, N. F. (2007), “os novos valores e costumes aprendidos durante o acampamento refletem uma nova maneira de pensar a realidade e, portanto, um novo modo de agir [...]”. Isso, de certa forma, justifica a importância dada por esses indivíduos à conquista da família em viver nos assentamentos.

Wedig, Wizniewsky e Rambo (2007), ao estudarem a sucessão hereditária no município do Capão do Leão (RS) no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apontam alguns desafios. Os autores citam as precárias condições de vida em que vivem os assentados e relatam que o retorno deles ao meio rural obrigou-os a morar em baixo de lonas, suportando precárias condições de sobrevivência nos acampamentos. Há um grande déficit na educação dos jovens do meio rural, pois existe a ideia de que o rural é “atrasado” e de que a cidade é um espaço de desenvolvimento. Os autores comentam ainda que, segundo os próprios assentados, é necessário haver uma educação focada nas relações internas ao meio rural para possibilitar que os jovens a continuem no campo.

Os autores Wedig, Wizniewsky e Rambo (2007), afirmam que um dos principais obstáculos para a permanência dos jovens no meio rural é a falta de políticas públicas efetivas de manutenção dos jovens no campo, pois o que se encontra são políticas mais voltadas para a

produção técnica (relacionada à monocultura do latifúndio). É necessário, porém, considerar outros aspectos como, por exemplo, os serviços de educação voltados especificamente para o meio rural. Outro problema evidenciado é que a quantidade de terra a ser herdada, isto é, a ser distribuída aos filhos assentados. Em muitos casos, o tamanho do lote é insuficiente, o que geralmente ocasiona que apenas um dos filhos fique com a posse da terra.

Outra abordagem pode ser percebida segundo Castro (2005) sobre os jovens rurais no estado do Rio de Janeiro. Entre as contribuições desse trabalho estão os motivos pelos quais os jovens querem sair do campo. A autora coloca que nos estabelecimentos pesquisados a figura paterna é vista como uma “autoridade” pelos filhos, o que faz com que estes jovens queiram buscar sua independência. No contato com outros jovens na escola, lugar em que os pais “permitem” frequentar, cresce a vontade dos filhos de saírem do campo para buscarem novas oportunidades. No caso das filhas, existe outra questão a ser analisada, que é a possível saída delas do meio rural através do casamento. Neste caso há a possibilidade de continuarem no campo, em estabelecimento próximo ao dos pais. No entanto, Castro (2005) comenta que os jovens dos assentamentos estão na verdade preocupados com a posse da terra.

No assentamento Che em Itaberá (GO), a falta de lazer, sobretudo de trabalho e de renda são os principais influenciadores nas decisões de ficar ou sair do campo pelos jovens. Ainda são citadas as dificuldades de transporte para aqueles que estudam. Existe também a impossibilidade dos pais em adquirir novas terras, restando aos jovens sucessores, quando há possibilidade, diversificar a produção a fim de aumentar a renda da família devido ao fato de a terra ser pequena (SANTOS, N. F., 2007).

De acordo com Curioni (2009), no assentamento Santa Rosa II em Abelardo Luz (SC), a migração para a cidade ocorre porque as propriedades são pequenas e de má qualidade, há falta de crédito agrícola, grande distância e o acesso a alguns recursos são dificultados, incluídos neste quesito a saúde, a educação e até o esporte e o lazer. Segundo Braga (2006) além de problemas educacionais no assentamento Hipólito em Mossoró (RN) os assentados enfrentam deficiências relacionadas ao associativismo. Outro problema identificado no local é a ausência de lazer. Para a autora, o associativismo representa um caminho mais viável para os assentamentos rurais como instrumento para alavancar o processo produtivo. Já o lazer é essencial a todo indivíduo, pois este é um ser social por natureza, portanto, necessita participar dos processos societários⁷. Braga (2006) cita ainda que existem deficiências em relação ao associativismo e que há ausência de atividades de lazer,

⁷ A respeito dos processos societários, Braga (2006) afirma que é preciso haver alguma forma de organização social. Não basta viver em conjunto, é necessário participar desse processo.

que são necessárias para favorecer a participação da população no processo de organização social.

A possibilidade de estudar apenas até o Ensino Fundamental, a falta de empregos e de lazer na região do assentamento Novo Horizonte em Campos dos Goytacazes (RJ) são motivos que levam os jovens a querer sair do campo. Eles declararam que há falta de emprego formal na localidade, seja ligado à atividade agrícola ou não. O trabalho com a exploração da terra é insuficiente para a manutenção da família. O trabalho na usina de cana-de-açúcar também é atrasado e insuficiente, porém menos instável que a renda agrícola (CORDEIRO, 2009).

A escola no MST teve início na base social do movimento representando a preocupação das famílias de sem-terras com a escolarização dos filhos. Em 1985 quando foi criado o MST, as famílias deixavam seus filhos com parentes e amigos para que continuassem os estudos, mas naquela época, algumas famílias ainda não davam importância à escolarização. Assim, foram criadas escolas no assentamento com a finalidade de manter as crianças próximas às suas famílias e dar continuidade aos ideais do movimento destacando que, geralmente, os educadores são agentes internos (SANTOS, F. M., 2006). De acordo com Gonçalves (2009) no assentamento Marrecas em São João do Piauí (PI), a maioria dos (as) professores (as) reside e está inserida nas atividades do dia-a-dia do assentamento.

Buth (2005) afirma que a baixa escolaridade é um dos fatores que mantém as pessoas no campo. Isso acontece porque elas não possuem estudo suficiente para trabalhar na cidade, local que exige mais escolaridade devido ao desenvolvimento tecnológico. Com nível de escolaridade maior, a tendência é que o indivíduo abandone o campo. Segundo Curioni (2009) o êxodo rural está relacionado à precariedade das condições de existência do migrante, que acaba submetendo-se à condição de assalariado no meio urbano para garantir sua subsistência e a de sua família. Contudo, a falta de capacitação limita a inserção deste indivíduo no mercado de trabalho.

Dotto (2011) identificou um percentual muito maior de analfabetos entre os pais de jovens que permaneceram nos assentamentos. Já os jovens que saíram do meio rural apresentaram nível de educação maior do que aqueles que permaneceram no campo. O autor ainda observou uma diferenciação por gênero visto que as moças possuem formação educacional maior que os rapazes e as mães dessas moças também possuem maior nível de educação que os pais.

Fato interessante observado no assentamento Ramada em Júlio de Castilhos (RS) é a existência de escola voltada para o Ensino Fundamental. Esta característica permite menor

distância percorrida pelos alunos para estudarem. Porém, a escola ainda não possui Ensino Médio e o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que faz com que os jovens tenham que decidir entre terminar os estudos na cidade após o término do Ensino Fundamental ou permanecer no campo. Muitos destes jovens preferem se mudar para a cidade e a maior parte deles não retorna ao campo (BUTH, 2005). De acordo com Buth, o que contribui para esse não retorno ao assentamento é que ao saírem do campo e se mudarem para a cidade, os jovens têm contato com uma cultura diferente e com uma forma de vida aparentemente mais fácil devido à infraestrutura dos centros urbanos.

Realidade diferente é a evidenciada pelos jovens do assentamento Hipólito em Mossoró (RN). Eles informam que a escola chegou tarde ao assentamento e que, apesar de possuir o programa EJA, encontram dificuldades para voltar a estudar. Segundo eles, o motivo é a falta de tempo e a incompatibilidade de horário (aulas acontecem no período vespertino). Esses jovens possuem de 21 a 29 anos, trabalham em atividades domésticas, no assentamento ou fora dele e não possuem tempo durante o dia. Outros não têm mais interesse em voltar aos estudos (BRAGA, 2006).

As más condições das estradas e a precariedade do transporte público são outros problemas enfrentados pelos assentados, principalmente em períodos de chuva, quando o ônibus não pode transportar os alunos e o caminhão de leite, por exemplo, não chega às unidades produtivas causando prejuízos às famílias assentadas (BUTH, 2005). Esse problema enfrentado pelos assentados em período de chuva também foi observado por Braga (2006).

As famílias do assentamento Marrecas, de São João do Piauí (PI) mobilizaram-se junto ao município para terem acesso à educação formal, demonstrando a importância dada pelas famílias no tocante à escolarização. Através da reivindicação constante, o assentamento possui educação básica, Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio, sendo que os primeiros anos de estudo são de responsabilidade do município e o Ensino Médio é de responsabilidade do Estado. Os jovens valorizam a educação escolar do assentamento e compreendem-na como uma possibilidade de ampliar suas oportunidades (GONÇALVES, 2009).

Houve uma melhora na escolaridade dos jovens comparada a escolaridade de seus pais, pois os indivíduos com mais de 30 anos são analfabetos, semianalfabetos ou frequentaram a escola somente da 1ª a 4ª séries. Já os indivíduos pertencentes à faixa etária de 15 a 30 anos possui escolaridade de 4ª a 8ª séries ou Ensino Médio (MENEZES, MALAGODI e MARQUES, 2008). No caso do assentamento Novo Horizonte, os jovens sucessores possuem um “déficit educacional” e as moças apresentam nível de educação superior ao dos

rapazes para compensar futura herança não recebida, indicando forte viés de gênero (Cordeiro, 2009).

Em algumas partes do mundo os níveis de escolaridade têm aumentado, mas são questionadas a qualidade do ensino e as dificuldades de permanência nas escolas, o que reflete na difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho (ABRAMOVAY et al., 2004). Segundo Braga (2006), os postos de trabalho ofertados pelo serviço público acabam sendo ocupados por pessoas externas ao assentamento pela falta de qualificação da população assentada, restando aos assentados os cargos que exigem menor escolaridade.

Na lavra de Menezes, Malagodi e Marques (2008), o desequilíbrio entre a produção nos lotes e o não atendimento das necessidades de consumo das famílias, principalmente dos jovens, gera a migração deles para usinas ou trabalho assalariado em outros lotes, entre outras estratégias. Essa dificuldade de manutenção da família e das necessidades faz com que jovens solteiros ou casados, homens ou mulheres e os próprios titulares de lotes busquem trabalho fora do assentamento.

Grande parte da população rural tem migrado em busca de melhores condições de vida e é atraída pela perspectiva de emprego na cidade. Isso ocorre devido às prolongadas crises socioeconômicas e à redução do mercado de trabalho no campo, item que tem intensificado a miséria, a pobreza no campo e falta de infraestrutura, entre outros problemas enfrentados. Assim, o fator econômico é fundamental na motivação da migração campo-cidade, seguindo a tendência nacional (CURIONI, 2009).

Conforme Dotto (2011), os jovens que saíram dos assentamentos rurais, geralmente possuem até 25 anos de idade e estão em busca de aperfeiçoamento profissional. A frequência do êxodo rural é maior entre as moças. Os jovens que têm permanecido no campo são em grande parte homens, acima de 25 anos e que viveram mais tempo nos assentamentos do que os jovens que saíram do meio rural. Segundo Buth (2005) há um predomínio da população masculina sobre a feminina no assentamento Ramada, principalmente dos indivíduos pertencentes às faixas etárias de menos de 18 anos e de 31 a 50 anos. O grau de escolaridade das pessoas com faixa etária de 31 a 50 anos é baixo, normalmente cursaram até a 4ª série.

Santos, N. F. (2007) identificou que as pessoas que lutam pela terra não são apenas trabalhadores rurais que perderam acesso à propriedade. Em boa parte, são desempregados urbanos e sem tetos, geralmente ex-trabalhadores rurais. Ainda na lavra da autora, os indivíduos saem da cidade natal em busca de trabalho para melhores condições de vida em outras cidades. Mas nem sempre os sonhos se realizam e, assim, há um desejo de retornar ao campo a fim de garantir a sobrevivência da família.

Tanto os pais quanto os jovens do assentamento Hipólito em Mossoró (RN), afirmam que a falta de trabalho é o principal motivo que leva os jovens a deixar as famílias e buscarem oportunidades melhores na cidade (BRAGA, 2006). Essa realidade apresentada pela autora está intimamente relacionada com a capacidade organizativa local, principalmente no que se refere à geração de emprego.

Fato interessante abordado por Dotto (2011) é que a maior parte dos jovens que saíram do campo entrou no assentamento por meio dos movimentos sociais, enquanto que a maior parte das famílias dos jovens que ficaram no meio rural teve entrada através de sindicatos. Os filhos de famílias nordestinas ficaram mais nos assentamentos que os filhos de sulistas, indicando influência do aspecto cultural da origem familiar nas escolhas dos jovens. Conforme Dotto (2011), a maioria dos jovens não participa das decisões nas propriedades dos pais; ainda assim, os jovens que permaneceram no assentamento apresentaram média maior de participação do que os jovens que saíram, mesmo que o nível de participação ainda tenha sido pequeno.

No que tange à reprodução socioeconômica nos assentamentos Buth (2005) afirma que “a pluriatividade vem contribuindo para a reprodução socioeconômica dos assentados viabilizando a manutenção do assentamento. Assim, se reconstrói o território, se mantém o emprego, a renda e a moradia no meio rural” (BUTH, 2005, p.75). Apesar das atividades não agrícolas serem importantes para atender à subsistência e à complementação da renda familiar, a pluriatividade possui pouca expressão comparada às atividades agrícolas que são predominantes no assentamento Ramada, em Júlio de Castilhos (RS) (BUTH, 2005).

De acordo com Aguiar (2011), para parte dos beneficiários da reforma agrária, o assentamento representou a oportunidade de continuidade da unidade familiar e a cultura repassada de geração para geração⁸. A produção para subsistência existente nos lotes tem peso, pois, para as famílias, o comércio não é o foco. Ou seja, faz parte de um modelo cultural, onde a venda de produtos é apenas complementar; por isso, a produção geralmente é diversificada com agregação de valor como forma de estratégias das famílias.

De acordo com Benedelli (2005), os assentamentos são heterogêneos e isso se dá pela existência de indivíduos com contexto histórico diferente, sendo eles de diferentes idades, etnias e religiões. Uns já viveram em diversas regiões do país e outros nunca saíram da comunidade de origem. Também apresentam baixo grau de escolaridade, sendo

⁸ Essa realidade está relacionada com a história das famílias assentadas na região de Santana do Livramento (RS) que pode se configurar de forma diferente em outras regiões do país visto que as famílias de outros assentamentos podem não ter histórico familiar com atividades rurais.

analfabetos, semianalfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto. O ponto comum entre essas pessoas é a exclusão social proveniente de um processo produtivo no qual estão inseridos.

Segundo Cruz (2008), há modos de vida diferentes e divergentes nos assentamentos devido às trajetórias de vida diversas. O autor refere-se a modos de vida no plural pela existência dessas diferentes maneiras de viver. Isso gera diferentes formas de reprodução da vida das pessoas que não residem em seus lotes, comparado aos que permanecem morando no assentamento. A organização do trabalho também é diferenciada.

Braga (2006) identificou a falta de perspectiva dos jovens da faixa etária de 15 a 29 anos no assentamento Hipólito em Mossoró (RN). Uns apresentam falta de entusiasmo em relação às expectativas sobre o futuro e são até mesmo conformados com as dificuldades enfrentadas. Outros são revoltados com o tratamento que lhes é dispensado por parte dos órgãos públicos.

Há de se destacar que a maior parte da população assentada, conforme Braga (2006), em sua maior parte, teve alguma experiência anterior na agricultura, porém a inserção no mercado de trabalho rural era feita de forma diferente. Isso vem de encontro à afirmação de Carvalho (2007) de que o indivíduo que é agricultor tem (ou teve) de algum modo relação com o meio rural.

Segundo Dotto (2011), os assentamentos rurais são novos espaços de afirmação da agricultura familiar no Brasil e a manutenção destes locais quanto à sucessão pelos jovens vem sendo discutida pelos pesquisadores. De acordo com Cordeiro (2009), apesar da sucessão em assentamentos de reforma agrária ser um momento de tensão, não é evidente a falta de sucessores no assentamento Novo Horizonte em Campos dos Goytacazes (RJ). Nesta situação, sempre há referência de um filho, primo ou tio que ficará responsável pela gestão do patrimônio em caso de morte ou grave enfermidade do titular do lote.

No caso de grave enfermidade do titular, Cordeiro (2009) comenta que fica mais evidente essa realidade, visto que frequentemente a gestão do patrimônio é passada para um parente de lote próximo, mesmo que seja temporariamente. Alguns fatores contribuem para a decisão de quem ficará responsável pelo lote de assentamento: a sucessão geralmente é feita para os homens (filhos, genros, primos, tios) ou para aquele que não possui carteira de trabalho assinada, pois acredita-se que a aposentadoria é importante para o investimento na terra (CORDEIRO, 2009).

De acordo com Cordeiro (2009), o pai possui autoridade para decidir quem será o sucessor. O jovem é preparado desde cedo ajudando o pai no trabalho e a educação passa a

não ser muito incentivada pelos pais ao jovem sucessor, colocando a educação num papel secundário. Dotto (2011) também identificou que os jovens escolhidos pelo pai para dar continuidade ao trabalho rural após sua aposentadoria são geralmente do sexo masculino e aprendem a lidar com a produção do lote. Essa preferência se dá principalmente porque os pais consideram que, para o homem, é mais fácil lidar com as atividades braçais, maquinários etc. A falta de opção para a filha, nesse caso, acaba influenciando sua saída do meio rural.

No assentamento Marrecas no Piauí, há difusão de poder com diversos líderes tanto jovens quanto mais antigos gerando ampliação dos espaços de participação, organização coletiva e o empoderamento juvenil. Essa descentralização do poder pode ser um diferencial que propicia crescimento e diversas experimentações. Ainda que haja falta de comunicação entre o jovem e a família, sobretudo entre pai e filha, a família é uma das principais referências dos jovens. As relações familiares no assentamento são um misto de conflitos e entendimento, pois os jovens buscam o diálogo favorecendo o fortalecimento das relações entre as gerações (GONÇALVES, 2009).

O projeto de assentamento tem a finalidade de garantir a reprodução da unidade familiar, mas o que se observa – depois de certo tempo em que o sistema foi implantado – é o envelhecimento e empobrecimento das famílias que permanecem assentadas. Ocorre que os filhos não estão dando continuidade aos projetos dos pais e têm deixado o trabalho no campo cada vez mais cedo. Por fim, esses filhos que deveriam ser os sucessores de seus pais no assentamento acabam decidindo entre ficar ou sair do meio rural (SANTOS, N. F., 2007).

Levantaram-se alguns questionamentos a partir dos resultados obtidos pelos autores abordados na revisão de literatura para serem analisados nesta pesquisa. Os autores foram agrupados de acordo com o assunto abordado. No quadro 1 tem-se as principais variáveis relevantes para este trabalho com seus respectivos autores, tais variáveis foram relacionadas com as perguntas do formulário de entrevista.

Quadro 1. Construtos e variáveis da pesquisa

CONSTRUTO	VARIÁVEIS	REFERENCIAL TEÓRICO	PERGUNTAS NA ENTREVISTA	
Sucessão no assentamento	Intenção de sucessão	CARVALHO (2007); MELLO et al. (2003); JUCHEM, BOSCARIN e CÉSPEDES (2005); SPANEVELLO (2008); SILVESTRO et al. (2001); OLIVEIRA e SCHNEIDER (2009); ABRAMOVAY et al. (1998); AHLERT (2009); BURTON e WALFORD (2005); GASSON e ERRINGTON (1993 apud SPANEVELLO, 2008); DOTTO (2011); BUTH (2005); AGUIAR (2011); CORDEIRO (2009); WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO (2007)	5 a	Há possibilidade de não haver sucessão, haver sucessão no futuro e já existir sucessão?
Terra	Tamanho do lote	BURTON e WALFORD (2005); PETINARI, TERESO e BERGAMASCO (2008); WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO (2007); CURIONI (2009)	1 b	Tamanho do lote (pequeno) interfere negativamente na existência de sucessão?
	Forma de obtenção da terra	BRASIL (1993); CORDEIRO (2009); SANTOS, N. F. (2007)	1 c	Beneficiário original ou não. Luta pela terra pode influenciar na sucessão?
Perfil do responsável pelo lote	Gênero	CARVALHO (2007); FERREIRA e ALVES (2009); CARNEIRO (2006); SILVESTRO et al., (2001); ABRAMOVAY et al. (1998); BUTH (2005)	2 a	Existência de viés masculino na sucessão?
	Idade	ABRAMOVAY et al. (1998); OLIVEIRA e SCHNEIDER (2009); FERREIRA e ALVES (2009); AHLERT, (2009); SANTOS, N. F. (2007)	2 b	Envelhecimento da população rural?
	Escolaridade	FERREIRA e ALVES (2009); BUTH (2005); DOTTO (2011); MENEZES, MALAGODI e MARQUES (2008)	2 c	Indivíduos com menor escolaridade permanecem no campo?
	Aposentadoria	AHLERT (2009); PETINARI (2007); DALCIN e TROIAN (2009)	2 d	Boa parte da renda provém da aposentadoria?

Quadro 1. Construtos e variáveis da pesquisa (Cont.)

CONSTRUTO	VARIÁVEIS	REFERENCIAL TEÓRICO	PERGUNTAS NA ENTREVISTA	
Histórico com o campo	Local de moradia	GONÇALVES (2009); SANTOS, N. F. (2007); WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO (2007)	2 e	Pode influenciar na sucessão na medida em que os filhos tem menor ou maior contato com meio urbano?
	Tempo no lote	Aguiar (2011); Braga (2006)	2 fa	Maior tempo no lote permite continuidade da unidade familiar?
	Tempo no meio rural	SANTOS, N. F. (2007); BENEDELLI (2005); CRUZ (2008); BRAGA (2006); CARVALHO (2007)	2 fb	Difícilmente uma pessoa que nunca esteve ligado ao campo passa a ser agricultor?
	Estado de origem	SANTOS, N. F. (2007); BENEDELLI (2005); CRUZ (2008)	2 g	Cultura dos pais pode influenciar nas escolhas dos jovens?
Composição da família	Número de filhos	ABRAMOVAY et al. (1998); CORDEIRO (2009)	3 b	Quanto mais filhos, menor a possibilidade de sucessão devido à divisão da terra?
Renda	Salário da família	SCHNEIDER (2003); SANTOS, N. F. (2007); BUTH (2005)	4	Um dos principais fatores que influenciam na permanência ou saída do jovem do campo?
Patrimônio	Transmissão do patrimônio	SILVESTRO et al. (2001); AHLERT (2009); SPANEVELLO (2008); PETINARI (2011)	5 bi	Patrimônio depende do destino decidido pelos pais?
	Preparação dos filhos	MELLO et al. (2003); BURTON e WALFORD (2005); CORDEIRO (2009)	5 bii	Quando a sucessão é planejada pelos pais, há mais chances de sucessão?
	Posse de lote pelos filhos	CORDEIRO (2009); SANTOS, N. F. (2007); CASTRO (2005)	5 biv	A posse de lote pelos filhos influencia positivamente na sucessão?
Participação	Em organizações	Braga (2006); BRASIL (1993); GONÇALVES (2009)	7 a	Participação social pode tornar viável processo produtivo?
	Dos membros da família no trabalho rural	SCHWARTZ; SALAMONI (2009)	7 c	Tendência de utilização de todos os membros no trabalho rural?
	Dos membros da família nas decisões do trabalho rural	Gasson e Errington (1993 apud SPANEVELLO, 2008); CASTRO (2005); DOTTO (2011); ABRAMOVAY et al. (1998); DALCIN e TROIAN (2009)	7 d	Decisões geralmente são tomadas pelo chefe de família?

Quadro 1. Construtos e variáveis da pesquisa (Cont.)

CONSTRUTO	VARIÁVEIS	REFERENCIAL TEÓRICO	PERGUNTAS NA ENTREVISTA	
Apoio do governo	Financiamento	BRASIL (2005); GUANZIROLI (2007); FERREIRA e ALVES (2009)	8 a	Importância do financiamento no processo produtivo?
	Outros subsídios ou apoios financeiros	BRASIL (2005)	8 b	Influencia na renda da família?
	Assistência do governo	BRASIL (2005)	8 c	Uma maior assistência do governo pode manter as pessoas no campo?
Estudo dos filhos	Local	SANTOS, F. M. (2006); BUTH (2005); BRAGA (2006); GONÇALVES (2009); DOTTO (2011); MENEZES, MALAGODI e MARQUES (2008); CORDEIRO (2009); BENEDELLI (2005).	8 e	Filhos geralmente estudam no assentamento até completar o Ensino Médio, depois saem em busca de continuar os estudos na cidade?
Trabalho no campo	Dificuldade	FERREIRA e ALVES (2009); GONÇALVES (2009)	9 b	Dificuldade de trabalho no campo?
Rural e urbano	Comparação	CASTRO (2008); DALCIN e TROIAN, (2009); CARVALHO (2007); FERREIRA e ALVES (2009); CURIONI (2009); BUTH (2005)	9 c	Desfavorecimento do meio rural em relação ao meio urbano?
Fator de saída dos jovens do meio rural	Motivo	FERREIRA e ALVES (2009); CARVALHO (2007); ABRAMOVAY et al. (1998); OLIVEIRA e SCHNEIDER (2009); DALCIN e TROIAN (2009); COSTA JÚNIOR (2007); BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI (2003); CURIONI (2009); PETINARI (2007); DOTTO (2011); PETINARI, TERESO e BERGAMASCO (2008); WEDIG, WIZNIEWSKY e RAMBO (2007); CASTRO (2005); SANTOS, N. F. (2007); CORDEIRO (2009)	9 e	Baixa renda das atividades agrícolas, tamanho da propriedade, baixa escolaridade e idade são os principais fatores da saída dos jovens do meio rural?
Estímulo aos filhos	Estímulo	DALCIN e TROIAN (2009); CORDEIRO (2009); SPANEVELLO (2008)	9 f	Pais têm transferido para os filhos a decisão de ficar ou sair do meio rural?

Fonte: Elaboração da autora.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo apresenta o método, os procedimentos e a base de dados deste estudo. Explicita-se o método de pesquisa porque é utilizado o método misto, que se caracteriza como pesquisa exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e, pesquisa de campo e bibliográfica quanto aos meios. A pesquisa ainda utiliza o método hipotético-dedutivo e ao mesmo tempo fenomenológico e apresenta-se como estudo de caso. Nos procedimentos é apresentada a forma como se desenvolveu a pesquisa, o tratamento de dados e o modelo estatístico/econométrico (MNL). Por último, na base de dados tem-se o cálculo da amostra para coleta de dados.

4.1 MÉTODO DE PESQUISA

No presente estudo utilizou-se o método misto, que, segundo Creswell (2007), envolve tanto questões abertas quanto questões fechadas e análise estatística e textual, já que aborda coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos no mesmo estudo. O método misto foi escolhido por ser o mais adequado para responder aos objetivos deste estudo, fornecendo uma melhor compreensão sobre a questão principal que está relacionada à saída dos jovens do meio rural, ou seja, a existência ou não de sucessão e como isso vem acontecendo nos assentamentos rurais.

O método hipotético-dedutivo norteia este trabalho, pois segundo Vergara (2007), este método enfatiza a relevância da técnica e da quantificação, na qual os procedimentos estatísticos têm grande força, e também deduz algo a partir da formulação de hipóteses que são testadas. Ao mesmo tempo, o procedimento é fenomenológico, pois, segundo essa mesma autora, uma situação pode ser entendida a partir da vivência das pessoas que estão envolvidas com o fenômeno e pela fenomenologia é possível explorar situações, valores e práticas baseando-se na visão desses indivíduos (VERGARA, 2007; VERGARA, 2006).

Quanto aos fins, de acordo com Vergara (2007) esta pesquisa tem caráter exploratório, visto que busca identificar a existência ou não de sucessão na localidade estudada. Ao mesmo tempo, é descritiva, por expor determinado fenômeno, e também explicativa, pois objetivou esclarecer quais fatores contribuíram para que determinado fenômeno ocorresse.

Quanto aos meios, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa de campo. Vergara (2007, p. 48), coloca a pesquisa de campo como “[...] investigação empírica realizada

no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”. Ainda na lavra de Vergara (2007), esta pesquisa também é bibliográfica na medida em que foi utilizado material publicado em livros, revistas e outros meios disponíveis ao público em geral.

Esta pesquisa também se apresenta como pesquisa de caso, na medida em que analisa um assentamento. Conforme Yin (2001), os estudos de casos não exclui o uso de evidências quantitativas e ainda argumenta que as pesquisas quantitativas e qualitativas são compatíveis.

4.2 PROCEDIMENTOS

4.2.1 Procedimentos de pesquisa e variáveis de estudo

De acordo com as proposições de Creswell (2007), esta pesquisa, enquanto método misto, foi conduzida de forma simultânea; isto é, não possui sequência porque reúne os dados quantitativos e qualitativos ao mesmo tempo e com igual prioridade. A integração ocorreu na coleta de dados, porque envolve questões abertas e fechadas no formulário de entrevista. No que se refere à perspectiva teórica, a pesquisa é de cunho implícito, pois utiliza base teórica existente na literatura.

Sob o aspecto qualitativo são observadas questões referentes às perspectivas de ficar ou sair do campo. Sob o aspecto quantitativo são verificadas variáveis socioeconômicas do assentamento.

Quanto ao tratamento dos dados, houve uma sistematização depois do período de coleta que permitiu a análise das informações. Por se tratar de método misto, que utiliza dados quantitativos e informações qualitativas, os dados devem ser tratados de forma estatística e não estatística, segundo recomendações de Vergara (2007).

O principal modelo estatístico escolhido para analisar o problema da sucessão foi o modelo da escolha qualitativa, denominado Modelo Multinomial Logit, no qual procura-se encontrar os principais determinantes da sucessão do ponto de vista estatístico (econométrico), além da análise e a da interpretação por meio de sistematização dos mesmos.

Na análise de dados qualitativos, foi feita uma descrição da amostra, uso de tabelas e/ou gráficos, organização das informações (segundo a tomada de nota) e posteriormente foram identificados os padrões existentes. De acordo Vergara (2007), os dados podem ser tratados de forma não estatística, codificando-os e analisando-os.

Segundo com Creswell (2007), a análise no método misto ocorre tanto dentro da técnica quantitativa, quanto dentro da técnica qualitativa, ou ainda entre as duas técnicas. Para tanto, foi utilizada a técnica de transformação de dados, que, de acordo com Creswell, pode quantificar os dados qualitativos nas estratégias concomitantes. Ainda na esteira do mesmo autor, a transformação de dados envolve quantitativamente a criação de códigos e de temas e, posteriormente, conta-se o número de vezes que tais códigos ou temas ocorrem no texto.

A Tabela 2 apresenta a descrição de todas as variáveis analisadas e descritas na seção de estatística descritiva.

Tabela 2. Descrição das variáveis pesquisadas

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:
Intenção de Sucessão	Possibilidade ou existência de sucessão no lote	0 = Não há nem pretende haver sucessão 1 = Não há, mas pretende haver sucessão 2 = Sim há sucessão no lote
Tamanho do lote	Área total do lote com exploração agropecuária	Hectares (ha)
Forma de obtenção da terra	Beneficiário original ou não	0 = Não-beneficiário original 1 = Beneficiário original
Gênero	Feminino ou Masculino (respondente)	0 = Feminino 1 = Masculino
Idade	Idade do respondente	Anos
Escolaridade	Tempo de estudo do respondente (responsável pelo lote)	Anos
Aposentadoria	Aposentadoria do respondente	0 = Não 1 = Sim
Local de moradia	Reside no lote ou em outro local (cidade ou agrovila)	0 = Não 1 = Sim
Tempo no lote	Tempo que reside ou que adquiriu o lote	Anos
Tempo no meio rural	Histórico com o meio rural	Anos
Estado de origem	Originário do estado de Mato Grosso do Sul ou não	0 = Se não for de MS 1 = Se for de MS
Nº de filhos	Número de filhos por família assentada	Quantidade
Renda agropecuária	Renda total da família proveniente da atividade agropecuária	Em reais (R\$)/mês
Transmissão do patrimônio	Pretensão de transmissão do patrimônio em vida	0 = Não pretende ou ainda não decidiu 1 = Sim
Preparação dos filhos	Pais preparam os filhos para assumir a direção do lote	0 = Não 1 = Sim
Posse de lote pelos filhos	Posse de lote pelo (s) filho (s)	0 = Não 1 = Sim
Organização	Participação do respondente em associação no assentamento	0 = Não participa de associação 1 = Participa de associação

Tabela 2. Descrição das variáveis pesquisadas (Cont.)

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:
Trabalho rural	Participação dos membros no trabalho rural	0 = Não, apenas respondente, empregado ou parte da família trabalha no lote 1 = Sim, todos os que residem no lote trabalham, desconsiderando crianças e aposentados
Decisões do trabalho rural	Participação dos membros nas decisões referentes ao trabalho rural	0 = Responsável pelo lote é quem decide 1 = Decisão em conjunto
Financiamento	Financiamento para atividades no lote	0 = Não possui financiamento 1 = Possui financiamento
Outros apoios financeiros	Outros apoios financeiros recebidos pela família (Bolsa Família)	0 = Não recebe outros apoios financeiros 1 = Recebe outros apoios financeiros
Assistência do governo	Está contente com o apoio do governo	0 = Não está contente 1 = Está contente
Local de estudo dos filhos	Local de estudo dos filhos, considerando a maior parte do tempo	0 = Estudam/estudaram na cidade 1 = Estudam/estudaram no assentamento ou no meio rural
Dificuldade	Dificuldade do trabalho no campo	0 = Não considera difícil 1 = Sim considera difícil
Comparação	Opinião do respondente se meio rural é menos desenvolvido do que o meio urbano	0 = Não 1 = Sim
Motivo	Principal motivo citado pelos respondentes como fator de saída dos jovens do campo para a cidade	0 = Baixa renda das atividades agrícolas 1 = Demais motivos
Estímulo	Estímulo ou não dado aos filhos	0 = Não estimulou ou deixou a escolha livre 1 = Sim estimulou

Fonte: Elaboração da autora.

Intenção de sucessão é a base do modelo, sendo as possibilidades de sucessão $j=0$ em que não há nem pretende haver sucessão no lote; $j=1$ em que não há no momento, mas pretende haver futura sucessão no lote; e $j=2$, em que já existe sucessão no lote.

Tem-se, portanto, além da intenção de sucessão, outras 26 variáveis, sendo que todas foram analisadas neste trabalho tendo como base as possibilidades de sucessão $j=0$, $j=1$ e $j=2$, sendo tamanho do lote, forma de obtenção, gênero, idade, escolaridade, aposentadoria, local de moradia, tempo no lote, tempo no meio rural, estado de origem, número de filhos, renda agrícola, transmissão do patrimônio, preparação dos filhos, posse de lote pelos filhos, organização, trabalho rural, decisões do trabalho rural, financiamento, outros apoios financeiros, assistência do governo, local de estudo dos filhos, dificuldade, comparação, motivo e estímulo.

O tamanho do lote é a área total do lote de assentamento utilizado para produção agropecuária mensurada em hectares (ha). A forma de obtenção da terra refere-se ao beneficiário original ou não do lote, ou seja, se obteve o lote no início do assentamento pelo

INCRA ou se foi beneficiado posteriormente, sendo 0 para beneficiário original do lote e 1 para não beneficiário original do lote.

Gênero refere-se a sexo feminino ou masculino do (a) entrevistado (a), sendo 0 assentado do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A idade do respondente foi mensurada em anos. A escolaridade é o tempo de estudo do respondente, isto é, do responsável pelo lote que foi medida em anos devido às diferenças no grau de escolaridade brasileiro.

A aposentadoria do respondente foi medida por sua existência ou não, sendo 0 para os casos que o (a) respondente não possui aposentadoria e 1 para os casos em que o (a) entrevistado (a) possui aposentadoria. O local de moradia é onde o (a) respondente reside, 0 se o assentado (a) reside no lote, 1 se o (a) assentado (a) reside na cidade ou na agrovila do assentamento.

O tempo no lote refere-se ao período em que a família reside ou recebeu o lote, mensurado em anos. O tempo no meio rural foi medido em anos para verificar o histórico dos respondentes com o campo. O estado de origem refere-se à procedência dos assentados, sendo 1 para entrevistados provenientes do estado de Mato Grosso do Sul e 0 para entrevistados provenientes de outras localidades.

O número de filhos das famílias assentadas foi medido em quantidade. A renda agrícola é a renda total da família obtida com atividades agropecuárias desenvolvidas nos lotes, medida em reais (R\$). Na transmissão do patrimônio, verificou-se a pretensão de transferir o patrimônio em vida pelo responsável legal do lote, mensurada em 0 para os casos em que não se pretende ou ainda não se decidiu e 1 para os casos em que sim, isto é, o lote está transferido para sucessor ou já foi decidido o momento em que se fará a transferência da propriedade.

A preparação dos filhos foi mensurada em 0 caso os pais não preparam os filhos para continuar os trabalhos no lote ou para assumir a direção do mesmo e 1 caso os pais preparam seus filhos para continuar com a lida no campo. A posse do lote pelos filhos também foi mensurada em 0 e 1, sendo 0 para as respostas em que nenhum dos filhos possui lote de assentamento e 1 para as respostas em que um ou mais filhos do casal possui título legal de um lote.

A organização refere-se à participação em associação que foi medida em participação ou não nesse tipo de organização, sendo 0 quando o respondente não participa de associação no assentamento e 1 para o respondente que participa de associação no assentamento. Em trabalho rural foi verificada a participação dos membros da família no trabalho rural, sendo 0 quando apenas o respondente, algum empregado ou parte da família trabalha no lote e 1

quando todos os membros que residem no local trabalham no lote, desconsiderando as crianças e os aposentados.

As decisões do trabalho rural referem-se à participação dos membros da família nas decisões referentes ao trabalho no campo, sendo 0 para quando somente o responsável pelo lote é quem decide e 1 para quando as decisões são tomadas em conjunto pela família. O financiamento para as atividades no lote foi mensurado na utilização ou não desse benefício, em que 0 não possui financiamento e 1 possui financiamento para as atividades agropecuárias.

Em outros apoios financeiros verificou-se a existência de outros suportes econômicos recebidos pela família assentada, neste caso, o programa Bolsa Família e o ProUni, sendo 0 para os casos em que não há recebimento e 1 para os casos em que a família recebe é beneficiada. A assistência do governo refere-se ao contentamento dos assentados quanto ao apoio recebido pelo governo, sendo 0 em caso negativo e 1 em caso positivo.

Para a mensuração do local de estudo dos filhos dos entrevistados considerou-se o local onde estudaram a maior parte do tempo, sendo 0 para os que estudam/estudaram na cidade e 1 para os que estudam/estudaram no assentamento ou no meio rural. A dificuldade refere-se à dificuldade do trabalho no campo, sendo 0 para os que não consideram o trabalho rural difícil e 1 para os que consideram o trabalho rural difícil.

Na variável comparação, verificou-se a opinião do respondente ao meio rural ser menos desenvolvido que o meio urbano, sendo 0 para os que não consideram o campo menos desenvolvido que a cidade e 1 para os que consideram o campo menos desenvolvido que a cidade.

O motivo refere-se à principal razão citada pelos respondentes como fator de saída dos jovens do meio rural para o meio urbano, no qual 0 representa a baixa renda das atividades agrícolas apontada como principal fator de saída e 1 representa os demais motivos citados pelos assentados.

O estímulo diz respeito ao estímulo ou não dado pelos pais aos filhos quanto a permanecer no campo trabalhando no lote, sendo 0 quando do não estímulo ou da livre escolha dos filhos e 1 quando os pais estimulam/estimularam os filhos a ficar e a continuar o trabalho dos pais no estabelecimento.

No dia 22 de junho de 2012 foi realizado um teste com um assentado do Capão Bonito I, quando se verificou a aplicabilidade das perguntas a serem feitas em entrevistas posteriores com os indivíduos que compuseram a amostra daquele assentamento. Segundo Collis e Hussey (2005), as entrevistas estão associadas a metodologias positivistas e fenomenológicas. Nesse método de coleta de dados, as perguntas são feitas a participantes

selecionados com a finalidade de descobrir o que fazem, pensam ou sentem. No caso deste trabalho, as entrevistas puderam contribuir para um melhor entendimento do fenômeno estudado.

4.2.2 O Modelo Multinomial Logit (MNL)

As diferentes possibilidades de intenção de sucessão são verificadas pelo método de máxima verossimilhança. O teste da razão da máxima verossimilhança é baseado na comparação da função de verossimilhança do modelo restrito com a do modelo irrestrito⁹, definido por Johnston e Dinardo (2001):

$$\lambda = \frac{L^*}{L}, \quad (1)$$

Em que L^* é o valor da função de verossimilhança do modelo restrito; L , o valor da função de verossimilhança do modelo irrestrito; e $0 \leq \lambda \leq 1$. A estatística do teste, que é o logaritmo da razão de verossimilhança, equivale a:

$$LR = 2(\ln L - \ln L^*) \sim \chi_m^2 \quad (2)$$

Portanto, LR segue a distribuição de qui-quadrado (χ^2), com m graus de liberdade. A hipótese nula a ser testada é a de que o modelo restrito é igual ao modelo estimado irrestrito, ou, em outros termos,

$$\begin{aligned} H_0: & \text{Modelo restrito} = \text{Modelo irrestrito.} \\ H_1: & \text{Modelo restrito} \neq \text{Modelo irrestrito.} \end{aligned} \quad (3)$$

Para verificar a influência das variáveis exógenas no processo de sucessão especifica-se o modelo em que a variável dependente admite valores discretos, com mais de uma opção de escolha, ou seja, o processo de sucessão pode ser representado por três possibilidades de escolha ($j=0$, $j=1$ e $j=2$), i.e., $j=0$, para quando não há nem pretende haver sucessão na propriedade; $j=1$ para quando não há, mas pretende haver sucessão no lote do assentamento; e $j=2$ para quando há sucessão na propriedade.

⁹ Estimado pelo modelo Logit, em que considera 0 quando não há certeza de sucessão nas alternativas ($j=0$) e ($j=1$) considera 1 quando há sucessão ($j=2$).

Um dos principais objetivos dos modelos de respostas qualitativas é calcular a probabilidade de um indivíduo, com determinado conjunto de atributos, tomar uma decisão sobre um dado evento (Gujarati, 2000).

Neste modelo, a probabilidade de ocorrência da resposta é decorrente de um conjunto de regressores, como escolaridade, treinamento, rentabilidade, etc. (Greene, 2003). No modelo MNL é utilizada a seguinte especificação:

$$Prob(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j X_i}}{\sum_{k=0}^3 e^{\beta_k X_i}}, \quad (4)$$

Em que Y_j é variável aleatória, que indica a escolha feita pelo indivíduo; $Prob(Y_i = j)$, probabilidade de um indivíduo i optar pela escolha j ; X , matriz de atributos observáveis para os indivíduos; e β , vetor de parâmetros a ser estimado.

Nesse modelo, de acordo com Greene (2003), as equações estimadas geram um conjunto de probabilidades para $J+1$ escolhas do indivíduo i com características X_i . Uma forma de resolver esse problema é utilizar uma normalização, em que se admite que $\beta_0 = 0$. Assim, tem-se a seguinte especificação:

$$Prob(Y_i = j) = \frac{e^{\beta_j X_i}}{1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k X_i}}, \text{ para } j = 0, 1, 2. \quad (5)$$

Segundo Bressan et al. (2008), no modelo MNL, o efeito das variáveis explicativas sobre a $Prob(Y_i=j)$ pode ser escrito pela razão de risco relativa (RRR), que é definida por:

$$RRR = \frac{P(Y = j / x + 1) / P(Y = k / x + 1)}{P(Y = j / x) / P(Y = k / x)}. \quad (6)$$

O RRR pode ser interpretado como o efeito sobre a probabilidade de escolha da alternativa j , em relação à alternativa k , decorrente de mudanças relativas nas probabilidades, sendo que x representa o vetor das variáveis atributos. A RRR, no modelo Multinomial Logit (MNL), pode ser obtida pelo exponencial dos coeficientes estimados, de forma a similar a

odds-ratio do modelo logístico. A diferença é que a razão de risco relativa fornece as mudanças relativas nas probabilidades.

Outra forma de analisar o efeito da variável explicativa sobre a probabilidade de escolha é obter a diferenciação da equação (2), o efeito marginal de X_i em P_j , que pode ser representado por:

$$\begin{aligned} \frac{\partial P_j}{\partial X_i} &= \frac{\beta_j e^{\beta_j X_i} \left[1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k X_i} \right] - e^{\beta_j X_i} \sum_{k=1}^J \beta_k e^{\beta_k X_i}}{\left[1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k X_i} \right]^2} \\ &= \frac{e^{\beta_j X_i}}{\left[1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k X_i} \right]} \left[\beta_j - \sum_{k=1}^J \frac{e^{\beta_k X_i}}{\left[1 + \sum_{k=1}^J e^{\beta_k X_i} \right]} \beta_k \right] \\ &= P_j \left[\beta_j - \sum_{k=0}^J P_k \beta_k \right] = P_j [\beta_j - \bar{\beta}] \end{aligned} \quad (7)$$

Note que os sinais dos efeitos marginais podem ser diferentes dos sinais dos coeficientes estimados.

Baseando-se na literatura abordada, escolheram-se oito variáveis com base na intenção de sucessão para o modelo Multinomial Logit (MNL). Na tabela 3, têm-se as variáveis que foram testadas nesta pesquisa.

Tabela 3. Descrição das variáveis pesquisadas no modelo MNL

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:
Intenção de sucessão	Possibilidade ou existência de sucessão no lote	0 = Não há nem pretende haver sucessão 1 = Não há, mas pretende haver sucessão 2 = Sim, há sucessão no lote
Transmissão do patrimônio	Pretensão de transmissão do patrimônio em vida	0 = Não pretende ou ainda não decidiu 1 = Sim
Renda agrícola	Renda total da família proveniente da atividade agrícola	Em reais (R\$)/mês
Financiamento	Financiamento para atividades no lote	0 = Não possui financiamento 1 = Possui financiamento
Posse de lote pelos filhos	Posse de lote pelo (s) filho (s)	0 = Não 1 = Sim
Tempo no meio rural	Histórico com o meio rural	Anos

Tabela 3. Descrição das variáveis pesquisadas no modelo MNL (Cont.)

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:
Idade	Idade do respondente	Anos
Organização	Participação do respondente em associação no assentamento	0 = Não participa de associação 1 = Participa de associação
Escolaridade	Tempo de estudo do respondente (responsável pelo lote)	Anos

Fonte: Elaboração da autora.

Intenção de sucessão é a base do modelo, sendo as possibilidades de sucessão $j=0$ em que não há nem pretende haver sucessão no lote; $j=1$ em que não há no momento, mas pretende haver futura sucessão no lote; e $j=2$ em que já existe sucessão no lote.

Tem-se, portanto oito variáveis testadas pelo modelo MNL com base nas possibilidades de sucessão $j=0$, $j=1$ e $j=2$ (citada no parágrafo anterior), sendo transmissão do patrimônio, renda agrícola, financiamento, posse de lote pelos filhos, tempo no meio rural, idade, organização e escolaridade (Tabela 3). Estas variáveis foram escolhidas por melhor representar os determinantes de acordo com os construtos apresentados no quadro 1 e nas vinte e sete variáveis descritas na tabela 2.

Na transmissão do patrimônio verificou-se a pretensão de transferência do patrimônio em vida pelo responsável legal do lote, mensurada em 0 quando não há intenção de transferir a propriedade ou ainda não decidiu e 1 quando sim, isto é, o lote está transferido para sucessor ou já foi decidido o momento em que se fará a transmissão.

A renda agrícola das famílias foi verificada e mensurada em reais (R\$). Posteriormente utilizou-se o ln da renda agrícola para o MNL. O logaritmo natural da variável renda (\ln renda) foi usado por representar melhor a variável.

O financiamento para as atividades no lote foi mensurado na utilização ou não desse benefício, em que 0 não possui financiamento e 1 possui financiamento para as atividades agropecuárias. Mensurou-se a posse ou não de lotes por pelo menos um dos filhos dos assentados, sendo 0 para as respostas em que nenhum dos filhos possui lote e 1 para as respostas em que um ou mais filhos do casal possui título legal de um lote.

O tempo no meio rural foi medido em anos para verificar o histórico dos respondentes com o campo. A idade do respondente foi medida em anos.

Foi testada a multicolinearidade para todas as variáveis e encontrado problema entre idade e tempo rural, visto que a maioria dos entrevistados vive no meio rural desde criança,

coincidindo idade e tempo no meio rural. Por isso, eliminou-se o problema utilizando idade ao quadrado e tempo no meio rural ao quadrado no modelo MNL.

A participação em associação foi medida em participação ou não nesse tipo de organização, sendo 0 quando o respondente não participa de associação no assentamento e 1 para o respondente que participa de associação no assentamento.

Entre os respondentes há assentados de diversas idades gerando respostas em grau de escolaridade diferentes; por esse motivo o tempo de estudo foi medido em anos.

Esperou-se que as variáveis testadas pelo modelo MNL apresentassem resultados positivos para as possibilidades de sucessão $j=1$ e $j=2$, isto é, para a possibilidade de haver sucessão no futuro e de haver sucessão, respectivamente.

4.3 BASE DE DADOS

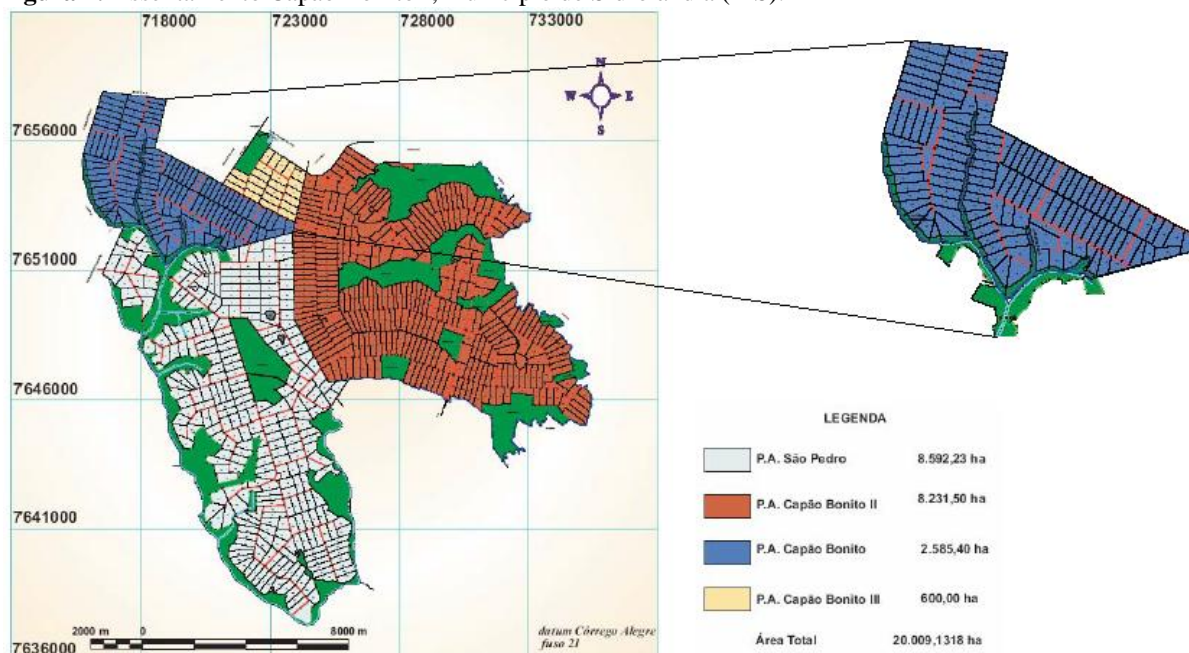
Os dados deste trabalho são primários, obtidos a partir de formulários de entrevista realizados com assentados no período de agosto a setembro de 2012. A amostra utilizada foi do tipo aleatória simples, em que a escolha de um indivíduo em determinada população tem a mesma probabilidade de ocorrência.

Para a seleção das famílias da amostra foi feito um sorteio dos lotes do assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS). As entrevistas foram realizadas com o (a) responsável¹⁰ do lote ou seu (sua) cônjuge, pertencentes às famílias assentadas de Sidrolândia (MS). Quando da presença de jovens no momento da entrevista, eles também foram ouvidos (sendo todos da faixa etária de 15 a 29 anos). A técnica de tomada de nota foi utilizada para análise posterior.

As entrevistas foram baseadas em perguntas pré-formuladas e realizadas no assentamento Capão Bonito I (figura 1), no município de Sidrolândia (MS). O trabalho de Spanevello (2008) serviu como base para formulação das entrevistas e foram adaptadas para esta pesquisa. De acordo com os dados de 2010 do IBGE Cidades, Sidrolândia (MS) possuía 42.132 habitantes. O mesmo Instituto avaliou que, em 2012, o município continha 2.167 unidades de produção agropecuária (IBGE, 2012).

¹⁰ Nos casos em que já existia sucessor e este já responde pela gestão do lote, a entrevista foi feita com esse assentado, visto que é o atual responsável pelos trabalhos rurais no estabelecimento.

Figura 1. Assentamento Capão Bonito I, município de Sidrolândia (MS).



Fonte: Adaptado de SANTANA, 2006.

De acordo com o INCRA, existem 17 assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo órgão no município de Sidrolândia (MS). O assentamento Capão Bonito I, criado em 20/10/1989 pela Resolução nº 042, está localizado na Fazenda Capão Bonito no mesmo município, e possui área (em ha) de 2.585,3984, com 133 famílias assentadas. De acordo com a Portaria nº 40 de 15/12/2000, este projeto encontra-se consolidado.

Fatores relevantes foram levados em consideração para a seleção do local de realização da pesquisa. Primeiramente, fez-se um estudo e verificou-se que o município de Sidrolândia possui um número expressivo de assentamentos rurais. Em segundo lugar, o assentamento Capão Bonito I é o mais antigo e considerado consolidado de acordo com o INCRA. Reis (2002, p. 45) comenta que “a ocupação da Fazenda Capão Bonito foi uma das iniciativas pioneiras na implantação da reforma agrária em Mato Grosso do Sul”. A importância de se estudar o assentamento mais antigo refere-se ao que foi explicitado quando da apresentação do problema de pesquisa e sua relevância, isto é, pela possibilidade de existência de assentados com mais tempo nas atividades rurais permitindo responder aos objetivos deste estudo.

Segundo Reis (2002), os problemas fundiários em Sidrolândia (MS) geralmente relacionavam-se com a Fazenda Capão Bonito. Em 1975, Francisco José Medeiros ao chegar ao município fundou o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura e se filiou ao FETAGRI. No ano de 1988 é apresentada Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Capão Bonito. Em 1989, o presidente José Sarney desapropria a área da Fazenda Capão Bonito para

fins de Reforma Agrária, no mês de agosto do mesmo ano, a Comarca de Sidrolândia cumpre mandato de EMISSÃO DE POSSE nº 002/89.

Ainda conforme Reis (2002), a área desapropriada destinada ao assentamento Capão Bonito foi dividida em 133 lotes, sendo primeiramente distribuídos 132 lotes para as famílias associadas a sindicatos e 1 lote para uma Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul. Posteriormente esse lote foi doado a uma família.

De acordo com Fonseca e Martins (1996), o cálculo para amostras de uma população finita é apresentado em:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2(N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}, \quad (8)$$

Em que n é tamanho da amostra; Z , abscissa da curva normal padrão; p , estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida, expresso em decimais; $q = 1 - p$; N , tamanho da população; e d , erro amostral admitido, expresso em decimais.

Então, para atender ao objetivo proposto, foram entrevistadas 45 famílias pertencentes ao assentamento Capão Bonito I em Sidrolândia (MS). Abaixo segue o cálculo da amostra dos assentados a serem entrevistados, com 90% de confiança e 10% de erro:

$$\begin{aligned} n &= \frac{1,64^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5) \cdot 133}{0,1^2 (133 - 1) + 1,64^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5} \\ &\Rightarrow n = 44,8852 \\ &\Rightarrow n \cong 45 \end{aligned}$$

Deve-se levar em consideração que os assentados que recebem terras para cultivo podem não ter um histórico com a agricultura anterior ao recebimento do lote. Justamente pela relação do indivíduo com o meio rural, citada por Carvalho (2007), este trabalho optou por pesquisar as famílias do assentamento Capão Bonito I, que possui mais de 20 anos de criação, possibilitando a existência de famílias que residem neste local há um tempo considerável.

Faz-se uma ressalva de que Dotto (2011)¹¹ estudou esses fatores em assentamentos rurais com jovens do Mato Grosso do Sul, por isso neste trabalho serão ouvidos os proprietários (ou responsáveis atuais) dos lotes. Quando da existência de jovens, esses também foram ouvidos.

¹¹ Dotto (2011) verificou os fatores que levam a saída dos jovens do meio rural com os jovens que saíram e com os que permaneceram no campo em três assentamentos, sendo o Campanário no município de São Gabriel do Oeste, Conquista, em Campo Grande e Guariroba, em Terenos no estado de Mato Grosso do Sul.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

A tabela apresentada a seguir apresenta os principais resultados quantitativos obtidos na pesquisa (Tabela 4).

Tabela 4. Descrição e resultado das variáveis pesquisadas

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:	%	Geral	
				Média	Desv. Padrão
Intenção de sucessão	Possibilidade ou existência de sucessão no lote	0 = Não há nem pretende haver sucessão 1 = Não há, mas pretende haver sucessão 2 = Sim há sucessão no lote	15,6% 64,4% 20%	1.04	0.60
Tamanho do lote	Área total do lote com exploração agropecuária	Hectares (ha)	19,44 ha	19.44	4.94
Forma de obtenção da terra	Beneficiário original ou não	0 = Não beneficiário original 1 = Beneficiário original	58% 42%	0.42	0.50
Gênero	Feminino ou Masculino (respondente)	0 = Feminino 1 = Masculino	47% 53%	0.53	0.50
Idade	Idade do respondente	Anos	52,69	52.69	11.51
Escolaridade	Tempo de estudo do respondente (responsável pelo lote)	Anos	6,27	6.27	4.08
Aposentadoria	Aposentadoria do respondente	0 = Não 1 = Sim	64% 36%	0.36	0.48
Local de moradia	Reside no lote ou em outro local (cidade ou agrovila)	0 = Não 1 = Sim	7% 93%	0.93	0.25
Tempo no lote	Tempo que reside ou que adquiriu o lote	Anos	14,46	14.46	7.39
Tempo no meio rural	Histórico com o meio rural	Anos	46,7	46.70	20.71
Estado de origem	Originário do estado de Mato Grosso do Sul ou não	0 = Se não for de MS 1 = Se for de MS	60% 40%	0.40	0.50
Nº de filhos	Número de filhos por família assentada	Quantidade	3	3.22	1.95
Renda agropecuária	Renda total da família proveniente da atividade agropecuária	Em reais (R\$)/mês	941,22/mês	941.22	766.61
Transmissão do patrimônio	Pretensão de transmissão do patrimônio em vida	0 = Não pretende ou ainda não decidiu 1 = Sim	71% 29%	0.29	0.46

Tabela 4. Descrição e resultado das variáveis pesquisadas (Cont.)

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	MENSURADA EM:	%	Geral	
				Média	Desv. Padrão
Preparação dos filhos	Pais preparam os filhos para assumir a direção do lote	0 = Não 1 = Sim	40% 60%	0.60	0.50
Posse de lote pelos filhos	Posse de lote pelo (s) filho (s)	0 = Não 1 = Sim	73% 27%	0.27	0.45
Organização	Participação do respondente em associação no assentamento	0 = Não participa de associação 1 = Participa de associação	64% 36%	0.36	0.48
Trabalho rural	Participação dos membros no trabalho rural	0 = Não, apenas respondente, empregado ou parte da família trabalha no lote 1 = Sim, todos os que residem no lote trabalham, desconsiderando crianças e aposentados	60% 40%	0.40	0.50
Decisões do trabalho rural	Participação dos membros nas decisões referente ao trabalho rural	0 = Responsável pelo lote é quem decide 1 = Decisão em conjunto	51% 49%	0.49	0.51
Financiamento	Financiamento para atividades no lote	0 = Não possui financiamento 1 = Possui financiamento	60% 40%	0.40	0.50
Outros apoios financeiros	Outros apoios financeiros recebidos pela família (Bolsa Família)	0 = Não recebe outros apoios financeiros 1 = Recebe outros apoios financeiros	89% 11%	0.11	0.32
Assistência do governo	Está contente com o apoio do governo	0 = Não está contente 1 = Está contente	62% 38%	0.38	0.49
Local de estudo dos filhos	Local de estudo dos filhos, considerando a maior parte do tempo	0 = Estudam/estudaram na cidade 1 = Estudam/estudaram no assentamento ou no meio rural	20% 80%	0.80	0.40
Dificuldade	Dificuldade do trabalho no campo	0 = Não considera difícil 1 = Sim considera difícil	51% 49%	0.49	0.51
Comparação	Opinião do respondente se meio rural é menos desenvolvido que o meio urbano	0 = Não 1 = Sim	33% 67%	0.67	0.48
Motivo	Principal motivo citado pelos respondentes como fator de saída dos jovens do campo para a cidade	0 = Baixa renda das atividades agrícolas 1 = Demais motivos	33% 67%	0.67	0.48
Estímulo	Estímulo ou não dado aos filhos	0 = Não estimulou ou deixou escolha livre 1 = Sim estimulou	69% 31%	0.31	0.47

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

A questão 5 a (intenção de sucessão) apresenta-se como pergunta chave nessa pesquisa visto que visou investigar a existência ou não de sucessão ou de sua possibilidade entre as famílias entrevistadas. A média desta variável foi de 1,04. A maior parte dos respondentes, 64,4% dos entrevistados, afirmou que no momento não há, mas que pretende haver sucessão no lote; 20% dos entrevistados afirmaram existir sucessor no lote e 15,6% disseram que não há nem pretende haver sucessão naquele estabelecimento.

Quando questionados sobre a intenção de sucessão, os respondentes tinham a liberdade de informar o (s) motivo (s) para tal resposta. Dentre os 15,6% que informaram não ter sucessão, as razões citadas foram a baixa renda do lote, o fato do casal não possuir filhos ou estes não residirem mais com os pais. Um respondente informou que “pode ser, porém não garante a sucessão”. Ainda teve o caso de respondente afirmar que “sempre foi da roça, mas não quer que os filhos continuem pela dificuldade enfrentada no lote”. Um respondente não informou motivo.

Entre os 64,4% dos respondentes que informaram que no momento não há sucessão, mas pretende haver sucessão no futuro, houve respostas das mais variadas. No entanto, pôde-se observar que cinco deles afirmaram que os filhos assumiriam a propriedade em caso de emergência, isto é, pelo falecimento dos pais. Em duas situações, os pais afirmaram que os filhos ainda são pequenos (até 12 anos de idade); por isso, não dão certeza de que haverá sucessão, mas os pais pretendem que as crianças deem continuidade aos trabalhos no lote no futuro. Em outros dois casos, os pais informaram que possivelmente o filho assumirá o lote. Cinco não quiseram informar motivo.

Nas demais situações (15 entrevistas), cada respondente informou um motivo para a possibilidade de sucessão no futuro, sendo: “o filho reside em lote vizinho então assumiria no futuro”; “os pais trabalham para ter estrutura para que os filhos permaneçam no lote”; “os pais pretendem que o filho assuma, porém ainda é cedo”; “o filho que ficou no lote ajuda no mercado e o filho mais velho possui um lote”; “o filho que ficou na propriedade ajuda no lote”; “o genro pretende assumir o lote (com a filha do respondente)”; “depois que crescerem os filhos que sabem”; “já conversou sobre o assunto e sabe que não pode vender o lote”; “o filho possui lote perto; os outros filhos não gostam de sítio para morar, só para passeio”; “no futuro, talvez”; “por causa do gado (para dar continuidade)”; “certeza que vai, todos gostam da área rural”; “as duas filhas estão tentando adquirir lote pelo INCRA”; “pretendemos que o mais novo assuma; se não fosse por ele, não estaríamos mais no lote”; “hoje não tem como ficar no lote pela renda que é pouca, mas no futuro talvez”.

Nos casos de sucessão (20%) existe certa homogeneidade. Em três casos, os respondentes são os sucessores, porém em uma situação, o sucessor assumiu o lote do sogro na prática, já que para passar a propriedade para o seu nome tem uma grande burocracia no INCRA. Em outro caso, o pai da esposa do respondente tem a posse do lote, o INCRA pediu para esperar para passar como desistência e os irmãos dela já concordaram. No terceiro caso, o filho assumiu o lote do pai, ambos residem no lote com sua família, mas é o filho é o responsável pelo lote, porque o pai não tem condições de trabalhar na roça atualmente.

Deve-se ponderar que nas situações citadas no parágrafo anterior, no papel são os beneficiários do INCRA que assinam documentos referentes às transações no lote, mas os sucessores é que de fato estão gerenciando e trabalhando no estabelecimento.

Também houve dois casos em que um dos filhos tem a posse do lote por motivos similares. Em um dos estabelecimentos, a filha mais velha do casal tem a posse do lote porque os pais possuem uma loja de materiais para construção na Agrovila do Assentamento Capão Bonito I, que é gerenciada pela mãe da jovem. O pai dela trabalha no lote e a jovem frequenta a faculdade em uma cidade próxima. No segundo caso, o lote está no nome do filho porque os pais têm uma farmácia também na agrovila do assentamento. Também é necessário fazer um adendo, informando que, segundo a proprietária da loja de materiais de construção, a família teve que optar por transferir a posse do lote para filha para poder ter o comércio na agrovila, pois o INCRA não aceita que os assentados tenham posse da propriedade e do comércio ao mesmo tempo.

Nos motivos restantes, em um caso o filho já decide, mas ainda tem participação do pai nas decisões. Em outro, o quarto filho do casal assumirá e os irmãos já concordaram. Ainda em outra situação, o segundo filho assumirá, pois o filho mais velho já possui lote. Neste caso os pais ainda pretendem obter mais um lote para passar para filha caçula. Um dos entrevistados não informou motivo da sucessão.

Referindo-se ao tamanho dos lotes (pergunta 1 b), a média de 19,44 ha dos lotes demonstra que as propriedades são pequenas. Foi perguntada a área total do lote com exploração agropecuária, excluindo-se a área da casa. Tal resultado já era o esperado, haja vista que os lotes sorteados pelo INCRA têm essa característica.

Os resultados da pesquisa indicam que menos da metade, 42% dos lotes pertencem aos beneficiários originais do lote (forma de obtenção da terra, pergunta 1 c), ou seja, mais da metade dos respondentes não estão no lote desde o seu início. Eles obtiveram posteriormente por diversos motivos, sendo por desistência dos beneficiários originais, doação por

impossibilidade de trabalhar no campo por saúde debilitada ou mesmo pela sucessão por filhos ou genros.

Dos respondentes que afirmaram que os lotes estão no nome dos beneficiários originais do lote (42%), mais da metade, 68%, afirmou que a vida hoje no assentamento é melhor do que antes porque, segundo os assentados, a vida no acampamento era sofrida, indefinida e difícil (pergunta 9 d). Para 11%, a fase de acampamento era melhor porque para eles, recebiam mais apoio e havia mais interação entre os assentados. O restante (21%) não chegou a morar em “barraco” no acampamento ou foi o proprietário legal da terra que participou dessa etapa, não o respondente.

A maioria dos respondentes, 53%, é do sexo masculino (pergunta 2 a), com idade média de 52,69 anos, sendo idade mínima de 30 anos e máxima de 79 anos (pergunta 2 b). A escolaridade (pergunta 2 c) foi medida em anos¹². Esta apresentou uma média baixa, totalizando 6,27 anos de estudo. O mínimo foi de 0 ano de estudo, representado por três dos entrevistados, e o máximo foi de 16 anos de estudo, identificando uma entrevistada. Dos respondentes, 36% são aposentados (pergunta 2 d).

Foi perguntado também sobre o local de moradia dos entrevistados (pergunta 2 e), sendo que 93% deles residem no lote e os 7% restantes residem na agrovila do assentamento (Figura 2). A média em anos do tempo em que os entrevistados residem no lote é de 14,46, com mínimo de 0,67 ano até os 23 anos, que é o tempo do início do assentamento (pergunta 2 fa).

¹² Os respondentes que frequentaram a escola há alguns anos atrás, por exemplo, informaram ter da 1ª até a 8ª séries. Hoje existe até o 9º ano. Por esta e outras diferenças verificadas, optou-se por apresentar o grau de escolaridade em anos.

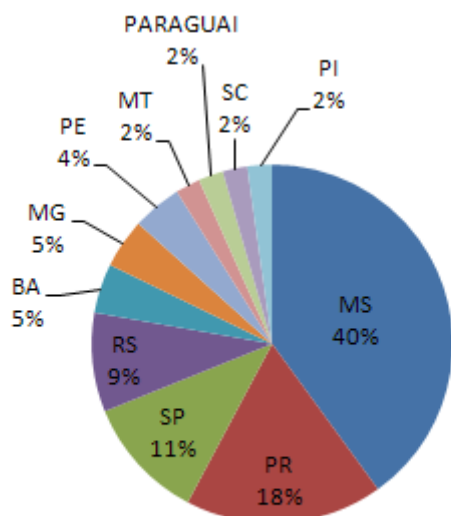
Figura 2. Agrovila do Assentamento Capão Bonito I



Foto de: Dejanira Facioni, 11/08/2012.

A maior parte dos entrevistados sempre foi do meio rural, somando 82%, com média de 46,7 anos que residem no campo. O entrevistado com menos tempo no meio rural foi de 0,67 ano e o entrevistado com mais tempo no meio rural vive no campo há 79 anos (pergunta 2 fb). Tal resultado vai o encontro do encontrado na literatura, a citar Carvalho (2007), quando de sua constatação de que o agricultor tem raízes no campo.

Como se pode observar na figura 3, 40% dos respondentes são originários do estado de Mato Grosso do Sul. Os demais vieram de diversos estados do Brasil e também do Paraguai (pergunta 2g). Dos 60% originários de outras localidades, 18% dos indivíduos eram originários do estado do Paraná, 11% de São Paulo e 9% do Rio Grande do Sul. Da Bahia e de Minas Gerais obteve-se 5% dos respondentes para cada estado. De Pernambuco vieram 4% dos respondentes. Dos estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Piauí e do país vizinho Paraguai tem-se 2% para cada local (Figura 3).

Figura 3. Estado de origem dos entrevistados.

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

O número de filhos por família (pergunta 3 b) apresenta uma média de 3 filhos, sendo o mínimo de 0 filho e o máximo de 11 filhos¹³. Nas entrevistas foram perguntadas algumas informações sobre os membros da família, como idade, grau de escolaridade, local de moradia e ocupação atual. Porém, estes dados não fazem parte desta descrição dos resultados devido ao fato de que muitos dos respondentes não sabiam responder corretamente as perguntas. Assim, assim optou-se por não os utilizar, visto que informações incompletas poderiam prejudicar o resultado da análise.

A média da renda com atividades agropecuárias (pergunta 4) nos lotes foi de R\$ 941,22 por mês com a menor renda sendo de R\$ 0,00. Neste caso, o entrevistado produz apenas para subsistência. O máximo de rendimentos mensal com atividades agropecuárias foi de R\$ 3.000,00. A renda total com atividades agropecuárias das famílias entrevistadas foi de R\$ 42.355,00 por mês.

Analisando o salário total das famílias entrevistadas, isto é, incluindo a renda agropecuária e as outras atividades, é de R\$ 1.809,93/mês, em média. Sendo R\$ 81.447,00/mês o salário total das famílias entrevistadas. O menor salário verificado foi de R\$ 400,00/mês e o maior salário de R\$ 5.866,00.

Fazendo uma análise mais detalhada, verificou-se a existência de um ou dois membros aposentados em 22 famílias, sendo que em metade delas, há um aposentado e em

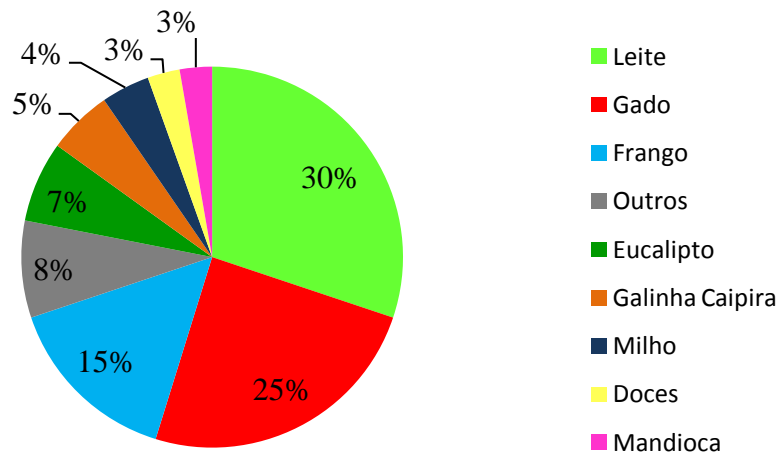
¹³ Foram considerados filhos legítimos do casal, enteados e filhos adotivos.

outra metade, dois aposentados. Assim, foi encontrado um total de 33 aposentadorias nessas 22 famílias.

Calculando sobre a renda total das famílias entrevistadas (R\$ 81.447,00) e considerando o salário mínimo vigente R\$ 622,00 no período em que as entrevistas foram realizadas, tem-se o valor de R\$ 20.526,00 com aposentadoria, indicando que 25,2% da renda dessas famílias são provenientes de aposentadoria. Assim, restam R\$ 18.566,00/mês que são provenientes de outras rendas como trabalhos de empreita, professores, motorista de ônibus escolar, agente de saúde etc.

Foram encontradas 73 atividades desenvolvidas nos 45 lotes visitados (pergunta 1 d). As principais atividades agropecuárias desenvolvidas nos lotes das famílias entrevistadas são produção de leite, 30% (figura 5 a), seguido de produção de gado (corte e misto), 25%, produção de frango, 15% (figura 5 b). Outras atividades (8%) refere-se à produção de abóbora, queijo, suíno, soja, beneficiamento de eucalipto e pomar¹⁴. Produz-se eucalipto em 7% dos lotes. A produção de galinha caipira é desenvolvida em 5% dos lotes, a produção de milho em 4%, a produção de doces em 3% e a produção de mandioca em outros 3% (figura 4).

Figura 4. Principais atividades agropecuárias desenvolvidas no assentamento



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

¹⁴ Classificaram-se como outras atividades os itens que são desenvolvidos apenas em um lote para cada atividade.

A figura 5 abaixo mostra as principais atividades desenvolvidas no assentamento Capão Bonito I. Destacando na figura 5 a o gado leiteiro e na figura 5 b a parte externa de uma instalação onde são produzidos frangos de corte.

Figura 5. Gado leiteiro (5 a), e visão externa de instalação de uma unidade de produção avícola (5 b)



Foto de: Dejanira Facioni, 13/08/2012.

No assentamento pôde-se verificar que nos lotes em que são produzidos frango de corte (avicultura de corte) não é permitido que se produza galinha caipira, mesmo que seja para o consumo da família em virtude da existência de uma agroindústria de aves¹⁵ que adquire estes frangos. Isso é uma recomendação dada pela empresa para o qual são fornecidas as aves produzidas com a finalidade de atender normas sanitárias e não ocorrer problemas na produção, como a transmissão de doenças entre essas aves.

Pode-se verificar que a renda com o leite geralmente não passa de um salário mínimo por mês. Já no caso dos produtores de aves a renda é maior, dependendo da quantidade de aves, podendo até render R\$ 3.000,00 por mês, mas é uma atividade altamente dependente da agroindústria presente no local.

No que se refere à transmissão do patrimônio, foi perguntado sobre a pretensão de transmissão de patrimônio em vida (pergunta 5 bi). Um percentual baixo dos entrevistados, de 29%, pretende transferir em vida o patrimônio. Destes, quatro entrevistados disseram que farão a transmissão, mas ainda não decidiram o momento em que tomarão essa atitude. Três desses respondentes informaram que decidiram transmitir a propriedade em vida para os filhos, porém quando não estiverem mais em condições de trabalhar no lote ou para não dar complicações futuras com a lei por conta da divisão da herança. Dois dos respondentes já passaram o lote para o nome de um dos filhos. Em um caso, a propriedade foi transferida para um filho que já possui mais de 18 anos de idade (o casal possui outra filha com menos de 18 anos). No outro caso, a filha mais velha foi emancipada para poder abrir uma loja na agrovila.

Nos quatro casos restantes há situações diversas, tendo sido citado até mesmo a transmissão após a aposentadoria. Um respondente (que é um sucessor, mas o lote não está ainda em seu nome) informou que seu pai¹⁶ irá passar o lote para ele e seus irmãos já concordaram, pois seu irmão caçula não quer a propriedade e a irmã já possui um lote. Outro respondente afirmou que vai passar o lote para o filho do meio, porque o filho mais velho já possui lote e o casal almeja adquirir mais uma propriedade para a filha caçula. No último caso, os pais decidiram transmitir o lote para o quarto filho e informaram que os irmãos do beneficiado já concordaram.

A grande maioria, 71%, não tem destino certo para os lotes. Desses 32 entrevistados, 37,5% ainda não decidiu sobre o assunto e 62,5% afirmou que não pretende transmitir o lote em vida. Há de se considerar que, por serem terras provenientes de reforma agrária, o titular

¹⁵ Os assentados fornecem as aves para a empresa SEARA. Percebeu-se que na entrada principal dos lotes onde está presente a avicultura de corte há placa indicativa com o nome desta empresa.

¹⁶ O pai do respondente (sucessor) estava presente no momento da entrevista e enfatizou que quem responde pelo lote é o filho; por isso, pediu que a entrevista fosse feita diretamente com o sucessor.

só tem a posse da propriedade após pagamento de financiamento (s) adquirido (s) desde o início do assentamento, além de outras questões legais, como o período de 10 anos que o titular deve completar para ter o benefício.

Houve comentários dos respondentes – e por vezes de seus familiares residentes no lote – de que, apesar de o Assentamento Capão Bonito I ser antigo, tendo 23 anos, ainda não saíram os títulos definitivos da terra. Mas também houve alguns que informaram já possuir a propriedade. Na verdade, há informações desencontradas, onde uns possuem mais informações do que outros. Outra verdade é que, se o titular do lote ainda não tiver quitado todas as dívidas da terra, fica impossibilitado de obter esse benefício até que salde o que está devendo.

Foi questionado se os filhos são preparados para assumir a direção dos trabalhos rurais no lote ou não (pergunta 5 bii). Sessenta por cento responderam que sim; no entanto, pode-se perceber pelas respostas que, em alguns casos, os pais preparam os filhos mais no sentido do trabalho rural em si. Toma-se como exemplo as respostas das entrevistas de números 11 e 38, cujos entrevistados informaram que “naturalmente os três filhos são preparados” e “porque são criados na roça”. Os demais citaram um filho que será o possível sucessor, por isso é preparado para assumir o lote. Outros não especificaram nenhum dos filhos, dizendo apenas que são preparados.

Na maior parte dos casos, a transmissão do patrimônio não está sendo realizada de forma igualitária entre os herdeiros. Pois, em 54% (dos 13 respondentes que farão transmissão em vida), a terra destina-se a um dos filhos (ou genro) que geralmente é o sucessor ou o filho que ainda não possui lote em seu nome. Nos 46% restantes, os assentados farão/fizeram a transmissão de forma igual entre os filhos (pergunta 5 biii).

Vinte e sete por cento dos respondentes disseram que seu (s) filho (s) possui lote (pergunta 5 biv). Entre eles estão os casos em que a terra foi passada para o nome do filho para poder abrir loja e farmácia na agrovila. Em sete famílias há um filho com lote; em duas famílias há dois filhos com lotes; e em uma família foi verificado que três dos filhos possuem lotes de assentamento. Pôde-se verificar que os respondentes informavam que as filhas possuíam lote, mas que estava no nome do marido, pois as mulheres saíram do assentamento devido ao casamento e os maridos geralmente acabam adquirindo lote no mesmo assentamento ou em algum local próximo.

Alguns dos assentados, ao informarem sobre a posse de lote pelos filhos, acabaram citando alguns dos assentamentos que seus filhos residem, sendo eles Assentamento São Pedro; Assentamento Taquara, em Maracaju (MS); e Assentamento Capão Bonito II, em

Sidrolândia (MS). Ainda foi citado o município de Nova Andradina (MS), mas não foi informado o nome do assentamento.

No quadro 2 são apresentados o tempo em que o entrevistado participa de alguma organização e o motivo dessa participação. Do total, 44,4% participa de alguma forma de organização. Dessa porcentagem, 80% participa de associação, 10% participa de cooperativa e 10% participa de sindicato. Os entrevistados não souberam informar o nome completo da organização em que atuam. No caso de associação, os nomes informados foram Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Capão Bonito I e Associação dos Aviaristas (pergunta 7 b).

Quadro 2. Tipo, tempo e motivo da participação em organizações

Nº da entrevista	Tipo de organização	Tempo que participa	Motivo
01	ASSOCIAÇÃO	3 anos	“Benefícios financeiros”
02	ASSOCIAÇÃO	1 ano	“Integração/defende interesses com empresa”
03	ASSOCIAÇÃO	21 anos	“Por causa do aviário”
04	ASSOCIAÇÃO	21 anos	“Se precisar de algo se reúne, vai ao banco”
08	SINDICATO	8 anos	“Paga sindicato”
09	COOPERATIVA	10 anos	“Movimentação bancária”
10	ASSOCIAÇÃO	12 anos	“Discutir interesses da avicultura”
11	COOPERATIVA	12 anos	“Para melhorar no assentamento, produtividade, renda.”
12	ASSOCIAÇÃO	10 anos	“Porque é popular”
13	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não informou”
14	SINDICATO	Não informou	“Paga sindicato”
15	ASSOCIAÇÃO	3 anos	“Por serem avicultores; esposa participa em atividades organizativas da Igreja Católica”
16	ASSOCIAÇÃO	23 anos	“Para ajudar, trazer benefício para assentamento/comunidade”
18	ASSOCIAÇÃO	1 mês	“Para resolver problemas”
21	ASSOCIAÇÃO	1 ano	“Para conversar sobre terra, INCRA e leite”
23	ASSOCIAÇÃO	8 meses	“Religioso” (participa de associação relacionada à igreja).
25	ASSOCIAÇÃO	10 anos	“Para ficar sabendo do que estão falando, o que vão fazer”
26	ASSOCIAÇÃO	16 anos	“Participo do Conselho Fiscal”
41	ASSOCIAÇÃO	20 anos	“Participa da diretoria”
44	ASSOCIAÇÃO	9 anos	“Organização de atividades”

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria não participa de nenhum tipo de organização, somando 55,6%. No quadro a seguir (Quadro 3), pode-se verificar dois tipos de assentados que não participam de nenhum tipo de organização. O primeiro tipo já participou e por algum motivo não participa mais de organizações, sendo representadas pelas entrevistas 5, 6, 7, 20, 27, 29, 39 e 42. As demais entrevistas deste quadro fazem parte do segundo tipo, ou seja, aqueles que nunca participaram

de organizações no Assentamento Capão Bonito I ou os assentados não souberam informar há quanto tempo não participam de algum tipo de organização.

Quadro 3. Tipo, tempo e motivo da não participação em de organizações

Nº da entrevista	Tipo de organização	Há quanto tempo participou	Motivo
05	ASSOCIAÇÃO E SINDICATO	5 anos	“Não tem, havia uma, mas não servia para nada; Fundo rural (leite)”
06	ASSOCIAÇÃO	10 anos	“É renda ‘mixada’ na época não tinha outra renda, então participava, depois que aposentou, parou”
07	ASSOCIAÇÃO	9 anos	“Nunca participou aqui, só onde morava”
17	ASSOCIAÇÃO	22 anos	“Associação terminou, não tem mais atividade (tem dívida no banco)”
19	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Tem muita desorganização”
20	ASSOCIAÇÃO	Mais de 10 anos	“Porque fazia conta em conjunto, pegaram para plantar mandioca, deu rolo e saíram, ficou fora”
22	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não tem tempo”
24	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Aqui não funciona ‘cooperativa’, não funciona nada”
27	ASSOCIAÇÃO	3,5 anos	“Terminou associação, parece que vai começar de novo”
28	SINDICATOS	Não informou	“Pagava para aposentar”
29	ASSOCIAÇÃO	5,5 anos	“Deixou porque associação acabou”
30	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não informou”
31	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Porque nunca achei oportunidade”
32	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Acho meio bagunçado esse negócio de associação, então não participo”
33	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não tem”
34	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não teve, nunca teve um pra ajudar nós”
35	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Não vai pra frente”
36	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“É só roubo, paguei caixa d’água e levaram...”
37	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Pra cá não vem nada”
38	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Acabou, parou tudo”
39	ASSOCIAÇÃO	12 anos	“Não deram certos os projetos deles”
40	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Desanimou”
42	ASSOCIAÇÃO	3,5 anos	“Estava parado, parece que vai voltar”
43	ASSOCIAÇÃO	Faz tempo	“Estavam fazendo”
45	ASSOCIAÇÃO	Não informou	“Nem associação tem mais”

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando apenas a participação em associação, verificou-se que, do total dos entrevistados, 36% participa desse tipo de organização (pergunta 7 a).

Com os resultados desta pesquisa não foi possível confirmar que as famílias tendem a utilizar todos os membros no trabalho rural¹⁷, como o constatado por Schwartz e Salamoni

¹⁷ Foram desconsiderados nesse caso as crianças e aposentados, considerando apenas os jovens maiores de 18 anos e os adultos.

(2009), pois, em média, 40% dos entrevistados disseram que todos os que residem no lote trabalham (pergunta 7 c). Deste percentual (40%), 72,2% informou que é o casal que desenvolve as atividades rurais; os demais, 27,8%, disseram que todos os que permaneceram no lote trabalham nesse local.

O trabalho nos lotes é predominantemente feito pelo respondente, empregados ou por parte da família, totalizando 60% dos casos. Desta soma, 52% informou ser apenas uma pessoa que trabalha no lote. Nos 48% restantes há diversas situações, sendo que ou os lotes tem parceiros/funcionários ou o trabalho é feito por alguns membros da família, como o pai e um dos filhos, geralmente o sucessor, ou até mesmo o casal e os filhos só estudam ou cuidam da casa. Verificou-se também que, em alguns casos em que só um membro da família trabalha no lote, o cônjuge trabalha fora. Como exemplo, pode-se citar o caso de uma agente de saúde que visita os lotes do assentamento e a situação de uma professora.

Quanto às decisões do trabalho rural nos lotes (pergunta 7 d), em média 49% dos respondentes afirmou que todos os membros da família participam das decisões do trabalho rural. Portanto, mais da metade, 51%, tem apenas uma pessoa da família tomando as decisões, geralmente o chefe, ou parte da família decide sobre a produção do lote. Dos 51% que afirmaram que as decisões são tomadas por uma pessoa ou por parte da família, há 21 casos em que apenas o responsável pelo lote é quem decide o que vai ser feito na propriedade, sendo que é possível observar que, em alguns desses casos, a esposa ou cuida do lar ou trabalha fora. Houve também um lote em que a pessoa entrevistada afirmou que decide o que fazer juntamente com um dos filhos, porque ele entenderia mais sobre os assuntos da propriedade. No outro lote, foi informado que as decisões do trabalho rural são tomadas somente pelos homens da família.

O financiamento (pergunta 8 a) é utilizado por 40% das famílias entrevistadas; no entanto, muitos não souberam informar ao certo o tipo de financiamento. Mesmo assim, pode-se identificar que os financiamentos mais utilizados são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dos tipos A e Mais Alimentos e o antigo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) que foi substituído pelo Pronaf A em 1999, conforme Guanziroli et al. 2001), mas este financiamento ainda é pago por alguns assentados. Outros financiamentos citados foram o Pronaf B e F.

A finalidade da obtenção dos financiamentos está relacionada principalmente à produção de leite, frango de corte e para lavoura. Para o gado de corte e de leite foi citada a aquisição de ordenha, a reforma de pastagem, o resfriador de leite, a cerca e a mangueira (curral para o gado). Para a produção de frango, a finalidade do financiamento refere-se mais

às instalações, equipamentos e comedouro para o aviário. Na lavoura, o valor recebido destina-se à aquisição de sementes, ao preparo da terra, ao plantio e à compra de equipamentos, como o triturador.

Pode-se observar que alguns dos assentados adquiriram financiamentos há muitos anos, por vezes no início do assentamento, e ainda estão pagando estes valores, como é o caso do financiamento adquirido pelo PROCERA. Mas, em geral, os que afirmaram ter financiamento garantem que adquiriram esse recurso mais recentemente. No entanto, a grande maioria dos assentados que possui financiamento não quis informar o valor total recebido na contratação. A exceção foram dois entrevistados, que afirmaram ser de R\$ 20.000,00 o valor recebido pelo PRONAF A.

Poucos respondentes afirmaram receber outros subsídios ou apoios financeiros do governo, totalizando 11% (pergunta 8 b). Destes, quatro recebem Bolsa Família, sendo duas famílias recebendo esse benefício por dois filhos e outras duas famílias recebem esse benefício por causa de um filho. Ainda há um respondente que afirmou ser beneficiado do Programa Universidade para Todos (ProUni), pois frequenta a faculdade.

A maior parte dos entrevistados, 62% disse que não está contente com o apoio do governo (pergunta 8 c) e afirma que deveria ter mais assistência. Sendo assim, 38%, comentou que está contente com o apoio do governo. No quadro abaixo (Quadro 4), pode-se melhor observar as respostas dos assentados em relação a essa pergunta.

Quadro 4. Opinião dos assentados sobre a assistência do governo

Avaliação positiva dos assentados quanto à assistência do governo	
Nº entrevista	Opinião dos assentados
01	“[...] está bom, o pessoal reclama porque não corre atrás”
05	“Na medida em que estas não têm do que se queixar, está se encaminhando muito bem”
06	“Estamos sim”
14	“Não sei, nunca mexi com o governo, mas vejo o povo reclamar, sei que tem Pronaf, tem isso, tem aquilo”
20	“Está bom assim, acostumamos a ganhar esse né”
21	“Pra mim está bom”
22	“Pra mim, acho que está bom”
32	“Nunca fui atrás disso, estou contente”
33	“Acho que tem assistência, tem a Agraer, assistência técnica tem”
34	“Pra mim está ‘louco de bom’, quanto mais eles dão é melhor...”
35	“A atual presidente pra mim está boa”
36	“Não tem jeito pra mais coisa, já estou com 70 e poucos anos”
37	“Olha, eu mesmo não sei nem falar, já estou velha, pra mim está bom!”
39	“Pra mim está bom, não posso reclamar, todo mês chega o meu pagamento. Deveria ter mais ajuda para a atividade rural, falta muito”

Quadro 4: Opinião dos assentados sobre a assistência do governo (Cont.)

Avaliação positiva dos assentados quanto à assistência do governo	
Nº entrevista	Opinião dos assentados
40	“A gente está feliz”
41	“Depende, pra mim está bom. O mais importante, em minha opinião, é a terra né, já tem demais é querer demais né, se tem vontade de trabalhar né”
44	“Melhorou muito, eu acho, do que era nos outros governos, pequeno nunca tinha vez”
Avaliação negativa dos assentados quanto à assistência do governo	
02	“Deveria ter mais assistência, porque eu creio assim que o governo deveria fazer como você está fazendo, ver como é a região e tentar aplicar isso, mas tem apoio, tem uns projetos bons”
03	“Deveria ter mais, nem sei o que poderia melhorar”
04	“Deveria ter mais, incentivo financeiro”
07	“Deveria ter mais assistência, não sei o que para melhorar”
08	“Deveria ter mais assistência no caso de plantar, tem gente que não sabe plantar, no caso a Agraer, sei lá...”
09	“Eu não diria assistência, talvez organização, existe lei, papel, mas na prática não funciona. A menina já cansou de ir a Campo Grande atrás de regularização da chácara e é só ‘enrolação’. O governo não prepara. Teve gente que colocou gado no pasto e fez churrasco porque não sabe cuidar. Tem gente que não sabe apartar bezerro. São poucos os que pegaram a terra e estão nela desde o começo”
10	“Acho que está mais ou menos. Mais recursos para o homem do campo (deveria ter)”
11	“Acho que o governo disponibiliza o que o pequeno agricultor precisa, mas não está havendo distribuição pelos próprios donos de lote, Fetagre e o próprio Incra está deixando a desejar, que é cumprir seu objetivo. Além da falta de organização, o próprio povo não está fazendo o que deveria”
12	“Péssimo, o Mercosul matou os assentados porque importa leite em pó a 0,40 centavos o kg da Argentina e Uruguai”
13	“Tem que dar mais, nas estradas, ajudar mais a gente”
15	“Deveria ter mais, depois que fez financiamento para aviário hoje não tem mais direito. Liberar mais recursos”
16	“Acho que deveria ter um pouco mais de assistência, tem gente que precisa mais que a gente ainda. Com o salário que a gente ganha ainda dá, tem gente que nem isso”
17	“Não tem assistência nenhuma hoje e o que teve foi insuficiente”
18	“Teria de ter mais apoio do governo porque tem um grupo que fez (Procere) se um não paga, não conseguimos fazer mais empréstimo. Nós pagamos, mas tem gente que não pagou”
19	“Deveria ter mais assistência, são muito enrolados, prometem e não fazem nada”
23	“Totalmente desfavorável, do governo é difícil. Agraer ficou de fazer projeto para a gente agora. Se sair tem jeito de fazer alguma coisa”
24	“Deveria ter mais assistência. Para mais serviço, aqui não tem serviço nenhum para trabalhar, os jovens estão indo embora porque não tem lugar nenhum para trabalhar, estão ficando só os pais”
25	“Ah! Deveria ter mais assistência né, ah, os juros deles deveriam ser menores, né...”
26	“Deveria né, porque os terrenos que nós adquirimos são muito fracos né, se fosse área boa dava pra plantar milho, soja, sem precisar corrigir a terra”
27	“Acho que deveria ter mais assistência, para fazer financiamento tem muita burocracia, demora demais”
28	“Acho que sim, deveria ter mais assistência saúde né, principalmente a saúde. No assentamento, na cidade, ser mais rápido no assentamento. Quem não tem condições de pagar né, a gente não pode pensar só na gente né, quando a gente precisa paga né, mas e quem não tem?”
29	“Com certeza tem que ter mais assistência, melhoria para o povo aqui, o qual não tem né”
30	“Eu não estou contente, o preço do laticínio se pagar, paga 0,40 centavos, isso acho um roubo, é muito difícil, teve pior ainda... A política é que é ruim, não tem preço, isso eu acho errado”
31	“Tinha que ter muito mais... O que a gente tem o direito, a gente corre atrás e não tem direito, a gente corre atrás, joga pra um, pra outro, e ninguém sabe de nada”
38	“Deveria ter mais apoio do governo, às vezes tem financiamento, mas a gente não consegue tirar né”

Quadro 4: Opinião dos assentados sobre a assistência do governo (Cont.)

Avaliação negativa dos assentados quanto à assistência do governo	
42	“Não, aqui tem muitas coisas que precisa... mas se chegasse uma hora de pedir, sei o que precisa no assentamento, área de estudo...”
43	“Tinha de ter mais assistência”
45	“Falta assistência técnica, deu uma melhorada de um ano pra cá, do Sebrae”

Fonte: Dados da Pesquisa.

Questionou-se para os 40% que possui financiamento e outros apoios financeiros, a relevância destes recursos obtidos e se caso fosse retirados esses recursos se manteria na atividade rural (pergunta 8 d). Metade desses respondentes (50%) informou que sem esses recursos não se manteria no campo ou seria mais difícil, pois, para eles o apoio financeiro é muito importante como cita um assentado “[...] no lote, sem apoio do governo não consegue nada, tem que haver investimento”. Ainda tem-se 44% que afirmou que se manteria na atividade rural se não houvesse esses recursos. Um não soube responder.

Analisou-se o local de estudo dos filhos dos assentados, considerando o local onde passaram mais tempo estudando (pergunta 8 e). Apenas 20% dos respondentes afirmou que os filhos estudam/estudaram na cidade¹⁸. Destes, 66,7% disse que seus filhos estudam/estudaram somente na cidade e 22,2% afirmaram que, no começo não tinha escola no assentamento, mas, depois que implantaram a escola, os filhos que ainda estudavam na escola passaram a estudar no assentamento.

A grande maioria dos respondentes, 80%, disse que seus filhos estudam/estudaram no assentamento a maior parte do tempo. Identificou-se ainda que alguns jovens, depois que completaram o Ensino Médio, estão continuando seus estudos na cidade, visto que oito dos entrevistados têm pelo menos um filho cursando faculdade.

Os assentados foram questionados a respeito do que pensam sobre a saída do jovem do campo para a cidade (pergunta 9 a). As respostas giram em torno das dificuldades enfrentadas pelos jovens no assentamento, principalmente no que se refere à baixa renda da família, considerada insuficiente para manter os jovens no lote, aliada à falta de grau de escolaridade maior e à falta de emprego no local (Quadro 5).

¹⁸ Um respondente afirmou não possuir filhos, nesse caso foi considerado como 0 na análise (11,1% restantes).

Quadro 5. Opinião dos respondentes sobre a saída dos jovens do meio rural

Nº entrevista	Opinião dos respondentes sobre a saída dos jovens do meio rural
01	“Perca para nós, fica sem futuro o assentamento, apesar de que podem se formar e retornar com mais sabedoria para a gente, essa é a esperança, e com tecnologia, assistência técnica, com braço não vai”
02	“Emprego, renda, lazer, porque aqui no lote eles são pequenos, não é viável, a não ser que vão pegando mais terra senão vão para a cidade”
03	“Acho bom porque não tem serviço né”
04	“As meninas saem porque não tem campo de trabalho para eles né”
05	“Porque falta estrutura, reconhecimento, qualificação para ele no sítio (jovem). Se tivesse em casa não precisaria sair. Se sai, não tem como voltar, não tem trabalho para ele aqui, é obrigado a ficar por lá. Falta estabilidade”
06	“Estudam, se formam, vai da opinião deles né, tem que sair para trabalhar, arrumar emprego. A área rural é só pra nós que somos donos né, os jovens estudam e saem, vai trabalhar, meu neto saiu e está no quartel em Nioaque (MS)”
07	“Saem para estudar...”
08	“Opinião é que não deveria sair, deveria ter alguma usina, fecularia, alguma coisa que desse emprego né”
09	“É triste, mas é preciso, necessário. Tem jovem que gostaria de ficar, mas pela necessidade, sai né. Por isso, sou contra de dar dinheiro, mas tem que saber fazer alguma coisa”
10	“Acho que isso aí não deveria acontecer, deveria assumir (o lote). Geralmente vão pegar emprego na cidade. Para ficar tem que ser zootecnista ou pode administrar da cidade (o lote)”
11	“Acho uma pena porque eles têm condições de estar aqui e crescer, tanto os jovens que estão aqui, quanto os que virão, o setor rural tem tudo aí, mas falta apoio”
12	“Acho ruim né, cada vez vai acabando tudo né”
13	“É muito ruim porque o filho tem que ir embora, termina, vai indo embora depois que termina. (estudo)”
14	“É...eles tem que sair mesmo, o pai não tem como sobreviver, a maioria vai para a cidade trabalhar na Seara”
15	“É porque não tem muito apoio para segurar o jovem no meio rural, os meus a gente segura porque trabalha junto com a gente, o governo não dá muito apoio”
16	“O que eu acho é que eles deveriam permanecer se tivesse como, mas não tem como, não tem atividades para eles”
17	“Infelizmente é falta de apoio do governo, não poderia ser do jeito que é NE. Um filho está morando em Sidrolândia, falta incentivo na área rural”
18	“Aqui não tem serviço, os políticos não se preocupam em trazer uma firma para o assentamento e investir aqui. Faculdade poderia ter tudo feito aqui, tem que ir para Campo Grande”
19	“É falta de oportunidade de serviço que não tem para eles”
20	“Acho que quer morar na cidade né”
21	“Acho meio ruim, tinha que ter mais coisas para eles trabalhar aí”
22	“Eu acho o seguinte, os jovens se não tiverem recurso eles tem que sair, por exemplo, o pai tem dois filhos, eles não vão ficar aqui sem fazer nada, tem que sair e trabalhar...”
23	“Você tem alguma faculdade no meio rural?, Aqui não tem indústria, trabalho aqui não tem como, tem que lutar pelo trabalho deles”
24	“Porque eles não têm serviço mesmo né. Muitos não querem sair, mas sai porque não tem serviço... se eles montassem uma agroindústria aí na vila, dava para eles montarem, mas não tem apoio para isso”
25	“Sei lá, eles tem que procurar o melhor para eles, se aqui não está bom para eles, tem o direito de procurar outra coisa melhor né”
26	“Boa... ótimo né, se adquirir um bom serviço... é bom, agora se não adquirir...”
27	“É bom né, pelo menos entende um pouco, vê o sofrimento das pessoas...”
28	“Falta de oportunidade né, se tivesse mais apoio para os jovens no meio rural acho que não precisava de sair daqui pra ir trabalhar na cidade”
29	“É porque aqui não existe emprego para eles né, eles tem que sair”
30	“Vai fazer o que aqui? Tem que sair. Pode ter interligação, ficar e melhorar”

Quadro 5. Opinião dos respondentes sobre a saída dos jovens do meio rural (Cont.)

Nº entrevista	Opinião dos respondentes sobre a saída dos jovens do meio rural
31	“A área rural para o jovem hoje em dia é difícil, a renda, principalmente para área pequena, para o jovem não é válido não, o incentivo é muito pouco... O pouco que tem não tem valor, pagaram 0,50 centavos esse mês o litro de leite”
32	“Tem pessoa que gosta da zona rural, tem pessoa que gosta da zona urbana, vai da pessoa, sair por sair não acho certo, a vaidade a faz sair. Na cidade tem mais festa, tem isso, tem aquilo...”
33	“Acho que tem saída para juventude, tem escola, tem...”
34	“Eu não sei, estou por fora dessas coisas... Essas "jovaiada" que tem por ai em Sidrolândia roubando e matando, essa lei de que jovem não pode trabalhar tinha que acabar, mas a lei é essa né, fazer o quê?”
35	“Acho que se aqui tivesse alguma coisa era bom, cada um teria seu estudo, tem que procurar fora né, não tem nada aqui, se forma professor, tem que ir para fora né”
36	“É porque aqui não dá pra viver, tem que sair mesmo, trabalhar”
37	“Porque não tem emprego aqui, vão para fora procurar emprego na cidade, tem que estudar e arrumar emprego”
38	“É meio difícil sair, mas tem que sair... para estudar né”
39	“Sai por falta de apoio do governo, dele dar um emprego, um meio de viver aqui”
40	“Falta de recurso para trabalhar, mais estudo, não tem emprego para jovem, escola agrícola, não tem nada. Tem muito jovem no assentamento, mas só entra casado nas usinas. Se o governo colocasse condução para cidade né, mas não tem condição de ir para lá trabalhar, se vai, vai tudo de uma vez”
41	“Por causa da situação financeira, porque aqui dá para o casal viver, para os jovens não dá. Quando não é a seca é a chuva que acaba... Jovem exige roupa boa, essas coisas a gente não tem pra dar, não queria que ninguém saísse, mas não tem jeito”
42	“Sai por falta de recurso, podia ter uma escola boa, um trabalho, uma indústria no assentamento”
43	“Sai porque a produção aqui é pouca, eles têm de trabalhar, estudar para sobreviver”
44	“Saem porque não tem renda, mesmo nas famílias mais estruturadas. Não tem lazer. Quando a renda é pouca o jovem busca renda na cidade”
45	“A maioria sai pela renda porque trabalha de empregado todo mês e tem que receber”

Fonte: Dados da pesquisa.

Em média, 49% considera o trabalho no campo como árduo, difícil e penoso (pergunta 9 b). Como exemplo pode-se citar a entrevista 06, na qual o respondente afirma que “é difícil o trabalho rural” e que “esse tipo de trabalho é para pessoa que já conhece a lida do campo”. Na entrevista 32, o respondente comenta que “é bastante penoso porque na zona rural não tem domingo e dia de descanso”. Na entrevista 43 é citado que “é difícil, porque no campo a pessoa trabalha muito e ganha pouco”, dando como exemplos o preço pago pelo leite e pelo frango, considerado barato. Assim, 51% não considera o trabalho no campo difícil. Abaixo segue alguns dos comentários sobre essa questão:

“[...] já trabalhei muito tempo na cidade, lá você é mandado, aqui descansa o tempo que precisa e volta quando pode no tempo que pode, lá atestado se não tiver perde o dia” (Entrevista 05).

“Não, é como outro qualquer tem rentabilidade, tem tudo” (Entrevista 11).

“Não, todo trabalho não é fácil, depende de cada pessoa. Fui criado na área rural, tudo o que a gente faz tem que ser bem feito para ter algum retorno” (Entrevista 17).

“Pra mim é bom porque não sei fazer outra coisa” (Entrevista 34).

“Não, é como qualquer outro trabalho, tudo tem seu risco. Na cidade você trabalha sob pressão de chefe, aqui não, é diferente de ser empregado” (Entrevista 44).

Aprofundando a análise, verificamos que dos 23 entrevistados que afirmaram não ser difícil o trabalho no campo (somando 51%), 12 deles são do sexo masculino e 11 respondentes são do sexo feminino. Das respondentes, quatro delas não trabalham com a lida do campo, sendo que duas cuidam do lar e outras duas têm comércio na agrovila. Talvez por esse motivo elas não consideram o trabalho rural como sendo árduo, difícil e penoso.

Para a maioria dos entrevistados, totalizando 67%, consideram que o meio urbano é mais desenvolvido que o meio rural (pergunta 9 c). Dos 33% que não consideram o meio rural menos desenvolvido que o meio urbano, quatro respondentes (entrevistas 24, 32, 36, 38 e 42) pensam que o campo e a cidade são iguais em termos de desenvolvimento. Na entrevista 24, o respondente comenta que “no campo só não tem algumas coisas porque o pessoal não é unido”, mas considera desenvolvido de forma igual. Já na entrevista 32 é citada a existência de energia elétrica. Interessante é o que comenta o entrevistado 42: “acho que empatou porque falta muita coisa das duas partes... investimento”.

Dois dos respondentes pensam que o meio rural é melhor e deram como exemplo o plantio, comentando que no campo pode-se plantar o que quiser (como mandioca, abóbora, verduras etc) e na cidade não existe essa possibilidade. Os demais respondentes consideram o meio rural melhor por diversos motivos. Foi comentado que no sítio tem mais liberdade, o espaço é maior e também que no assentamento tem o que eles precisam, só necessitam ir a Sidrolândia (MS) para receber a aposentadoria.

Um assentado informou que se o meio urbano fosse melhor viveria na cidade. Segundo o assentado 23, “[...] se o meio rural não estiver bem, na cidade está pior”. Por fim, citou-se ainda a existência de internet e celular em casa. No entanto, faz-se uma ressalva, porque ao ir a campo, observou-se que a comunicação via celular no assentamento é insuficiente. Precisa de antena na agrovila para que o aparelho celular funcione e nas casas precisa de antena fixa para obter sinal.

Já os indivíduos que consideram o meio rural menos desenvolvido que o meio urbano elencaram diversos motivos para pensarem assim:

- Falta de conhecimento e assistência técnica;

- Distância;
- Locomoção insuficiente;
- Saúde;
- Escola;
- Carência de linha telefônica e o fato de a internet ser via rádio;
- Sem conforto;
- Pouco incentivo para área rural, tem mais incentivo na área urbana;
- Falta de estrutura;
- Produção não tem valor (preço baixo);
- Falta emprego;
- Ausência de política de desenvolvimento;
- Faltam recursos.

Algumas das declarações dos assentados retratam bem os motivos relacionados acima que os levaram a considerar o campo menos desenvolvido que a cidade:

“Aqui temos carência de linha telefônica, não tem conforto, internet é via rádio. Não temos ônibus que passa aqui, tem umas vans que fazem o serviço. É menos desenvolvido” (Entrevista 04).

“Não é questão de acreditar, já é! Falta apoio técnico. Por mais que o centro urbano necessite do meio rural, é menos desenvolvido” (Entrevista 05).

“Sem dúvida, porque é rural não vai comparar cidade com meio rural” (Entrevista 13).

“Com certeza, em tudo, só em locomoção, por exemplo, mas melhorou bastante de quando cheguei há oito anos [...]” (Entrevista 14).

“Sim, o meio rural falta muita política de desenvolvimento. Quem está lá fora fala que o assentado pega dinheiro e não paga recebe muito nome. É só política do governo, [...] tinha de ter mais incentivo do governo” (Entrevista 17).

“Lógico, muito, muito. [...] Tem gente que não quer trabalhar, [...] quem tem garra vai para frente porque é trabalhador, mas é complicado. No Pronaf, a ficha tem que estar limpa” (Entrevista 18).

“É muito menos desenvolvido. Esposa: educação, já começa por aí, você pega uma criança daqui e a da cidade é outra, acho que eles acham que quem está aqui não precisa ser preparada igual a da cidade” (Entrevista 19).

“Do meio rural, as coisas não têm valor, só da cidade, né, [...] você vai vender uma vaca e leite não tem preço” (Entrevista 25).

“A área rural é menos desenvolvimento, não tem preparo das coisas, para a pessoa trabalhar é muito parado, tem o lote, mas não dá para viver do lote, do leite não dá pra viver” (Entrevista 40).

“É com certeza, porque ainda mais nas pequenas propriedades, os grandes têm tecnologia, mais recursos, mas no assentamento falta muita coisa” (Entrevista 44).

Na pergunta 9 e, a baixa renda das atividades agrícolas foi a alternativa mais citada pelos respondentes como principal fator de saída dos jovens do campo para a cidade, chegando a 33%. Os demais entrevistados, 67%, citaram outros motivos apresentados na pesquisa, porém com menor importância. Em segundo lugar, indicaram a busca pela continuidade dos estudos (24% do total) como fator importante para a saída dos jovens do campo e em terceiro foi citado o tamanho do lote, considerado pequeno (somando 16%).

Os fatores restantes são outros motivos, maioria dos jovens, renda das atividades não agrícolas (do meio urbano) e por último busca por lazer e cultura com 11%, 7%, 7%, 2%, respectivamente. Ressalvando que, no item outros motivos, o respondente podia indicar algum motivo que considera importante, mas que não foi apresentado nas alternativas da pergunta. Três dos que indicaram ‘outros motivos’ afirmaram ser a busca por emprego/trabalho algo importante na saída dos jovens. Um entrevistado informou a falta de incentivo para o jovem do campo e outro respondente comentou que o motivo é a própria vontade do jovem em querer ficar ou sair do meio rural.

Quanto ao estímulo aos filhos em permanecerem no campo ou não, 69% não estimulam/estimularam seus filhos a permanecerem no lote, sendo que, deste percentual, 84% deixou a escolha livre para os filhos (pergunta 9 f). Em média, 31% dos respondentes respondeu que estimulam/estimularam seus filhos a permanecerem com os pais e a continuarem a desenvolver atividades no lote.

Dos 69% dos entrevistados (31 assentados), a maior parte deles, totalizando 26 entrevistados, deixou livre a escolha para os filhos. Quatro entrevistados não estimularam e um não possui filhos. Dos quatro que não estimularam, um não estimulou porque, por ser filho somente da esposa, não interfere. Outro não estimulou “por ser menina”. O terceiro respondente não estimulou “porque não tem como ficar aqui, a gente se obriga a deixar sair. Se tivesse condição de pôr mais um aviário, pelo menos um filho poderia ficar”. Por fim, o quarto respondente que não estimula afirmou que “Só dou opinião para meus filhos nos estudos, não quero para eles o que eu sou, quero que seja melhor do que eu”.

Dos que deixaram a escolha livre, somando 26 entrevistados, apesar de cada respondente declarar de forma diferente o porquê de terem deixado seus filhos escolherem seu futuro, geralmente o declararam que, na medida em que os filhos atingiam 18 anos de idade, deixavam que eles decidissem quanto a continuar ou não no campo (pergunta 9 g).

Como exemplo do que foi apresentado no parágrafo anterior, podem-se citar algumas declarações como “vai da vocação e vontade, senão não adianta querer insistir” e “porque não é certo forçar a fazer o que eles não querem [...]”. Alguns citaram as dificuldades na área rural

como motivo de terem deixado a escolha livre: “a área da gente é pequena, não tem como a gente segurar eles, a gente não vai poder dar o que eles precisam” e “cada um escolhe o que quer né, eu escolheria que todos ficassem juntos, mas não tem uma renda para todo mundo”.

Do total (31%, representando 14 respondentes) que estimulou seus filhos a continuarem no campo, seis assentados confessaram que, apesar do estímulo, os filhos acabaram escolhendo seus próprios rumos depois que atingiram determinada idade.

Cinco assentados estimularam porque acreditam ser bom viver no campo, três deles consideram a área rural mais fácil de viver do que a área urbana e que é possível viver no campo. Os outros dois declaram que estimularam “porque já vivia na área rural, se criou assim” (entrevista 06) e “acho que aqui tem condição de trabalho, basta ter apoio”.

Um assentado informou que estimula, mas os filhos ainda são novos. Outro assentado estimulou “desde o começo, porque não tinha condição de estudar, para sair para estudar fora igual hoje” (entrevista 42). Por último, um assentado informou que estimulou até o momento em que os filhos casaram.

Nos casos em que os pais estimulam/estimularam os filhos a continuar no meio rural (31%), os assentados informaram não fazer distinção em entre filhos e filhas, sendo o estímulo dado para ambos (pergunta 9 h).

Por fim, perguntou-se aos respondentes o que poderia ser feito para que os jovens continuassem nos assentamentos (pergunta 9 i). Pode-se perceber nas entrevistas (quadro 6) que grande parte dos respondentes reivindica maior incentivo do governo para o assentamento e conseqüentemente, para o jovem e para a produção. Essa reivindicação gera em torno da necessidade, segundo os entrevistados, de oportunidade de emprego, mais recursos e maior renda para os assentados. Foi citado também que falta oportunidade para as pessoas do próprio assentamento trabalhar em cargos públicos na agrovila, pois vêm indivíduos de fora do assentamento (tanto da cidade quanto de assentamentos vizinhos) para trabalhar no local. Isso pode estar relacionado com a falta de estudo mais aprofundado, isto é, cursos além do Ensino Médio como os cursos técnicos, profissionalizantes e o Ensino Superior.

O estudo mais aprofundado é outra reivindicação importante considerada pelos entrevistados, porque, segundo eles – o jovem para não sair do assentamento ou até mesmo para poder escolher se quer ou não sair da área rural – precisa ter um estudo maior. Melhor dizendo, os jovens precisam de qualificação, algo necessário para aqueles que vão para a cidade, onde a concorrência por emprego é maior e também para quem quer continuar no campo para investir no lote.

Pode-se perceber que muitos dos assentados ou seus familiares presentes no momento da entrevista, além de oportunidade de emprego e renda maior, afirmam que não tem faculdade no assentamento nem em Sidrolândia (MS) ou outro curso que pudesse qualificar os jovens assentados e também os adultos que quisessem estudar.

Outros pontos abordados, mas com menor ênfase, são o tamanho da terra, que deveria ser maior para produzir mais e necessidade de lazer nos finais de semana para os jovens. Ainda citaram a falta de assistência técnica, de uma cooperativa de leite e do acesso à informação, à tecnologia e à telefonia.

O quadro 6 apresenta as principais declarações dos assentados sobre o que poderia ser feito para que os jovens continuassem no assentamento.

Quadro 6. Opinião dos assentados sobre o que deveria ser feito para os jovens permanecerem no assentamento.

Nº da entrevista	Opinião do assentado
01	“Apoio dos políticos, assistência técnica tem pouca”
02	“Oferecer oportunidade, emprego, renda, senão não tem como ficar aqui”
04	“Escolas boas para estudar, faculdade, pessoas vão para Campo Grande ou Maracaju para estudar”
05	“Trazer para o centro rural tudo aquilo que eles vão encontrar no centro urbano, porque daí não precisariam sair. Exemplo: passar ônibus para a faculdade, renda do pai razoável não iria sair para ser escravizado, ia ficar”
06	“A gente precisava ter alguma renda, alguma indústria, o jovem se empregar aqui dentro, aqui não tem uma renda pra se manter”
09	“Assento, o governo podia incentivar e dar recurso, fábrica, tem jovem que se tivesse, ficava...”
11	“Apoio para escolaridade, curso técnico para que se prepare para ficar ou sair para buscar emprego”
17	“Precisa muita coisa, incentivo político do governo para produzir mais, saúde, emprego, renda. Trazer fábrica, indústria, exemplo: suco. Porque filho não fica no lote parado, sem ter renda. Estudos... época da chuva é difícil”
19	“Trabalho, lazer, essas coisas que jovem gosta. Estudo falta”
22	“É ter uma firma, um emprego aqui perto, uma faculdade para eles se manterem, um SENAI, alguma firma para trabalharem mais perto da gente”
24	“Como que os jovens vão ficar se não tem como se sustentar? A terra é pequena, como eles vão ficar? Vai embora mesmo. Alguma fábrica, alguma coisa, mas ainda assim eles vão porque não é muito grande, não ia ter serviço pra todo mundo”
27	“Ter uma atividade para eles fazerem, porque vão crescendo, indo para a cidade e vão ficando só os velhos. É difícil ir ao assentamento e ter jovem, só tem velho”
29	“Acredito que a terra tinha que ser maior”
30	“Uma cooperativa de leite para incentivar todo mundo. Acesso à informação e à tecnologia, telefone celular...”
31	“É um meio de renda, incentivo para gerar renda, sem renda não tem como. Única coisa que poderia aumentar a renda é o gado por causa da terra, mas ai não tem aonde por, é pequeno, o incentivo do governo é pouco... Até o auxílio moradia ninguém recebeu, foi tudo construído com dinheiro próprio”
32	“O jovem tem uma vaidade dele, é difícil dizer, valores, segurança, menos problema,... O jovem busca valor, mas o jovem é teimoso”
36	“No assentamento não tem jeito, a propriedade é pequena, sem futuro, é uma morada igual casa de aluguel na cidade. Leite não dá renda, roça não dá nada”
40	“Deveria de ter assim... Gerar um emprego, escola agrícola, alguma coisa, fazer plantio, um viveiro. Na II (Assentamento Capão Bonito II) tem escola agrícola, aqui nunca teve essas coisas”

Quadro 6. Opinião dos assentados sobre o que deveria ser feito para os jovens permanecerem no assentamento (Cont.)

Nº da entrevista	Opinião do assentado
41	“Não vejo nada porque vem gente da cidade pra trabalhar, no colégio, no posto de saúde, tinha que dar oportunidade para os daqui. Tem gente da II (Assentamento Capão Bonito II), da São Pedro, ficam brigando, os que são formados aqui, por emprego. Não adiantou vir nada, nunca adiantou, nem vai adiantar”
43	“Empresa, serviço, tem muita mãe de família que não tem serviço para trabalhar, não é só o jovem não”
44	“Mais incentivo, projeto, indústria, algo que pudesse complementar renda com outro tipo de atividade”
45	“O que falta é poder estudar aqui dentro mesmo, algo que pudesse estudar pra ficar aqui na área rural, estudo rural, que nem tem na II (Assentamento Capão Bonito II), escola agrícola”

Fonte: Dados da pesquisa.

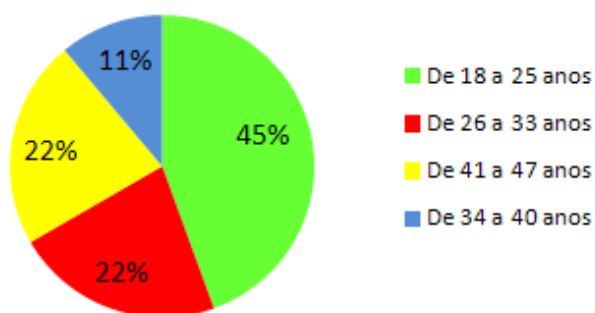
5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUCESSORES DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO I

Quando da realização das entrevistas no assentamento Capão Bonito I, verificamos que alguns dos respondentes são sucessores. Perguntamos aos entrevistados algumas informações sobre os sucessores e as respostas são apresentadas a seguir.

Identificamos nove casos de sucessão dentre os 45 assentados entrevistados. A média de idade dos sucessores (pergunta 6 a) é de 30 anos com idade mínima de 18 anos e máxima de 44 anos, sendo que 89% são do sexo masculino (o que representa 8 sucessores, pergunta 6 b). A média de tempo de estudo é de 10,89 anos (pergunta 6 d). Este resultado sobre a escolaridade indica que a média de anos de estudo dos sucessores é maior que a dos pais que foi de 6,27 anos.

A figura 6 apresenta a idade dos sucessores por faixa etária, sendo que 45% possui de 18 a 25 anos e 22% tem de 26 a 33 anos. Outros 22% possuem de 42 a 47 anos e 11% possui de 34 a 40 anos, evidenciando que os sucessores em sua maioria são jovens.

Figura 6. Faixa etária dos sucessores



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

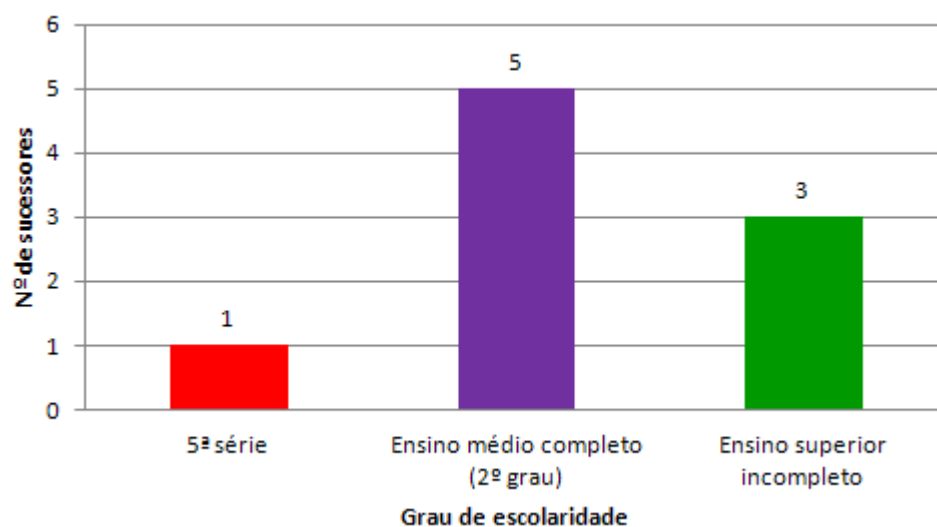
A maioria dos sucessores é casada, somando 56% (pergunta 6 f). Dentre os cônjuges, 60% já era do meio rural e 40% da cidade (pergunta 6 g). Geralmente, as famílias possuem apenas um sucessor por lote, isto é, 88% dos estabelecimentos tem somente um sucessor. Os 11% que possuem mais de um sucessor são representados por um lote, que segundo o respondente tem dois sucessores (pergunta 6 c).

Entre os sucessores, encontramos dois casos em que o genro é quem assume ou assumirá o lote. Nos demais casos, os filhos é que assumiram ou assumirão o estabelecimento. Destes, os filhos mais velhos assumem a terra em três casos, o quarto filho assume em duas situações, a filha mais velha assume o lote em um caso e o segundo filho assumirá o lote no último caso (pergunta 6 e).

Dos casos de sucessão, em três deles o lote já está no nome do filho, porém as decisões ainda são tomadas juntamente com a família, isto é, a responsabilidade no momento da assinatura de documentos legais do lote é do filho sucessor. Nos demais casos, o sucessor ainda não tem a posse de lote, sendo que três deles já gerenciam de fato os estabelecimentos e em outros três casos de sucessão os filhos decidem com os pais.

O grau de escolaridade dos sucessores pode ser observado na figura 7. Verificou-se que a grande maioria dos sucessores (oito dos nove sucessores) possui no mínimo o Ensino Médio completo, o que resultou na média de 10,89 anos de tempo de estudo, nível considerado alto.

Figura 7. Grau de escolaridade dos sucessores.



Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

5.3 JOVENS ASSENTADOS

Poucos jovens estavam no lote no momento da entrevista. Isso aconteceu por diversos motivos, desde a ausência porque estavam em horário de estudo na agrovila, trabalhando no lote, por não ter mais nenhum jovem na terra ou ainda por não querer responder as questões por motivo de timidez. Assim, apenas cinco jovens foram entrevistados.

Do total de jovens respondentes, 60%, é do sexo feminino com idade de 16 a 22 anos. Em 60% dos casos, possuem ensino superior incompleto e os 40% restantes possuem ensino médio incompleto. A grande maioria, 80%, reside no lote com os pais e 20% na cidade em Sidrolândia (MS). Todos os jovens entrevistados são estudantes, sendo que em 80% dos casos esses jovens só estudam e somente em 20% estuda e ajuda os pais no lote.

Parte das questões apresentadas aos responsáveis pelos lotes foi repetida para os jovens e outras perguntas foram acrescentadas a fim de descobrir o que os jovens pensam a respeito da problemática da saída dos jovens do meio rural e da sucessão. Primeiramente foi perguntado qual é a opinião sobre a saída dos jovens do meio rural (pergunta 10 a). As respostas giram em torno da falta de oportunidade de trabalho ou busca de continuidade de estudo. Quatro dos cinco respondentes citaram os dois motivos e um deles citou apenas a busca por emprego na cidade. Um dos jovens citou ainda a falta de lazer no assentamento.

Foi citado por alguns jovens que a busca por emprego é para pagar uma faculdade ou algum outro curso, já que no assentamento só existe escolaridade até o Ensino Médio e não há outra oportunidade de estudo no local. Assim, o jovem que pretende se aperfeiçoar precisa sair do assentamento ou se deslocar todo dia para a cidade, que geralmente é Sidrolândia, e de lá pegar outro ônibus para estudar em Campo Grande (MS) ou vão direto para Maracaju (MS).

No entanto, deve-se lembrar de que, tanto na fala dos jovens quanto na de seus pais, a opinião é a de que o acesso ao assentamento é difícil. Esta pesquisadora também teve dificuldades para fazer o estudo no assentamento por causa da existência de apenas um horário de ônibus por dia para ida ao local. Muitos pegam carona com conhecidos para a cidade, pois o ônibus sai do assentamento por volta das 7 horas da manhã e retorna de Sidrolândia (MS) por volta das 14 horas. Outro problema enfrentado é que, na maioria das vezes, os ônibus que circulam no assentamento não são legalizados. Existem ainda algumas vans que fazem o serviço de transporte, mas por vezes precisam parar de transportar por causa da fiscalização.

No questionamento quanto à dificuldade do trabalho no meio rural (pergunta 10 b), três dos entrevistados responderam que o trabalho rural é difícil. Os demais não consideram o trabalho no campo como difícil.

Apenas um dos cinco jovens respondentes não tem nenhum envolvimento com alguma religião (pergunta 10 c). Dos quatro jovens que frequentam igrejas, três deles vão à Igreja Católica na agrovila do assentamento Capão Bonito I (um destes também vai à igreja Católica em Sidrolândia) e um frequenta a Congregação Cristã do Brasil, também na agrovila.

Com a finalidade de entender um pouco o que os jovens pensam sobre o rural e o urbano, foi perguntado se eles acreditam que o meio rural é menos desenvolvido do que o meio urbano e qual a razão por pensarem isso (pergunta 10 d). A resposta foi unânime em confirmar que o campo é menos desenvolvido do que a cidade.

Segundo os jovens, na cidade tem mais emprego, mais facilidades e cursos profissionalizantes que permitem continuar os estudos, enquanto que no assentamento só tem até o Ensino Médio. Além disso, eles citam que no campo não tem estrutura e faltam fábricas para ter algum trabalho para os jovens.

Todos os cinco respondentes afirmaram que não participam das decisões sobre a atividade rural (pergunta 9 e). Em um caso, a jovem apesar de não participar das decisões, assina documentos referentes ao lote, caso necessite, já que o mesmo encontra-se em seu nome.

A maior parte dos jovens, 60%, considera que o fator que mais contribui para a saída dos mais novos do campo (dentre os fatores apresentados) é a baixa renda da agricultura. Outro fator citado como principal pelo restante dos jovens entrevistados (que soma 40%) é a busca pela continuidade dos estudos (pergunta 10 f).

Considerando importante a perspectiva do jovem de querer permanecer ou sair do campo foi questionado qual é a perspectiva quanto ao futuro e se os jovens entrevistados desejavam continuar ou sair do assentamento, explicando o porquê disso (pergunta 10 g). Três jovens pensam em sair do assentamento, o que representa mais da metade deles. Um dos jovens pensa em ficar no lote e outro quer permanecer na cidade.

Dos que pretendem sair, um planeja se mudar para Sidrolândia para arrumar um emprego para pagar faculdade. Outro pensa em sair o mais rápido possível porque, segundo a fala do jovem, o campo é agradável, mas é para quem quer sossego, ou seja, para pessoas de mais idade. Por último, tem-se um jovem que pensa em sair porque não terá mais condições de ficar no lote devido à pequena renda da família.

O jovem que pensa em ficar acredita que terá mais oportunidade no assentamento e por isso vai permanecer no lote, porém não especificou quais oportunidades acredita que terá no local. O jovem que reside em Sidrolândia (MS) pensa em ficar neste município para continuar os estudos e tentar um serviço melhor.

Na opinião de quatro jovens entrevistados, a divisão igualitária da terra não desestimula a sucessão (pergunta 10 h). Apenas um jovem afirmou que desestimula porque ficaria inviável trabalhar com um pedaço pequeno de terra. Dos que não acreditam que a divisão igualitária da terra desestimula sucessão, dois não indicaram um motivo, um deles disse que acha correta a divisão igualitária e que não continuar no campo tem motivos que vão além da terra. Outro afirmou que não ficaria mesmo no campo de qualquer forma.

Por fim, foi perguntado o que deveria ser feito para que os jovens permanecessem no meio rural (pergunta 10 i). Os jovens citaram que poderia ter emprego, renda, projetos, indústria, cursos, etc. Uma jovem citou que foi realizado um curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que ensinou como gerar renda e gostaria que houvesse mais desses cursos. Ainda foi citado que deveria aumentar a possibilidade de estudo e um respondente chegou a afirmar que poderia até existir uma faculdade em Sidrolândia; assim os jovens assentados poderiam morar no assentamento e frequentar a faculdade na cidade.

Pôde-se constatar que a maior parte dos jovens entrevistados deseja sair do assentamento. Há indícios de que os jovens ficariam no campo, porém, isto está condicionado à necessidade de mais recursos, infraestrutura e alternativas para geração de renda para esses jovens se manterem no local.

5.4 ANÁLISE DA SUCESSÃO NO MODELO MULTINOMIAL LOGIT (MNL)

A Tabela 5 apresenta o teste da razão da verossimilhança, descrito em (2), em que se testa a hipótese de que o modelo restrito e o irrestrito são estatisticamente iguais. O resultado do teste rejeita, fortemente, a hipótese de igualdade entre os modelos, o que indica que o modelo múltiplo é mais adequado para análise da questão da sucessão.

Tabela 5. Teste da razão da verossimilhança para adoção sequencial

$\text{Log } L^{\bullet} = -8,28$	$\chi^2_{\text{tab}}^{\bullet\bullet\bullet} = 6,634$
$\text{Log } L_{*}^{\bullet\bullet} = -22,19$	$\text{LR} > \chi^2_{\text{tab}}$
$\text{LR} = 27,82$	Rejeita H_0 ao nível de 1% de significância.

Nota: \bullet Log L é o valor do logaritmo da função de verossimilhança do modelo irrestrito.
 $\bullet\bullet$ Log L_{*} é o valor do logaritmo da função de verossimilhança do modelo restrito.
 $\bullet\bullet\bullet$ Valor do χ^2_{tab} ao nível de 0,01 de significância, com 1 grau de liberdade.

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível verificar, ainda, que o modelo estimado é globalmente significativo, visto que, pelo teste de Razão de Verossimilhança (LR), é possível rejeitar a hipótese nula de que todos os coeficientes associados às variáveis explicativas sejam nulos.

Em seguida, foram feitos testes para detectar heterocedasticidade e autocorrelação serial, pois a presença desses problemas invalida o uso dos testes t e F para fins de inferência e os estimadores deixam de ser eficientes. Dessa forma, foram realizados os testes de White para detectar heterocedasticidade, e o teste de Durbin-Watson para autocorrelação serial sem que a os mesmos fossem detectados.

Foi testada a multicolinearidade para todas as variáveis e encontrado relação significativa entre idade e tempo rural, visto que a maioria dos entrevistados vive no meio rural desde criança. O problema foi resolvido utilizando idade ao quadrado e tempo no meio rural ao quadrado na estimação do modelo MNL.

Na estimação do modelo Multinomial Logit (MNL), foi considerado base ($j=2$), de modo que os resultados devem ser interpretados com base na existência de sucessão no lote. A Tabela 6 mostra o resultado dos coeficientes do modelo MNL nas possibilidades de sucessão, com suas respectivas significâncias estatísticas, como os coeficientes estimados e os respectivos desvios-padrão. A Tabela 6 também apresenta a razão de risco relativo (*RRR*), que deve ser interpretada como mudanças relativas nas probabilidades ou, de forma similar ao *odds-ratio* do modelo logístico, com suas respectivas significâncias.

Tabela 6. Estimativas do modelo MNL (base $j=2$)

Variáveis explicativas	Categorias de sucessão			
	$(j=0)$		$(j=1)$	
	Coeficiente	RRR	Coeficiente	RRR
Transmissão	-6.15304** (3.075441)	0.002104** (0.006297)	-6.88731* (2.953666)	0.00083* (0.002395)
lnrenda	1.600933 ^{ns} (1.049063)	0.982474 ^{ns} (1.917903)	2.062628** (1.032681)	3.479644 ^{ns} (6.382911)
Financiamento	-3.61879 ^{ns} (3.201045)	0.023097 ^{ns} (0.070816)	-5.28112*** (3.151357)	0.004302*** (0.013131)
Posse_lotes	-4.2339 ^{ns} (3.391215)	0.016856 ^{ns} (0.05276)	-5.29935*** (3.225994)	0.00452*** (0.01368)
t2	-0.00111*** (0.000661)	0.998503*** (0.000918)	-0.00047 ^{ns} (0.000569)	0.999199 ^{ns} (0.00085)
Idade2	-3.3E-05 ^{ns} (0.000678)	0.99932 ^{ns} (0.001026)	-0.00058 ^{ns} (0.000599)	0.999063 ^{ns} (0.000927)
Participação	-1.19821 ^{ns} (1.912611)	0.192218 ^{ns} (0.413323)	-1.78715 ^{ns} (1.69431)	0.105456 ^{ns} (0.207886)
Tempo_estudo	-0.21035 ^{ns} (0.299535)	0.772009 ^{ns} (0.252431)	-0.24056 ^{ns} (0.275778)	0.74767 ^{ns} (0.224249)

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

* significativo a 1%.

** significativo a 5%.

*** significativo a 10%.

^{ns} não-significativo.

Em que: (Transmissão) transmissão do patrimônio; (lnrenda) logaritmo natural da renda agrícola; (Financiamento) financiamento para produção; (Posse_lotes) posse de lote pelo (s) filho (s); (t2) tempo rural dos respondentes ao quadrado; (idade2) idade do respondente ao quadrado; (Participação) participação em associação e (Tempo_estudo) tempo de estudo do respondente.

Para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$) do MNL¹⁹, foram identificadas duas variáveis estatisticamente significativas, a saber: transmissão do patrimônio e tempo rural dos respondentes ao quadrado. Por meio da RRR, nota-se que o aumento nas variáveis (Transmissão) transmissão do patrimônio e (t2) tempo rural ao quadrado diminuem as chances de não haver sucessão, se comparado à probabilidade de já existir sucessão ($j=2$), visto que a RRR foi menor que a unidade (Tabela 6). Portanto, aumentam-se as chances de certeza de sucessão, uma vez que a base é ($j=2$).

Para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$), as variáveis logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), financiamento para produção (Financiamento), posse de lote pelos filhos (Posse_lotes), idade do respondente ao quadrado (idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo do respondente (tempo_estudo) não contribuem para a possibilidade de não haver sucessão.

Já na probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$), observa-se que quatro variáveis são estatisticamente significativas, sendo transmissão do patrimônio (Transmissão), logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), financiamento para produção (Financiamento) e posse de lote pelos filhos (Posse_lotes). Por meio da RRR, nota-se que o aumento nas variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse_lotes) diminui as chances de no futuro haver sucessão, se comparado a ($j=2$), no qual existe o sucessor, visto que o RRR foi menor que a unidade (Tabela 6). Assim, diminuem-se as incertezas, uma vez que a diminuição das chances de haver sucessão no futuro aumenta as chances de com certeza já existir sucessão visto que a base analisada foi ($j=2$).

Para a probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$), as variáveis tempo rural ao quadrado (t2), idade do respondente ao quadrado (Idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo (Tempo_estudo) do respondente não contribuem nas chances de no futuro haver sucessão.

Observa-se que as variáveis: idade do respondente ao quadrado (idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo do respondente (tempo_estudo) não são significativas, tanto para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$) quanto para a

¹⁹ Para consultar as médias e os desvios-padrão das variáveis pesquisadas no modelo, verificar a_5, bi_5, _4, g_2, biv_5, fb_2, b_2, a_7 e, c_2 no Apêndice B.

probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$). Portanto, não contribuem para o processo de sucessão no assentamento Capão Bonito I.

Na tabela 7, estão os valores dos efeitos marginais (EMs) das variáveis transmissão do patrimônio (Transmissão), ln da renda agrícola (lnrenda), financiamento para a produção (Financiamento), posse de lote pelos filhos (Posse_lotes), tempo rural dos respondentes ao quadrado ($t2$), idade do respondente ao quadrado (Idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo dos respondentes (Tempo_estudo) sobre as três possibilidades de sucessão. Também são apresentados o desvio-padrão e as probabilidades de sucessão para $j=0, j=1, j=2$.

Tabela 7. Efeitos marginais para as diferentes categorias de sucessão

Variáveis explicativas	(j=0)	(j=1)	(j=2)
	Efeito Marginal	Efeito Marginal	Efeito Marginal
Transmissão	-0.0924 ^{ns} (0.08614)	-0.5053* (0.147636)	0.597704* (0.15993)
lnrenda	-0.02211** (0.03353)	0.139593* (0.04834)	-0.11748* (0.04583)
Financiamento	0.103534 ^{ns} (0.12796)	-0.37299* (0.1377)	0.269457** (0.12551)
Posse_lotes	-0.01676 ^{ns} (0.13777)	-0.37294* (0.15022)	0.389702* (0.15126)
t2	-7.7E-05** (3.76E-05)	3.93E-05 ^{ns} (4.29E-05)	3.72E-05 ^{ns} (3.04E-05)
idade2	0.000052 ^{ns} (4.76E-05)	-7.9E-05 ^{ns} (5.33E-05)	2.73E-05 ^{ns} (3.18E-05)
Participação	0.041348 ^{ns} (0.1319)	-0.14691 ^{ns} (0.15763)	0.105564 ^{ns} (0.128164)
Tempo_estudo	-9.82E-06 ^{ns} (0.01806)	-0.01402 ^{ns} (0.02154)	0.014028 ^{ns} (0.014662)
Probabilidade de sucessão	Prob(j=0)= 0.164921	Prob(j=1)= 0.81159	Prob(j=2)= 0.023489

Fonte: Elaboração da autora, com base em dados da pesquisa.

* significativo a 1%.

** significativo a 5%.

^{ns} não-significativo.

Em que: (Transmissão) transmissão do patrimônio; (lnrenda) logaritmo natural da renda agrícola; (Financiamento) financiamento para produção; (Posse_lotes) posse de lote pelo (s) filho (s); ($t2$) tempo rural dos respondentes ao quadrado; (Idade2) idade do respondente ao quadrado; (Participação) participação em associação e (Tempo_estudo) tempo de estudo do respondente.

Para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$), quanto à variação na probabilidade de não haver sucessão, o aumento em uma unidade no lnrenda provocou redução de 2,21 pontos percentuais (p.p.) na probabilidade de não haver sucessão²⁰. Considerando o tempo rural ao quadrado ($t2$), quando a variável explicativa $P(j - 0) / Xk$ se alternava em uma

²⁰ Para o caso de variáveis dummy o efeito marginal é representado por $(\Delta P(j=0))/\Delta Xk$ com Xk variando de 0 para 1).

unidade, observa-se que o aumento desta unidade diminuiu em 0,00077 p.p. a probabilidade de não haver a sucessão. As variáveis (Transmissão), (Financiamento), (Posse_lotes), (Idade2), (Participação) e (Tempo_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de $(j=0)$. Portanto, os EMs das variáveis ln da renda agrícola (lnrenda) e tempo rural ao quadrado (t2) foram mais importantes para a probabilidade de não haver sucessão no assentamento analisado.

Pode-se observar, na tabela 7, que a probabilidade de não haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi de 16,49% ou $\text{Prob}(j=0) = 0,164921$.

Para a probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$), quanto à variação na probabilidade de haver sucessão no futuro, quando a transmissão do patrimônio (Transmissão) varia de 0 para 1 provoca redução de 50,53 p.p. na probabilidade de haver sucessão no futuro. O aumento em uma unidade em logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda), a probabilidade de haver sucessão no futuro subiu 13,96 p.p.. Considerando o financiamento para produção (Financiamento), quando se alternava de 0 para 1 a variável explicativa, reduziu em 37,3 p.p. a probabilidade de haver sucessão no futuro. Quanto à posse de lotes pelos filhos (Posse_lotes), quando se alternava de 0 para 1 eram reduzidas as chances de haver sucessão no futuro em 37,29 p.p.. As (t2), (Idade2), (Participação) e (Tempo_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de $(j=1)$. Portanto, pelos EMs observa-se que um incremento marginal nas variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse_lotes) foram importantes para diminuir as chances de haver sucessão futura, i.e., aumentando as chances de haver certeza da sucessão.

Pode-se observar ainda na tabela 7 que a probabilidade de haver sucessão no futuro pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi bastante alta, sendo $\text{Prob}(j=1) = 0,81159$ ou 81,16%.

Para a probabilidade de existir sucessão ($j=2$), quanto à variação na probabilidade de haver sucessão, quando a transmissão do patrimônio (Transmissão) varia de 0 para 1 provoca um aumento de 59,77 p.p. na probabilidade de com certeza haver sucessão. O aumento em uma unidade em logaritmo natural da renda agrícola (lnrenda) reduz a probabilidade de haver sucessão em 11,74 p.p.. Considerando o financiamento para produção (Financiamento), quando altera de 0 para 1 aumenta em 26,94 p.p. a probabilidade de haver sucessão. Quanto à posse de lotes pelos filhos (Posse_lotes), quando varia de 0 para 1 aumentam as chances de haver sucessão em 38,97 p.p.. As variáveis (t2), (Idade2), (Participação) e (Tempo_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos na probabilidade de $j=2$. Portanto, os EMs

das variáveis (Transmissão), (Financiamento) e (Posse_lotes) foram mais importantes para aumentar a probabilidade de haver sucessão.

Pode-se observar na tabela 7, que a probabilidade de haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi baixa, sendo $\text{Prob}(j=2) = 0,023489$ ou 2,35%.

Observa-se que as variáveis idade do respondente ao quadrado (Idade2), participação em associação (Participação) e tempo de estudo do respondente (Tempo_estudo) não provocaram efeitos marginais significativos para as três probabilidades de sucessão ($j=0$, $j=1$ e $j=2$), como havia sido observado nas estimativas do coeficiente e da RRR do modelo MNL. Esse resultado indica que tais variáveis não indicaram relação com a sucessão no assentamento Capão Bonito I.

Nas estimativas do modelo MNL, as variáveis mais importantes encontradas no coeficiente e na RRR para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$) foram transmissão do patrimônio (Transmissão) e tempo rural ao quadrado (t_2). Para a probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$), as variáveis mais importantes foram transmissão do patrimônio (Transmissão), financiamento para produção (Financiamento) e posse de lote pelos filhos (Posse_lotes).

Nos efeitos marginais para a probabilidade de não haver sucessão ($j=0$) as variáveis logaritmo natural da renda agrícola (\ln renda) e tempo rural ao quadrado (t_2) foram mais importantes. Tanto para a probabilidade de haver sucessão no futuro ($j=1$) quanto para a probabilidade de já existir sucessão ($j=2$), as variáveis transmissão do patrimônio (Transmissão), financiamento para a produção (Financiamento) e a posse de lote pelos filhos (Posse_lotes) mostraram-se mais importantes.

Sendo assim, por meio dos resultados do modelo, é possível destacar que as variáveis mais importantes para os assentados no processo de sucessão foram transmissão do patrimônio (Transmissão), tempo rural ao quadrado (t_2), financiamento para produção (Financiamento), posse de lotes pelos filhos (Posse_lotes) e logaritmo natural da renda agrícola (\ln renda).

Com base no modelo MNL e nos efeitos marginais podem-se confirmar as hipóteses de que quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão familiar no campo e de que quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão familiar no campo na medida em que as variáveis logaritmo natural da renda e tempo rural ao quadrado mostraram-se importantes determinantes da sucessão no assentamento Capão Bonito I. Ainda rejeitar a hipótese de que quanto maior o nível educacional, menor a escolha

pela sucessão familiar rural, visto que a variável tempo de estudo do respondente não foi considerada significativa no modelo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul visando à identificação da intenção de sucessão, verificação da perspectiva de permanência ou saída dos jovens do meio rural, identificação da pretensão de transferência da gestão e/ou do patrimônio e mensuração dos determinantes do processo de sucessão naquele assentamento.

Para tanto, buscou-se na literatura informações relevantes sobre a sucessão na agricultura familiar e em assentamentos rurais para a elaboração do formulário de entrevista que posteriormente foi aplicado com os assentados selecionados na amostra. Após realização do teste de aplicabilidade das questões do formulário, seguiu-se a pesquisa de campo propriamente dita. Posteriormente, os dados foram sistematizados e analisados a fim de atender os objetivos da pesquisa.

A revisão de literatura abordou como assuntos principais a sucessão na agricultura familiar tradicional, a sucessão nos assentamentos rurais e a evasão dos jovens do campo para a cidade. Pôde-se perceber que os problemas enfrentados no campo referente à sucessão são praticamente os mesmos na agricultura familiar tradicional e nos assentamentos rurais. Pois, em ambas as formas de organização os indivíduos reclamam, por exemplo, de baixa renda agrícola, falta de maiores incentivos por parte do governo e um estudo mais aprofundado. As diferenças estão mais relacionadas com a forma em que elas foram e estão organizadas, no caso dos assentados é natural que também reivindiquem uma terra maior.

Outra questão verificada refere-se à assistência do governo que está presente desde o início do assentamento, pois os assentados são orientados como proceder com a produção nos lotes. No entanto, quando o governo reduz essa assistência ou até mesmo a deixa de fornecer, os assentados se sentem descontentes. Isso pôde ser evidenciado quando das declarações dos assentados que demonstrou, em sua maior parte, não estarem contentes com a assistência do governo.

Na análise dos resultados foram descritas as variáveis pesquisadas e as variáveis testadas no modelo Multinomial Logit para a verificação dos determinantes de sucessão. As questões qualitativas referentes à sucessão também foram apresentadas e discutidas nos resultados.

Quanto aos resultados da pesquisa, verificamos que apenas em 20% dos lotes entrevistados existe sucessão atualmente. Em 64,4% não há sucessão, mas deve haver no futuro e 15,6% não há nem pretende haver sucessão no lote. Esses dados justificam a

importância em se estudar a sucessão visto que não é de hoje que o meio rural enfrenta a problemática da sucessão que pôde ser observado na literatura e nesse percentual considerado baixo da sucessão efetiva (20%). Esse fato talvez ocorra porque a probabilidade de sucessão maior é aquela que ocorrerá no futuro e, portanto, é incerta porque não se sabe quando ocorrerá nem se ocorrerá de fato.

O tamanho médio do lote é de 19,44 ha. Segundo declarações dos entrevistados, pode-se perceber que a terra distribuída para os assentados é pequena e considerada por eles, insuficiente para manter todos os filhos no campo, sobretudo em famílias com maior número de herdeiros. Outro problema evidenciado é a qualidade da terra, considerada ruim, pois precisa de correções no solo. Porém, isso não é realidade apenas em terras de assentamento.

A terra ser considerada pequena e insuficiente para manter os filhos no campo leva a questionar se isso realmente procede. Devem-se analisar até que ponto o tamanho da terra influencia na tomada de decisão e como essas terras estão sendo utilizadas, pois se não há estratégias das famílias nos lotes para geração de renda e apoio do governo para isso o problema não está no tamanho da terra e sim no gerenciamento e na falta de apoio governamental.

Outro questionamento é levantado quando observamos que apenas 42% dos lotes pertencem aos beneficiários originais do lote, isto é, estão residindo e trabalhando nas terras desde sua distribuição pelo INCRA no início do assentamento. Um estudo mais aprofundado poderia tentar explicar porque os beneficiários originais não estão mais na terra que lutaram para conquistar. Seria pela falta de apoio técnico para produção e também de gerenciamento? Pouca experiência com a lida no campo? Ou algum outro motivo?

Quanto ao gênero dos entrevistados, 53% são do sexo masculino. A idade média dos entrevistados foi de 52,69 anos, evidenciando que permanecem no campo indivíduos com mais idade, como afirmam Abramovay et al. (1998), Oliveira e Schneider (2009), Ferreira e Alves (2009), Ahlert (2009) e Santos, N. F. (2007) que essa característica gera o processo de envelhecimento da população rural.

Em relação à aposentadoria menos da metade dos respondentes, o equivalente a 36%, é aposentado. Esse resultado não comprova que a principal renda das famílias provém da aposentadoria, como evidenciaram Ahlert (2009) e Petinari (2007). No entanto, considerando o total de aposentadoria por família, o presente estudo verificou que há trinta e três aposentadorias nas quarenta e cinco pesquisadas, indicando que apesar de esta não ser a principal renda das famílias contribui com um montante de R\$ 20.526,00 por mês nessas famílias.

A pesquisa identificou que mais da metade dos respondentes, 55,6%, não participam de nenhum tipo de organização. Essa baixa participação pode estar afetando de forma negativa a interação dos indivíduos no interior do assentamento e também na produção como comenta Braga (2006) sobre os problemas relacionados com o associativismo. Geralmente o associativismo está mais presente no início do assentamento, período em que há maior apoio governamental e por meio desse tipo organização, os assentados podem ter acesso a financiamentos.

Menos da metade dos entrevistados, 40%, são do estado de Mato Grosso do Sul. A maior parte, 60%, veio de outras regiões, sendo dos estados Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Mato Grosso, Santa Catarina, Piauí e do país vizinho Paraguai. Até que ponto a origem dos pais influenciam na sucessão? Trabalhos futuros poderiam abordar esta questão para verificar a interferência da cultura no processo sucessório.

A renda da família total/mês com todas as atividades atingiu um patamar de R\$ 81.447,00, sendo R\$ 1.809,00/mês/família. Já a renda de aposentadoria/família chegou a R\$ 20.526,00/família assentada. Há de se ponderar aqui que a renda média da família se comparada a de muitas famílias que vivem nos centros urbanos com salário mínimo não é baixa, fica aqui um dilema já que os assentados reclamam de falta de renda no meio rural. Trabalhos futuros podem analisar esse problema da renda. Deve-se considerar o custo de vida na cidade e no campo. Na cidade tem-se gastos com água, aluguel, energia elétrica mais cara, no campo há custos com instalações, máquinas, sementes, insumos, entre outros.

A média foi de três filhos por família. A maioria dos entrevistados, 60%, afirmaram que os filhos são preparados para continuar o trabalho dos pais no lote. Porém, não foi possível evidenciar que isso resultou em maior probabilidade de sucessão, visto que o percentual de sucessão encontrado foi de 20% entre as famílias entrevistadas.

Segundo Schwartz e Salamoni (2009), a família tende a utilizar todos os seus membros no trabalho rural. No caso desta pesquisa, menos da metade, 40%, afirmou que todos os membros que residem no lote trabalham no mesmo. O restante dos entrevistados, 60%, informou serem alguns membros da família que realizam os trabalhos rurais, sendo em alguns casos apenas os respondentes, parte da família (casal ou pai e filho) ou empregados que trabalham na terra.

Os dados desta pesquisa confirmam que geralmente são os chefes de família que tomam as decisões sobre os trabalhos rurais no lote já que menos da metade dos assentados entrevistados, o equivalente a 49%, afirmou que todos os membros participam das decisões.

Isso implica na pequena ou nenhuma participação dos jovens nas decisões tomadas pelos pais, como afirma Dotto (2011).

Como se pode perceber a máxima utilização dos recursos humanos na atividade agrícola não foi confirmada nesta pesquisa, uma vez que nos lotes a maioria dos responsáveis pela terra é quem gerencia e trabalha nela. Este pode ser outro problema que pode estar influenciando a saída dos jovens do meio rural, por não participarem do trabalho e/ou seu gerenciamento ou ainda por não ter terra suficiente para todos. A primeira opção se mostra mais verdadeira na medida em que verificamos que na maior parte quem toma as decisões são os responsáveis pelo lote. Aliado a isso, pôde-se observar nas declarações dos jovens entrevistados que nenhum deles participa das decisões, o que pode estar desestimulando estes a continuarem no campo.

Assim, há de se dar maior importância para a gestão de recursos humanos nos estabelecimentos rurais para possibilitar que todos os membros da família aptos para o trabalho possa desenvolver atividades agropecuárias. Isso pode ajudar aos jovens a se interessarem mais pelo trabalho rural e de sua gestão na medida em que participam desse processo.

Poucos assentados (11%) recebem outros apoios financeiros. Dois programas foram citados entre os beneficiados, sendo eles os programas Bolsa Família e ProUni. Esse resultado mostra que esses apoios não influem muito na renda da família.

Os assentados demonstraram não estar contentes com o apoio do governo em 62% dos casos e afirmaram que o governo deveria dar mais assistência aos assentados, principalmente em projetos para geração de renda e na área educacional, reivindicando cursos que não se restringem ao Ensino Médio, ou seja, eles desejam obter um grau de escolaridade maior.

Considerando a o local de estudo em que os filhos passaram a maior parte do tempo, 20% dos respondentes afirmaram que seus filhos estudam/estudaram na cidade e 80% afirmaram que seus filhos estudam/estudaram no assentamento. Esses dados podem, num primeiro momento não confirmar que os filhos saem do assentamento após o término do Ensino Médio, como afirmam alguns autores (Santos, F. M., 2006; Buth, 2005; Gonçalves, 2009; entre outros). No entanto, de acordo com os assentados e os jovens ouvidos na pesquisa, é necessário ir para a cidade caso haja vontade de continuar o estudo.

Segundo Ferreira e Alves (2009), o trabalho no campo é considerado árduo, difícil penoso. Porém, no presente estudo, menos da metade dos entrevistados (49%) consideram o trabalho no campo difícil. Mas deve-se lembrar de que alguns dos entrevistados não

participam do trabalho rural, neste caso, algumas esposas que cuidam do lar. Assim, a opinião dessas respondentes tornam-se vagas na medida em que elas não vivenciam a lida no campo. E mesmo para aqueles que trabalham no lote, percebe-se que não há uma consciência de que trabalho em um estabelecimento rural não envolve só a lida diária, mas também sua gestão.

Autores como Castro (2008), Dalcin e Troian (2009), Carvalho (2007), Ferreira e Alves (2009), Curioni (2009) e Buth (2005) discutiram sobre o desfavorecimento do meio rural em relação ao meio urbano. A maior parte dos assentados entrevistados nessa pesquisa (67%) consideram o meio urbano mais desenvolvido que o rural. Esse resultado é consequência clara do modelo de desenvolvimento brasileiro que colocou o rural como arcaico e o urbano como sendo moderno como citou Carvalho (2007).

De acordo com Santos, N. F. (2007), Petinari, Tereso e Bergamasco (2008), Ferreira e Alves (2009), entre outros autores, a baixa renda das atividades agrícolas apresenta-se como um dos principais fatores que influencia a saída dos jovens do meio rural. Justamente a baixa renda agrícola, a busca pela continuidade dos estudos, e o tamanho dos lotes considerado pequeno, foram indicados pelos assentados na presente pesquisa como sendo os mais importantes para a saída dos jovens do meio rural.

A presente pesquisa confirmou que os pais têm transferido para os filhos a decisão de ficar ou sair do meio rural. Dos 69% dos entrevistados que afirmaram não ter estimulado ou ter deixado escolha livre para os filhos, a grande maioria desse percentual, 84%, deixou que os filhos escolhessem se pretendiam/pretendem continuar no meio rural ou sair. Questiona se não seria a falta de estímulo um fator que contribui para o jovem sair do campo, visto que como os resultados demonstraram que os pais não interferem muito na decisão dos filhos quanto a esse assunto.

Por meio dos resultados da pesquisa, pôde-se traçar um perfil dos nove sucessores identificados nos lotes selecionados do assentamento Capão Bonito I. Em média os sucessores possuem 30 anos, sendo 89% do sexo masculino, o que evidencia o viés masculino na sucessão, como constatado por Ferreira e Alves (2009) e Dotto (2011).

O tempo de estudo dos sucessores verificado foi de 10,89 anos, sendo que 89% deles possui no mínimo o Ensino Médio completo. É necessário lembrar que a média de tempo de estudo dos respondentes foi menor, atingindo 6,27 anos. Isto vem de encontro com os resultados encontrados por Menezes, Malagodi e Marques (2008) quando constataram que a escolaridade dos filhos são maiores do que a de seus pais.

A maior parte dos sucessores é casada, somando 56%. Dentre os cônjuges, 60% já vivia no meio rural e 40% residia na cidade e foi morar no campo depois do casamento. Em

88% dos casos de sucessão há apenas um sucessor no lote. Os 11% restantes possuem dois sucessores. Em 22% do total de casos, os sucessores são os genros. Na maioria das situações, 78% é composta por filhos que sucederam/sucedirão seus pais. Deste percentual, 57% é o filho mais velho que assumiu/assumirá o lote, em 29% é o quarto filho e em 14% é o segundo filho.

No caso dos jovens assentados que se disponibilizaram em colaborar com a pesquisa identificou-se que estes geralmente reclamam da baixa renda agrícola e da falta de continuidade de estudos no assentamento, por isso tem o desejo de ir para a cidade para buscar emprego e pagar um curso profissionalizante ou uma faculdade. Ainda reclamaram que a distância, com poucas alternativas próximas do assentamento para frequentar uma faculdade torna mais difícil que o jovem que queira estudar permaneça no local. No entanto, seria possível se tivesse estrutura para tanto, como emprego e ensino superior no próprio assentamento.

Na verdade, parece que os jovens desejam que se tenha no campo as mesmas oportunidades e facilidades que tem nos centros urbanos, haja vista que estes jovens foram unânimes em dizer que o meio rural é menos desenvolvido que o meio urbano. Isto pôde ser evidenciado, por exemplo, quando afirmam querer ter no assentamento emprego em fábricas.

6.1 DETERMINANTES DA SUCESSÃO NO ASSENTAMENTO

Para os assentados que não há nem pretende haver sucessão em seus lotes, as variáveis transmissão do patrimônio e tempo rural ao quadrado aumentam as chances de haver sucessão. Para aqueles assentados que não há, mas pretende haver sucessão no futuro as variáveis transmissão do patrimônio, financiamento para atividades no lote e posse de lote pelo(s) filho(s) aumentam as chances de sucessão.

Observou-se que as variáveis idade do respondente ao quadrado, participação em associação e tempo de estudo do respondente não foram significativas, tanto para a possibilidade de não haver sucessão quanto para a possibilidade de haver sucessão no futuro. Portanto, não contribuem para o processo de sucessão no assentamento Capão Bonito I.

Em relação aos efeitos marginais das variáveis nas probabilidades dos assentados que não há nem pretendem haver sucessão, os EMs das variáveis logaritmo natural da renda agrícola e tempo rural ao quadrado foram mais importantes para a probabilidade de não haver sucessão. A probabilidade de não haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios foi de 16,49%.

Para os assentados que não há, mas pretendem haver sucessão no futuro, os efeitos marginais das variáveis transmissão do patrimônio, financiamento para produção e posse de lotes pelos filhos foram mais importantes para esta probabilidade. A probabilidade de haver sucessão no futuro pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi bastante alta, alcançando 81,16%.

Para os assentados que existe sucessão, os efeitos marginais das variáveis transmissão do patrimônio, financiamento para produção e posse de lotes pelos filhos foram mais importantes para a probabilidade de já existir sucessão. A probabilidade de haver sucessão pelo conjunto de variáveis, nos pontos médios, foi baixa, de apenas 2,35%.

Observa-se que as variáveis idade do respondente ao quadrado, participação em associação e tempo de estudo ao quadrado não provocaram efeitos marginais significativos para as três probabilidades de sucessão, em que não há sucessão, haverá sucessão no futuro e de já existir sucessão como havia sido observado nas estimativas do coeficiente e da RRR do modelo MNL.

De forma geral nos efeitos marginais (EMs) para a probabilidade de não haver sucessão, as variáveis logaritmo natural da renda agrícola e tempo no meio rural ao quadrado foram mais importantes. Tanto para a probabilidade de haver sucessão no futuro quanto para a probabilidade de já existir sucessão, as variáveis transmissão do patrimônio, financiamento para a produção e posse de lotes pelos filhos apresentaram-se mais importantes.

Portanto, por meio dos resultados do modelo destaca-se que as cinco variáveis mais importantes que determinam a sucessão no assentamento Capão Bonito I foram: transmissão do patrimônio, tempo rural ao quadrado, financiamento para produção, posse de lotes pelos filhos e logaritmo natural da renda agrícola.

No que se refere à variável transmissão do patrimônio, na análise descritiva demonstrou-se que 71% dos respondentes não pretendem ou ainda não decidiram transmitir patrimônio em vida. Destes, 62,5% não pretende passar em vida o patrimônio para um sucessor e 37,5% ainda não decidiu. Por meio do modelo MNL, tal comportamento por parte dos pais influi diretamente na sucessão.

Pôde-se verificar que nos casos de sucessão encontrados na pesquisa, a sucessão é decidida pelo pai, chefe de família, principalmente quando transfere para um dos filhos a posse da terra ou decide o momento em que esta transferência irá ocorrer. Essas duas situações pôde ser verificada em todos os casos de sucessão encontrados, indicando assim que a sucessão está ligada mais à posse da terra do que de sua gestão. Por isso, neste trabalho

sucessão está relacionada tanto com a transmissão do patrimônio quanto à transferência de gestão visto que ambas se inter-relacionam.

Não se pode afirmar, porém, que em todos os lotes o pai será decisivo no processo de sucessão, pois, a maior parte das probabilidades de sucessão ocorrerá no futuro e como os pais, em sua maioria, não pretendem transmitir o patrimônio em vida, provavelmente a sucessão será decidida pela lei. A pesquisa indicou que os pais tem transferido para os filhos a decisão de querer permanecer no campo ou sair, mas nos casos de sucessão o pai acaba transferindo o lote para uns dos filhos que tem aptidão ou queiram ficar no campo. No entanto, os filhos geralmente não participam das decisões relacionadas com os trabalhos rurais.

No caso da variável tempo no meio rural ao quadrado 82% dos entrevistados sempre foram do meio rural, com média de 46,7 anos de vivência no campo. Dos assentados, 93% residem no lote e 7% na agrovila Capão Bonito I. Em média, os assentados residem no lote há 14,46 anos. Essa relação do homem com o campo referente ao seu histórico nesse meio é citada por Carvalho (2007) e comprovada pelo modelo MNL na presente pesquisa, uma vez que o tempo no meio rural interfere na sucessão.

Quanto à variável financiamento da produção, 40% das famílias afirmaram ter financiamento para a produção. Em alguns casos, esse financiamento foi adquirido há muitos anos e os assentados ainda estão pagando. Por meio da análise dessa variável no modelo MNL pode-se verificar a importância desse benefício no processo sucessório do assentamento.

Em relação à variável posse de lote pelos filhos, 27% dos assentados informou que pelo menos um filho possui terra de assentamento para produção agropecuária. Tal variável também demonstrou ser significativa para a sucessão pelo modelo MNL.

Por último, a variável logaritmo natural da renda agrícola também mostrou ser importante para a sucessão nos lotes. A renda com atividades agrícolas, ou melhor, agropecuária total por mês nos lotes foi de R\$ 42.355,00, sendo, em média, R\$ 941,00 por mês por família.

Analisando as entrevistas dos assentados percebeu-se que a renda tem grande influência na vida dos assentados e conseqüentemente para a sucessão. Tanto os pais quanto os jovens entrevistados afirmaram ser a renda um dos principais, senão o principal, fator que faz com que o jovem fique ou não no campo. Estes indivíduos informaram que a baixa renda agrícola leva os jovens a buscar melhores condições de vida fora do assentamento.

Os jovens ouvidos também disseram ir para a cidade em busca de maior estudo. Fato preocupante é que parece que este desejo de estudar é apenas para poder aumentar a renda

para permanecer na cidade e não o de frequentar cursos que lhes permitam voltar para o campo e ajudar seus pais nos lotes. Estes jovens estariam motivados a investir nos trabalhos rurais? Investigações futuras poderiam aprofundar esta questão, testando se a falta de estímulo dos próprios pais em querer que os filhos permaneçam no campo interfere na decisão dos jovens em ficar ou sair do meio rural.

As hipóteses de quanto menor a renda agrícola, mais se agrava o processo de sucessão e de quanto maior o tempo no meio rural, maior será a escolha pela sucessão foram confirmadas, na medida em que as variáveis logaritmo natural da renda agrícola e tempo rural ao quadrado apresentaram-se importantes nos determinantes da sucessão no assentamento Capão Bonito I. A hipótese de quanto maior o nível educacional, menor a escolha pela sucessão foi rejeitada, visto que a variável tempo de estudo do respondente não se mostrou significativo para o modelo.

Por fim, com base nos resultados da pesquisa conclui-se que o tema sucessão é complexo e depende das condições de cada localidade. No caso desta pesquisa, a decisão dos pais quanto à transmissão do patrimônio, o tempo em que este possui no meio rural, a utilização de financiamento para a produção, a transferência de posse de lote para um dos filhos como forma de definir a sucessão em vida e a renda com atividades agropecuárias determinam a sucessão no assentamento Capão Bonito I, em Sidrolândia (MS).

Este resultado responde ao questionamento sobre os fatores que influenciam a permanência ou a saída dos jovens do campo e como isto vem interferindo na sucessão, uma vez que os determinantes apresentados no parágrafo anterior implicam diretamente na intenção de sucessão no assentamento estudado. A aplicação do modelo Multinomial Logit é a contribuição maior deste trabalho por permitir analisar tais determinantes.

Assim, é necessário que os gestores rurais e os órgãos governamentais dessem maior atenção para essas variáveis. A começar pela diminuição da burocracia a que estão condicionados a transferência do lote em vida para os filhos e a conscientização dos atuais responsáveis por estes lotes de que é necessário se discutir a sucessão em vida.

6.2 IMPLICAÇÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DA PESQUISA

Como implicações gerenciais, verificou-se a necessidade de mais incentivo para pesquisas em relação a este assunto no estado de Mato Grosso do Sul. O presente estudo traz subsídios para a formulação de políticas públicas e para a conscientização dos assentados

quanto à importância da preparação dos filhos para suceder os pais nas atividades agropecuárias dos lotes, sobretudo no seu gerenciamento.

Há também, a necessidade de conscientização dos jovens (e também de seus pais) a respeito da sucessão e a implementação de mais projetos para que os jovens assentados tenham mais opções e permaneçam no campo.

É necessário que se forneça capacitação para os jovens assentados, mas que seja na área agrícola para que aprendam a gerenciar a produção. O trabalho no campo naturalmente é passado pelos pais com a lida diária, onde o filho aprende vendo os pais trabalharem com a terra, no entanto não aprendem a lidar com a gestão. Toda propriedade rural assim como um lote em um assentamento precisam ser vistos como um negócio e serem tratados como tal.

Quanto às limitações da pesquisa, apesar do tamanho da amostra ter sido calculada com 90% de confiança e 10% de erro, o tamanho da amostragem pode ter contribuído para deixar de captar outros determinantes da sucessão, ou seja, novos estudos poderiam optar por utilizar um percentual de confiança maior e/ou de um percentual de erro menor.

Outra limitação do trabalho foi o fato de que a pesquisa de campo ter coincido com o período de campanhas de candidatos para a eleição municipal de 2012, deixando os assentados ainda mais receosos. Este fato, juntamente com a desconfiança que normalmente pesquisadores enfrentam ao ir a campo em áreas rurais contribuiu para um comportamento pouco receptivo por parte de alguns assentados.

Alguns dados da pesquisa não puderam ser utilizados na análise descritiva, tampouco na análise do MNL. Um exemplo é a composição da família, pois alguns assentados não sabiam responder algumas questões sobre os membros de sua família como idade e grau de escolaridade. Neste caso, optamos por não utilizar as perguntas incompletas para não prejudicar a análise.

Outro fator limitante da pesquisa é o acesso ao assentamento. O assentamento Capão Bonito I não dispõe de opções de transporte suficientes para atender às necessidades dos pesquisadores muito menos as de seus moradores, além dos serviços de telefonia que também são insuficientes.

Este trabalho pretende contribuir com o tema sucessão por seu diferencial ao analisar a sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul e principalmente pela utilização do modelo MNL na análise dos determinantes da sucessão. Assim, esta pesquisa apresenta-se como oportunidade de estudo para outros pesquisadores.

Como sugestão para trabalhos futuros, é necessário aprofundar o estudo, sobretudo testando o modelo com os jovens assentados. Deve-se lembrar de que a terceira hipótese

(quanto maior o nível educacional, menor a escolha por sucessão) não foi confirmada. Este resultado pode ter sido afetado porque o foco da pesquisa foram os responsáveis pelo lote. Se tivessem sido analisados os jovens, potenciais sucessores, e mudasse a pergunta para nível de escolaridade relacionado à capacitação para trabalhar no campo ao invés de analisar o grau de escolaridade de forma geral, poderíamos ter alcançados resultados diferentes.

Estaria a questão da saída dos jovens do meio rural condicionada ao desejo ou não do jovem a querer ficar no campo ou sair? Ou seria porque quando o pai decide pela sucessão de um filho, os outros filhos por não suceder, migram para a cidade? Neste caso ainda cabe questionar se a indecisão ou o não diálogo com o filho sobre este assunto gera insegurança por parte do filho que sai do assentamento em busca de oportunidades na cidade. Estes questionamentos também são sugestões para investigações futuras.

Sugere-se ainda que os estudos sobre sucessão sejam aprofundados na forma de diagnósticos e um modelo ampliado para amostras maiores e que a análise da sucessão por meio do modelo MNL possa ser realizada em outras regiões do país para verificar os determinantes da sucessão e conhecer as diferenças e também os pontos em comum das localidades, visto que estão longe de se esgotarem as questões que podem ser abordadas em relação ao tema sucessão dos empreendimentos rurais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (Org.); LIMA, F. S. (Org.); PINHEIRO, L. C. (Org.); CASTRO, M. (Org.); RODRÍGUEZ, E. (Org.). Políticas Públicas DE/PARA/COM Juventudes. 1. ed. Brasília: UNESCO, 2004. v. 1. 304 p.

ABRAMOVAY, R. et al. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p. Disponível em: <<http://dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000152.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

AGUIAR, J. S. V. **Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS**. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AHLERT, L. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 17 p. 1 CD-ROM.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf/view>>. Acesso em 06 maio 2010.

BENEDELLI, S. **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos**. 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRAGA, L. M. **Assentamento Hipólito: realidade e perspectivas dos jovens assentados**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.326 de 25 de julho de 2006**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Base da Legislação Federal Brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>. Acesso em: 01 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/sra/noticias/item?item_id=2757388>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. 2012. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Sobre o programa. Brasília: MDA/SAF, 2005. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 04 maio 2010.

BRESSAN, V. G. F.; BRESSAN, A. A.; LIMA, J. E.; BRAGA, M. J. Análise da alavancagem das empresas de capital aberto do agronegócio brasileiro: uma abordagem usando Logit Multinomial. **Revista de Economia e Agronegócio (REA)**, v.6, n.1. jan./abr. 2008. p. 51-80.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2010.

BURTON, R. J. F.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family farms in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, 21. 2005. p. 335-347.

BUTH, F. **As estratégias de reprodução no assentamento Ramada em Julio de Castilhos, RS**. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

CARNEIRO, M. J. **Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 16 p.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. 16 p. 1 CD-ROM.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural**. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. **As Jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais**. In: Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. (Org.). Reforma Agrária e desenvolvimento - desafios e rumo da política de assentamentos rurais. Brasília/ São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, p. 112-130.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 352 p.

CORDEIRO, M. S. S. **Jovens na reforma agrária: perspectiva intergeracional e lógicas de sucessão no assentamento Novo Horizonte/ Campos dos Goytacazes - RJ**. **Revista IDEAS**, v. 3, p. 544-563, 2009.

COSTA JÚNIOR, H. P. **Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do Acorado em Rosário da Limeira – MG**. 2007. 131 f. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, MG, nov. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.unec.edu.br/baltdunec/tde_busca/arquivo.php?codArquivo.php?codArquivo=83>. Acesso em: 26 abr. 2010.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

CRUZ, N. N. D. **A reprodução do lugar e o desafio de permanência nos lotes da reforma agrária: Assentamento Divisa - Ituiutaba-MG**. 2008. 270 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

CURIONI, A. S. **A configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz – SC: uma análise em construção – 1986/2008.** F. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DALCIN, D.; TROIAN, A. Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1, 2009, CIDADE. **Anais...** cidade: UFPR, 2009. p.1-20. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no estado de Mato Grosso do Sul.** 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 243-258. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/20100119JUVENTUDE.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2010.

FONSECA, J. S., MARTINS, G. A. **Curso de estatística.** São Paulo: 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 320 p.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business.** Wallingford: Cab International, 1993.

GONÇALVES, M. C. **Juventudes do Campo e Práticas Educativas: o caso do Assentamento Marrecas em São João do Piauí.** 2009. 163 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis.** 5th. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2003. p. 719-723.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER,** Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p.301-328, abr./jun. 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica.** São Paulo: MAKRON Books, 2000, 845 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2009. Censo Agropecuário de 2006. Comunicação Social, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 27 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 abr. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades.** 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

JOHNSTON, J., DINARDO, J. Métodos econométricos. 4. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 2001. 573p.

JUCHEM, D. M.; BOSCARIN, P.; CÉSPEDES, E. A. H. Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas. In: Seminários em Administração FEA-USP, 8., 2005, Cidade Universitária. **Anais...** Cidade Universitária: SEMEAD, 2005. 13 p. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=92>. Acesso em 21 dez. 2009.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric.** São Paulo, 50 (1): 11-24, 2003.

MENEZES, M; MALAGODI, E. A.; MARQUES, F. R. S. Juventude e Educação em Assentamentos do Brejo Paraibano. In: Vera Botta Ferrante; Dulce Whitaker. (Org.). Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília/São Paulo: NEAD/MDA; UNIARA, 2008, p. 131-150.

NOVAES, R. C. R.; CARA, D. T.; SILVA, D. M.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas.** São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006. 140 p.

OLIVEIRA, D. ; SCHNEIDER, S. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê (RS). In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

PEIXOTO, S. E. A pesquisa e a agricultura familiar. **Revista Bahia Agrícola**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 50-56, nov. 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/familiar.htm>. Acesso em: 06 maio 2010.

PETINARI, R. A. **Agricultura familiar em microbacias do noroeste do estado de São Paulo: estratégias de reprodução e organização.** 2007. [s.n.]. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n. 2, p. 356-360, jun. 2008.

REIS, C. R. P. **Implantação, avanços dificuldades e conquistas do assentamento Capão Bonito em Sidrolândia - MS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.

SABÓIA, A. L.; BREGMAN, S. **O perfil da mulher jovem de 15 a 24 anos: características, diferenciais e desafios.** In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População Jovem no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. n. 3).

SANTANA, S. R. O. 2006. **Uso de Geotecnologias para Gestão de Assentamentos de Reforma Agrária.** Campo Grande, 2006. 92 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

SANTOS, F. M. **A formação contínua do educador sem terra em um assentamento:** alcances, limites e perspectivas. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

SANTOS, N. F. **Assentamento rural – juventude e trabalho.** 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHWARTZ, L. H.; SALAMONI, G. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENGA, 2009. p.1-23. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Schwartz_LH.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2010.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD/MDA, 2001. 120 p.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VEIGA, J. L. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VERGARA, S. C. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WEDIG, J. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; RAMBO, A. G. A juventude rural e a sucessão hereditária em um assentamento de reforma agrária. In: Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. 11 p. 1 CD-ROM.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Formulário de entrevista

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO I EM SIDROLÂNDIA - MS

No. Controle	
Data	/ /

Identificação (chefe de família):

Nome:

Contato:

1) Informações sobre a propriedade

- a) Assentamento: _____ Lote: _____
- b) Área da propriedade (em ha) (indicar área que utiliza para atividades rurais): _____
- c) Como obteve a propriedade: _____
- d) Principais atividades desenvolvidas: _____

2) Caracterização do produtor

- a) Gênero: () Masculino () Feminino
- b) Idade: _____
- c) Grau de escolaridade _____
- d) Aposentado:
- () Não
- () Sim. Salários mínimos: _____
- e) Reside na propriedade?
- () Sim
- () Não. (indicar local) _____
- f) Tempo na propriedade e tempo no meio rural: _____
- g) Origem (indicar local) _____

3) Composição da família

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Local de Moradia*	Principal ocupação**

* Indicar se reside no estabelecimento com os pais ou em outro estabelecimento

**Indicar se trabalha no meio rural

4) Renda da família (em salários mínimos)

Salários mínimos	Menos de 1	1	2	3	Mais de 3
Renda com as atividades agrícolas					
Renda de aposentadoria/pensão					
Outras**					

*Pluriatividade, explicar se necessário.

** Caso haja outro tipo de renda dos integrantes das famílias residentes no estabelecimento.

5) Sucessão nos assentamentos**a) Existe sucessor?**

Não há nem pretende haver sucessão na propriedade. Motivo (ex. agricultor não possui filhos ou não querem continuar na atividade rural):

Não há mas pretende haver sucessão na propriedade. Motivo (ex. filho pretende dar continuidade as atividades no assentamento rural):

Sim. Há sucessão na propriedade. Motivo (ex.: morte do titular, transferência do patrimônio em vida, outros):

b) Transmissão do Patrimônio

i) Pretende fazer a divisão em vida?

Ainda não decidiu Não Sim. Quando?

ii) Filho (a) é preparado (a) para assumir a propriedade rural?

iii) De que forma pretende fazer a divisão (se igualitária ou outra forma)?

iv) Algum filho (a) possui algum lote? (indicar nome do filho (a) e local do lote)

6) Caracterização do sucessor

a) Idade:

b) Gênero: Masculino Feminino

c) Número de sucessores no estabelecimento:

d) Escolaridade:

e) Qual filho assumiu a direção dos trabalhos rurais (ex.: se filho mais velho ou mais novo, indicar se há mais de (1) um sucessor)?

f) Estado civil:

g) Cônjuge era do meio rural ou urbano (origem)?

7) Organização dos Assentados

a) Forma de organização:

Tipo de organização	Participa			Situação	
	Sim	Não	Já participou	Tempo que participa	Motivo que participa e que deixou de participar**
Associação					
Cooperativa					
Sindicatos					
Outra forma de organização*					

* Indicar qual (is).

** Para os agricultores que participam expressar o (os) motivo (os) que os levam a participar e para os que não participam e/ou deixaram de participar expressar o (os) motivo (os) dessa não participação.

- b) Nome da Associação, Cooperativa, Sindicato ou de outra forma de organização que participa ou participou?
- c) Todos os membros da família trabalham no assentamento?
- d) Como é dividido o trabalho no lote, todos opinam inclusive as mulheres?

8) Apoio do Governo

- a) Possui financiamentos (informar fonte, valor e finalidade)?
- b) Recebe apoio financeiro (informar qual (is), ex. bolsa família, auxílios)?
- c) Está contente com o apoio do governo ou deveria ter mais assistência (caso sim, informar como o governo poderia melhorar as políticas públicas para os assentados)
- d) Qual a relevância desses recursos financeiros obtidos? Se retirasse esses recursos se manteria na atividade rural?
- e) Filhos estudam ou estudaram no assentamento ou na área urbana?

9) O meio rural e a continuidade das atividades agrícolas

- a) Qual a sua opinião sobre a saída dos jovens do meio rural?
- b) Acredita ser o trabalho rural penoso, árduo, difícil?
- c) Acredita ser o meio rural menos desenvolvido que o meio urbano? Por quê?
- d) Como é a vida no assentamento comparada com a fase anterior de acampamento? (caso o produtor não tenha comprado o lote ou tenha participado dessa fase)
- e) Em sua opinião, quais os fatores que levam os jovens a deixarem o meio rural? (indicar 3 principais por ordem de prioridade)
- () Maioridade dos jovens (ao completarem 18 anos possuem maior autonomia nas decisões)
- () baixa renda das atividades agrícolas
- () renda de atividades não agrícolas (do meio urbano)

- () busca pela continuidade dos estudos
 - () tamanho da propriedade (pequena)
 - () Busca por lazer e cultura
 - () Outro motivo (citar motivo)
- f) Estimulou os filhos a continuarem as atividades rurais?
- () Não () Sim () Deixou livre a escolha para os (as) filhos (as)
- g) Motivo do estímulo (ou não):
- h) Estímulo é dado tanto para os filhos quanto para as filhas?
- () Sim () Não

Por quê?

- i) Em sua opinião, o que poderia ser feito para que os jovens continuassem nos assentamentos rurais?

10) Jovens assentados

- a) Qual a sua opinião sobre a saída dos jovens do meio rural?
- b) Acredita ser o trabalho rural penoso, árduo, difícil?
- c) Em relação à religião, possui algum envolvimento? Frequenta alguma igreja? (indicar local)
- d) Acredita ser o meio rural menos desenvolvido que o meio urbano? Por quê?
- e) Participa das decisões sobre a atividade rural?
- f) Em sua opinião, quais os fatores que levam os jovens a deixarem o meio rural? (indicar 3 principais por ordem de prioridade).
- () Maioridade dos jovens (ao completarem 18 anos possuem maior autonomia nas decisões)
- () baixa renda das atividades agrícolas
- () renda de atividades não agrícolas (do meio urbano)
- () busca pela continuidade dos estudos
- () tamanho da propriedade (pequena)
- () Busca por lazer e cultura
- () Outro motivo (citar motivo)
- g) Qual sua perspectiva quanto ao futuro? Deseja continuar no assentamento ou sair? Por quê?
- h) Em sua opinião a divisão igualitária desestimula a sucessão? Por quê?
- i) Em sua opinião, o que poderia ser feito para que os jovens continuassem nos assentamentos rurais?

APÊNDICE B – Resultados da pesquisa

Variáveis da pesquisa

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Mín	Máx
a_5	45	1.04	0.60	0	2
Nº	45	23.00	13.13	1	45
b_1	45	19.44	4.94	14	43.5
c_1	45	0.42	0.50	0	1
a_2	45	0.53	0.50	0	1
b_2	45	52.69	11.51	30	79
c_2	45	6.27	4.08	0	16
d_2	45	0.36	0.48	0	1
e_2	45	0.93	0.25	0	1
fa_2	45	14.46	7.39	0.67	23
fb_2	45	46.70	20.71	0.67	79
g_2	45	0.40	0.50	0	1
b_3	45	3.22	1.95	0	11
_4	45	941.22	766.61	0	3000
bi_5	45	0.29	0.46	0	1
bii_5	45	0.60	0.50	0	1
biv_5	45	0.27	0.45	0	1
a_7	45	0.36	0.48	0	1
c_7	45	0.40	0.50	0	1
d_7	45	0.49	0.51	0	1
a_8	45	0.40	0.50	0	1
b_8	45	0.11	0.32	0	1
c_8	45	0.38	0.49	0	1
e_8	45	0.80	0.40	0	1
b_9	45	0.49	0.51	0	1
c_9	45	0.67	0.48	0	1
e_9	45	0.67	0.48	0	1
f_9	45	0.31	0.47	0	1

Em que a_5 refere-se a intenção de sucessão no assentamento, Nº são as observações, b_1 tamanho do lote, c_1 forma de obtenção da terra, a_2 gênero do respondente (feminino ou masculino), b_2, idade do respondente, c_2 escolaridade do respondente, d_2 aposentadoria, e_2 local de moradia do respondente, fa_2 tempo no lote, fb_2 tempo no meio rural, g_2 Estado de origem do respondente, b_3 número de filhos, _4 renda agrícola, bi_5 transmissão do patrimônio, bii_5 preparação dos filhos para sucessão, biv_5 posse de lote pelos filhos, a_7 participação em organizações, c_7 participação dos membros da família no trabalho rural, d_7 participação dos membros da família nas decisões do trabalho rural, a_8 financiamento, b_8 outros subsídios ou apoios financeiros, c_8 assistência do governo, e_8 local de estudo dos filhos, b_9 dificuldade do trabalho no campo, c_9 comparação entre rural e urbano, e_9 motivo da saída dos jovens do meio rural, f_9 estímulo aos filhos.

Caracterização dos sucessores

Variáveis	Obs.	Média	Desv. Padrão	Mín	Máx
Nº	9	28.33	16.81	2	45
a_6	9	30.00	10.54	18	44
b_6	9	0.89	0.33	0	1
c_6	9	0.11	0.33	0	1
d_6	9	10.89	2.37	2	13
e_6	9	0.22	0.44	0	1
f_6	9	0.56	0.53	0	1
g_6	9	0.22	0.44	0	1

Em que, Nº refere-se ao número de observações, a_6 idade do sucessor, b_6 gênero do sucessor (feminino ou masculino), c_6 número de sucessor por família/lote, d_6 escolaridade do sucessor, e_6 quem assumirá o lote, f_6 estado civil, g_6 origem do cônjuge.